

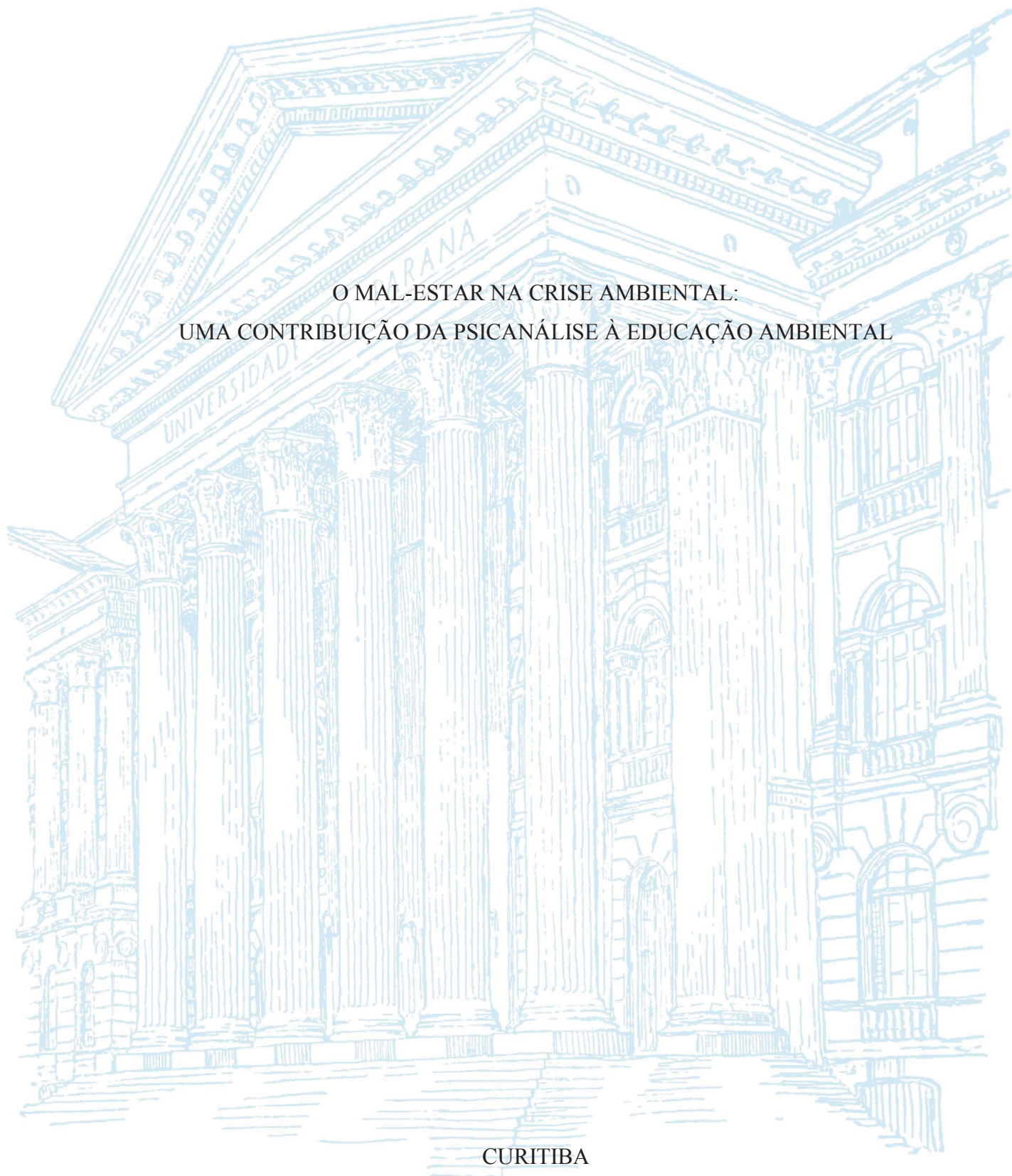
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

ANA LIZETE FARIAS

O MAL-ESTAR NA CRISE AMBIENTAL:
UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

CURITIBA

2020



ANA LIZETE FARIAS

O MAL-ESTAR DA CRISE AMBIENTAL:
UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Dra. Maria do Rosário Knechtel

Coorientador: Dr. Maurício d'Escragnolle Cardoso

CURITIBA

2020

Farias, Ana Lizete

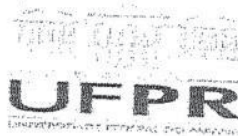
O mal-estar da crise ambiental : uma contribuição da psicanálise à educação ambiental. / Ana Lizete Farias. - Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Maria do Rosário Knechtel.

Coorientador: Maurício d'Escragnolle Cardoso.

1. Educação ambiental. 2. Psicanálise. 3. Metapsicologia. 4. Sofrimento. 5. Meio Ambiente - Crise. I. Knechtel, Maria do Rosário. II. Cardoso, Maurício d'Escragnolle. III. Título. IV. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

TERMO DE APROVAÇÃO

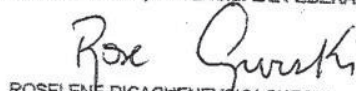
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de ANA LIZETE FARIAS intitulada: **O MAL-ESTAR NA CRISE AMBIENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE À EDUCAÇÃO AMBIENTAL**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA DO ROSÁRIO KNECHTEL, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 05 de Março de 2020.

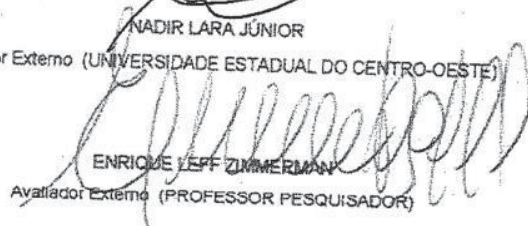

MARIA DO ROSÁRIO KNECHTEL

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


ROSELENE RICACHENEVSKY GURSKI

Avaliador Externo (UNIVER. FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)


NADIR LARA JÚNIOR
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)


ENRIQUE YEFF ZIMMERMAN
Avaliador Externo (PROFESSOR PESQUISADOR)

Para o pai (*in memoriam*) e para a mãe, com gratidão e amor.

Para o Ber, meu filho, amor da minha vida.

“[...] desamparo não é algo contra o qual se luta, mas algo que se afirma. Pois, ao menos para Freud, podemos fazer com o desamparo coisas bastante diferentes, como transformá-lo em medo, em angústia social, ou partir dele para produzir um gesto de forte potencial liberador: a afirmação da contingência e da errância que a posição de desamparo pressupõe, o que transforma esses dois conceitos em dispositivos maiores para um pensamento da transformação política. Ou seja, a lição política de Freud consiste em dizer que há uma espécie de aprisionamento do desamparo na lógica neurótica das narrativas de reparações, esperadas por aqueles contra os quais me bato, narrativas de demandas de cuidado ou, se quisermos utilizar uma palavra que tende a submeter o campo do político, de *care*. Retirar o desamparo dessa prisão é a primeira condição para nossa emancipação.”

(SAFATLE, Vladimir. *Circuito dos afetos*, 2016, pp. 18-19).

AGRADECIMENTOS

Ao final, agradecer se torna algo difícil. Como nomear todos, que das mais diferentes formas, contribuíram com a realização deste estudo?

Começo agradecendo à Capes – Fundação Araucária, pela concessão da bolsa de doutorado – importante suporte ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores do Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – Made, pelo compartilhamento de saberes. Carinho especial aos mestres da linha de Epistemologia: professores Dimas e Edmilson, pelas apaixonantes e alegres discussões ao longo de toda a nossa convivência. Também, o meu especial reconhecimento à professora Lucia Helena Oliveira Cunha, pelas instigantes críticas e incentivo, desde o início deste percurso.

À professora Cristina Lima, que mesmo distante do Brasil contribuiu de forma significativa com as minhas reflexões, incentivando-me amorosamente. Da mesma maneira, meu carinho e agradecimento ao professor Enrique Leff, não somente pela participação nas etapas de validação da tese, mas pela oportunidade de interlocução, algo de valor inestimável. Ainda, à professora Rose Gurski, conterrânea querida e uma inspiração no campo da Psicanálise e Educação; e ao professor Nadir Lara Júnior, pelas excelentes contribuições durante o exame da banca.

À “profe” Náina Pierre, que acolheu a minha ousadia (ou a minha desobediência), cujo apoio e carinho foram fundamentais na direção do meu percurso.

Aos meus queridos colegas de doutorado: sim, constituímos um grupo bem legal nesses quatro anos juntos! Maria Wanda, pelos cantos, pela poesia que marcou os encontros do nosso grupo, tornando-se uma querida amiga. Nathalia Barreto, que escutou os meus delírios epistemológicos e psicanalíticos e, na maioria das vezes, concordou com eles (rsrs).

Meu mais amoroso agradecimento à “profe” Maria do Rosário, que embarcou nessa aventura junto comigo e é cotidianamente a minha fonte de inspiração profunda de amor ao saber.

Ao professor Maurício d’Escragnolle, pela sua generosidade, amorosidade paciência ao me acompanhar, passo a passo, na leitura dos textos de Freud, descortinando um universo de palavras e conhecimento incomensurável, inspirando-me também com a sua ousadia de pensamento.

Aos amigos queridos que têm deixado marcas no meu coração: Arisangeli, Giovanna Baggio, Rafael Souza, Ber Brandão, Cris e Oscar, Gislene (Gis), Erondina Gomes, Ana

Marques, Fabi/Fabricio (Tika e Caju, amigos da Luna), Dra. Elisabeth Monastier, Ana Deborah, Vivi e Júnior, Grupo “ODS6” (Gesmar, Dani, Julio, Eve, Maíra, Guto, Valeria, Diego), Dudu (Salamuni), Patricia (Pati), Elvo Fassbinder, Saint-Clair, Eliana e Ricardo (Mariah e Olívia), Simone Basile, Luciana (Lu).

Ao Marino, grande amigo, fonte de inspiração ética, perseverança e generosidade para com o outro.

À Anita (Ana Ligia), amiga-irmã, cujo amor ao trabalho em Socioeducação inspirou a minha escrita.

Meu carinho para a Fabi querida, que veio somar a nossa família e trouxe a Ayschinha, superdog. E, claro, não posso deixar de agradecer à Luninha, minha supervirilata, companheiríssima nos tempos infindáveis de escrita.

Ao Jorge Sesarino, meu analista, exemplo na transmissão do amor à Psicanálise. Tudo o que eu disser será sempre pouco: as palavras não são suficientes para a admiração que quero expressar.

Por fim, ao Bernardo-Ber, meu filho, que me apoiou, incondicionalmente, em todo este percurso, levando-me a querer ir mais longe, sempre!

RESUMO

O campo da Psicanálise e Meio Ambiente se sustenta no entendimento de que as questões ambientais, para além da dimensão objetiva, ou seja, das disputas espaciais e materiais pelo acesso e uso de recursos, possuem uma dimensão metapsicológica. Essa dimensão remete às distintas formas dos laços sociais, seus sentidos e significados dentro de um determinado território. Por isso, entende-se que a compreensão da crise ambiental deve ser tomada a partir da matriz estrutural social e metapsicológica e não somente nas suas dimensões biofísicas. É fato que a alteração física do objeto (no caso, o planeta) não interessa em si mesmo – na medida em que é visto simplesmente como um problema físico – mas sim naquilo que concerne à vida e, conseqüentemente, do ponto de vista da responsabilidade do sujeito sobre a sua manutenção. Essa foi uma das possibilidades onde se instaurou o diálogo com a Psicanálise, pois o tema da responsabilidade, com respeito a uma situação qualquer, participa do campo analítico. Para sustentar essa afirmação, procedeu-se uma investigação a partir da teoria freudiana, fundamentada, principalmente, nas categorias da pulsão, do além do princípio do prazer, do supereu e do sintoma. A partir disso, percebeu-se que a crise ambiental é um sintoma, de maneira análoga ao conceito freudiano, espelhando uma verdade sobre o sujeito e interrogando o sentido de uma civilização, enquanto a Educação Ambiental é o campo social a ser beneficiado por essa proposta. Esse debate evidenciou o intenso sofrimento psíquico daqueles que vivem em situação de injustiça socioambiental, enfatizando a busca por respostas singulares para tais práticas educativas.

Palavras-chave: Psicanálise e Meio Ambiente, Sofrimento, Educação Ambiental, Metapsicologia, Crise Ambiental.

ABSTRACT

The field of Psychoanalysis and the Environment is based on the understanding that environmental issues, in addition to the objective dimension, have a metapsychological dimension. This dimension leads us to the different forms of social ties, their senses and meanings within a given territory. Therefore, the understanding of the environmental crisis must be taken from the social and metapsychological structural matrix, not only in its biophysical dimensions. It is a fact that the physical alteration of the object (in this case the planet) does not matter in itself - insofar as we see it simply as a physical problem - but in what concerns life and, consequently, for the subject's responsibility about its maintenance. This was one of the possibilities where dialogue with psychoanalysis was established, since the theme of responsibility, concerning any situation, participates in the analytical field. To support this statement, an investigation was carried out, based on Freudian theory, based mainly on the categories of drive, beyond the pleasure principle, the superego and the symptom. It was held that the environmental crisis is a symptom (analogous to the Freudian concept) as a truth about the subject, which questions the meaning of civilization and Environmental Education, the social field to be benefited by this proposal. This debate highlighted the intense psychic suffering of those under socio-environmental injustice, emphasizing the search for singular answers to these educational practices.

Key words: Psychoanalysis and Environment, Suffering, Environmental Education, Metapsychology, Environmental Crisis.

RESUMEN

El campo temático Psicoanálisis y Medio Ambiente se basa en la comprensión de que las cuestiones ambientales, además de la dimensión objetiva, es decir, de las disputas espaciales y materiales por el acceso y uso de los recursos, tienen una dimensión metapsicológica. Esta dimensión nos remite a las diferentes formas de lazos sociales, sus sentidos y significados dentro de un territorio determinado. Por eso se entiende que la comprensión de la crisis ambiental debe ser buscada en su matriz estructural social y metapsicológica y no solo en sus dimensiones biofísicas. Es un hecho que la alteración física del objeto (en este caso, el planeta) no importa en sí misma - en la medida en que la vemos simplemente como un problema físico- sino en lo que concierne a la vida y, en consecuencia, desde el punto de vista de la responsabilidad del sujeto sobre su mantenimiento. Esta fue una de las posibilidades donde se estableció el diálogo con el psicoanálisis, ya que el tema de la responsabilidad, con respecto a cualquier situación, participa del campo analítico. Para respaldar esta afirmación, se llevó a cabo una investigación, a partir de la teoría freudiana, fundamentada, principalmente, en las categorías de pulsión, más allá del principio de placer, superyó y síntoma. A partir de eso, se sostiene que la crisis ambiental es un síntoma (análogo al concepto freudiano), que refleja una verdad sobre el sujeto y cuestiona el sentido de una civilización y Educación Ambiental, esta última como el campo social que se beneficiará con esa propuesta. Este debate evidenció el intenso sufrimiento psíquico de aquellos que sufren injusticia socioambiental, enfatizando la búsqueda de respuestas singulares para estas prácticas educativas.

Palabras clave: Psicoanálisis y Medio Ambiente, Sufrimiento, Educación Ambiental, Metapsicología, Crisis Ambiental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A relação entre o sintoma e o recalque	89
Figura 2. Gasto médio com medicamentos/pessoa em 2022	95
Figura 3. Níveis epistêmicos da EA	137

LISTA DAS SIGLAS

COP25	—	Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
CPT	—	Comissão da Pastoral da Terra
CRF	—	Conselho Regional de Farmácia
DPB	—	<i>Desinfect by Products</i>
EA	—	Educação Ambiental
EPA	—	<i>United States Environmental Protection Agency</i>
INTERFARMA	—	Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa
MADE	—	Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
MMA	—	Ministério do Meio Ambiente
NUPPEEC	—	Núcleo de Psicanálise, Educação e Cultura
ONU	—	Organização das Nações Unidas
PNUMA	—	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGMADE	—	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
PPGMDE	—	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente
SNUC	—	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SUS	—	Sistema Único de Saúde
UFPR	—	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	—	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USEPA	—	<i>United States Environmental Protection Agency</i>
USGS	—	<i>United States Geological Survey</i>

SUMÁRIO

PREÂMBULO	13
INTRODUÇÃO	22
1 A CRISE AMBIENTAL	28
1.1 ÁGUA: DELICADO SISTEMA	30
1.2 HÁ UM SENTIDO?	37
2 PSICANÁLISE E CIVILIZAÇÃO	45
2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	61
3 PSICANÁLISE E MEIO AMBIENTE	63
4 A METAPSICOLOGIA DA CRISE AMBIENTAL	71
4.1 A PULSÃO.....	74
4.2 O ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER E AS EXIGÊNCIAS DO SUPEREU	78
4.2.1 O Além do princípio do prazer.....	78
4.2.2 A sociedade da insatisfação.....	82
4.3 A CRISE AMBIENTAL ENQUANTO SINTOMA.....	86
4.3.1 Sintoma em psicanálise	87
4.3.2 A crise ambiental – um dos nomes do mal-estar.....	97
5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PSICANÁLISE	104
5.1 FREUD E A EDUCAÇÃO	107
5.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)	112
5.3 NOVAS FRONTEIRAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	116
5.3.1 A violência e o sofrimento	117
5.3.2 A contemporaneidade melancólica	122
5.4 O SUJEITO DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	126
5.5 CONSTRUINDO EIXOS PARA A EA.....	130
5.5.1 CLÍNICA DA ESCUTA.....	131
5.5.2 Jovens “infratores”, o rap e o poetar: deslizamentos da “vida nua” à “vida loka”	133
5.6 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ADVERTIDA DA PSICANÁLISE.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
POSFÁCIO	143
REFERÊNCIAS	144

PREÂMBULO

[...] a vontade, um desejo ferrenho de saber [...] para apreender as causas secretas que movem um ser é preciso e acima de tudo, descobrir essas causas em si mesmo, voltar a si [...] emprestar o próprio eu ao desejo de desvendar um enigma [...]. (NASIO, 1999, p. 12).

A construção de uma tese de doutorado refere-se, entre outros, à relação solitária entre a perspectiva do saber do aluno e os processos coletivos do pertencimento a uma comunidade acadêmica. Nessa perspectiva, este preâmbulo relata a forma como se constitui essa relação para que aconteça a interlocução entre a Psicanálise e o Meio Ambiente.

Em 1996, época em que iniciei a minha análise¹, já atuava como profissional na área Ambiental e, desde então, perguntava-me sobre a relação existente entre o “mundo interno” das pessoas e o que eu entendia como “caos ambiental” ao meu redor. Este caos sugeria haver algum tipo de conexão com a Psicanálise, algo que eu ainda não conseguia precisar por qual via se concretizava.

A relação entre o pensamento ambiental e a Psicanálise era algo inédito na década de 1990, e apontava a exigência de pressupostos teóricos complexos e interdisciplinares, não somente das Ciências Ambientais, mas também das Humanas. Para tanto, passei a agregar à minha formação de geóloga, diversas especializações na área Ambiental, ao mesmo tempo em que frequentei grupos e escolas de Psicanálise em Curitiba, com o intuito de esclarecer os enigmas tanto pessoais quanto profissionais.

Em 2003, cada vez mais instigada a estudar a relação entre a Psicanálise e as questões ambientais, lancei-me ao desafio de desenvolver um projeto voluntário no Hospital Psiquiátrico Bom Retiro, na cidade de Curitiba, numa unidade feminina do Sistema Único de Saúde – SUS (Unidade Josefina), que acolhia aproximadamente 68 mulheres com sintomas depressivos e/ou psicóticos associados à dependência química ou não, em diferentes faixas etárias, incluindo a adolescência.

O referido projeto, que teve duração aproximada de seis meses, tinha como objetivo avaliar se a temática ambiental poderia ser utilizada – e de que forma – no tratamento psicoterapêutico de mulheres. A ideia inicial era fazer a escuta dos relatos de sofrimento dessas mulheres a partir da apresentação de pequenas informações/histórias de cunho ambiental, no sentido de possibilitar o resgate de boas lembranças das pacientes e, assim,

¹ “Uma análise é como se denomina, de maneira usual, o método de investigação de Freud, essencialmente conduzido por um psicanalista.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000, p. 384).

contribuir para o seu processo de recuperação. Como forma de aproximação das internas, eu carregava comigo diversos livros com imagens coloridas de florestas, animais, mapas, enfim, uma gama de informações visuais relacionadas ao meio ambiente, a fim de chamar a sua atenção.

A estratégia acabou sendo bem sucedida, pois os materiais possibilitaram que algumas internas resgatassem parte de suas memórias, especialmente ligadas aos seus locais afetivos de origem. Estabeleceu-se, assim, um vínculo entre mim e as pacientes, que passaram a querer me contar as suas histórias: o porquê de terem chegado até ali, suas tristezas, angústias, as paredes que limitavam o seu “ir e vir”, os grupos que dividiam a comunidade, o choque delas próprias se reconhecendo em outras pacientes, muitas vezes com sintomas mais graves, o desleixo consigo próprias, a violência. Elas queriam falar, muitas vezes sonolentas e dispersivas pela medicação, e ao se sentirem acolhidas por mim, esse desejo era cada vez mais forte. E eu queria ouvi-las.

Vários questionamentos foram surgindo: por que essa minha demanda de escuta? No que se diferenciava a minha escuta dos outros trabalhos voluntários que ali também ocorriam? O que causou a transferência que eu, de alguma forma, tentava manejar? Houve identificação delas para comigo?

Não restam dúvidas de que ter participado desse projeto causou radical transformação na minha maneira de compreender o processo de transferência que se dá entre o analista e o analisando, e com a maneira de ver e de lidar com o sofrimento. Posteriormente, a experiência permitiu um correlato sob a perspectiva de projetos ambientais, como explicarei durante o desenvolvimento desta tese.

Nos anos que se seguiram continuei a trabalhar como consultora na área Ambiental em diversos organismos, desde o setor privado, financeiro, governamental e em Organizações da Sociedade Civil (ONGs), e o enigma da crise ambiental se reiterava em mim em todos esses locais. Era nítido que as decisões a respeito das soluções para determinados impactos, originados pela instalação de projetos ambientais, não incluíam a participação efetiva daquelas pessoas diretamente afetadas pelo referido projeto. Além disso, essas decisões usualmente eram atravessadas por questões de poder e política, bem como por crenças e desejos pessoais. As minhas indagações se tornaram mais e mais recorrentes: o meio ambiente não se refere à vida no planeta? À nossa vida em comum neste planeta? Qual o meu papel enquanto profissional da área Ambiental? Seria possível outra forma de contribuição a partir do meu trabalho?

Em 2015, decidida a buscar outros pontos de vista que pudessem contribuir na resolução desses meus dilemas profissionais, candidatei-me ao doutorado no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente (PPGMDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O Programa, desde a sua criação, tem uma trajetória ímpar, pois proporciona aos seus acadêmicos uma ampla visão das temáticas relacionadas ao Meio Ambiente e Desenvolvimento, bem como apresenta o campo dos debates e dos embates, as concepções do socioambientalismo e dos conflitos sociais oriundos de problemas de apropriação, uso e exploração dos recursos naturais e dos impactos gerados no ambiente (natural e social) (FLORIANI, 2018). Com uma grade curricular ousada e inovadora, o Programa seleciona profissionais de diferentes linhas e pensamentos, convocando-os a refletir sobre meio ambiente, tendo como importante requisito a abertura à prática da pesquisa interdisciplinar.

Segundo Zanoni e Raynaut (2015), também fundadores do PPGMADE, o objetivo geral do programa é ser um ambiente de formação de pós-graduação *Strictu Sensu* (Mestrado e Doutorado) e de produção de conhecimento, desde a concepção interdisciplinar e crítica por meio de elementos teóricos, epistemológicos e metodológicos com vistas à produção interdisciplinar de conhecimento sobre a questão socioambiental contemporânea. Ainda, continuam os autores, o Programa visa organizar cada nova turma em torno de programas de pesquisa definidos e conduzidos coletivamente por docentes e discentes no decurso das atividades de formação.

Ressalta-se que a Educação Ambiental (EA) no Made é pioneira no Brasil, tendo como pressuposto ideias, reflexões que possibilitam o diálogo de saberes em um processo de construção interativa do conhecimento, em que o individual e o coletivo conversam constantemente em busca das convergências do pensamento interdisciplinar. Vislumbra-se, nessa perspectiva, sua forma complexa e interdisciplinar, em que “O ambiente, como objeto de conhecimento, é um saber que não está feito, tem que ser construído; não está dado, é uma questão ontológica; e temos que construí-lo na convivência com o outro.” (FLORIANI; KNECHTEL, 2003, p. 96).

Durante o primeiro ano os alunos dedicam-se integralmente às atividades pedagógicas, frequentando módulos sobre os Fundamentos e Teorias das Ciências Humanas e Sociais, Fundamentos e Teorias das Ciências na Natureza. Dessas atividades decorrem as articulações entre os acadêmicos e professores acerca da compreensão da natureza e causa dos conflitos socioambientais, desde elementos comuns ao campo de cada disciplina ministrada durante os módulos. Ao final desse processo ocorre uma Oficina de Pesquisa com o objetivo de propiciar aos doutorandos a experiência da construção de uma Pesquisa Interdisciplinar em Meio

Ambiente e Desenvolvimento, a qual será posteriormente aprofundada dentro da linha específica, à qual o aluno está submetido. Somente depois de vencido este desafio é que o doutorando inicia a elaboração do seu projeto individual de pesquisa-tese.

Nossa turma de Doutorado, de número XII, elaborou um estudo sobre o tema “*Conflitos Ambientais e (in) justiça ambiental no Brasil: uma análise do Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)*” (NASCIMENTO *et al.*, 2017).

O referido estudo sistematizou os 550 (quinhentos e cinquenta) conflitos socioambientais no Brasil, identificados na plataforma virtual da Fiocruz, gerando dados quantitativos nacionais e por macrorregiões em relação aos principais responsáveis públicos e privados, aos maiores impactos socioambientais e aos notáveis grupos atingidos nos processos de conflitos socioambientais brasileiros.

O estudo confirmou a atuação ou omissão do poder público como principal responsável pelos conflitos socioambientais, seja pela atuação de entidades governamentais (50,7%), pela implantação de políticas públicas e legislação ambiental (17,6%) ou, ainda, pela atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público (12,9%). Por outro lado, as populações atingidas são aquelas vulneráveis das áreas rurais, como os agricultores familiares, impactados em 31,6% dos conflitos; os povos indígenas, citados em 28,7% dos casos; e os quilombolas, que constam em 22,9% dos conflitos em nível nacional.

Percebeu-se que os conflitos socioambientais efetivamente possuíam uma dimensão objetiva que abarcava disputas espaciais e materiais pelo acesso e uso de recursos, mas, sobretudo, portavam uma dimensão simbólica, implicando em formas distintas de se relacionar, dar sentido e significado a um determinado território.

A partir desses resultados, a linha de Epistemologia Socioambiental, na qual estou inserida, evidenciou a necessidade de maior aprofundamento em relação às causas dos conflitos socioambientais brasileiros, demonstrando a importância de elucidar as associações com o modelo de desenvolvimento predominante no Brasil, tema considerado apaixonante e envolvente.

Impulsionados pelos questionamentos dos professores dessa linha de pesquisa nos detivemos, com entusiasmo, sobre questões diversas acerca do projeto de desenvolvimento para o Brasil: o que era esse projeto? Como se davam as relações das questões ambientais com os aspectos políticos, econômicos? O que é o Brasil? O Brasil conhece o Brasil?

Do ponto de vista teórico estabeleceram-se as ideias-força e as concepções dominantes do desenvolvimento, as críticas que correntes opositoras fazem a seu respeito, as dimensões

dos conflitos socioambientais relacionados à expansão do desenvolvimento na América Latina e no Brasil contemporâneo, um painel sobre o sofrimento daqueles que são atingidos pelos grandes projetos brasileiros, o papel da Educação e da Ecoformação neste cenário e, finalmente, o debate sobre as alternativas ao desenvolvimento.

A partir de uma organização em duplas, coube a mim e à minha colega – Nathalia Lima Barreto – o objetivo geral de avançar na compreensão teórica e epistemológica entre as questões socioambientais e a problemática do desenvolvimento no contexto contemporâneo brasileiro, tendo como especificidades: a) estabelecer as relações entre a concepção neoliberal e a ideia de desenvolvimento no Brasil; b) aprofundar a concepção neoliberal a partir da questão da violência e da crise democrática no Brasil; e c) sistematizar e problematizar a questão socioambiental com essa concepção neoliberal e suas relações com o ideário de desenvolvimento.

Meu papel foi o de trazer à luz elementos para o estabelecimento de um campo reflexivo dos afetos de violência e de sofrimento, contemplados a partir de alguns temas socioambientais brasileiros de maior premência, entrelaçando-os com as reflexões que já faziam parte da minha relação com a Psicanálise.

Foi a partir desse ponto que reparei quão escassos são os registros sobre o efeito que a violência subjetiva imprime nos sujeitos, comunidades e populações em decorrência da extensa degradação ambiental e conflitos socioambientais. Deparei-me com psicanalistas como Birman (1996); Nasio (1997); Kehl (2009); Dunker (2015), assim como com pesquisadoras como Zhouri *et al.* (2016), Losekann (2018), Giongo (2017), que apontavam a necessidade de distinguir o sofrimento envolvido em aflições vividas e as suas consequências em grupos atingidos por infortúnios, contingências ou mesmo atos intencionais, como no caso dos impactos decorrentes da implantação de grandes projetos.

Paralelamente a essas atividades do doutorado, inseri-me em espaços que discutiam a relação da Psicanálise com a Cultura, sendo admitida como pesquisadora no Núcleo de Psicanálise e Direito da UFPR². Além disso, tornei-me aluna ouvinte das disciplinas de Psicanálise da UFPR, bem como integrante do Grupo de Estudos em Psicanálise sobre as obras de Freud e Lacan, organizado pelo professor Mauricio d'Escragnolle, coorientador desta tese.

² O Núcleo de Direito e Psicanálise, fundado em 2001, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, tem por escopo desenvolver pesquisas no âmbito da interseção e interlocução entre Direito e Psicanálise, constituindo-se na primeira entidade do gênero no Brasil.

Esse percurso fez emergir uma das principais questões norteadoras da minha tese: afinal, do que se trata a nossa relação com meio ambiente senão de responsabilidade, aquela para comigo mesmo e em relação ao outro?

Ressalto, ainda, as discussões realizadas junto aos coletivos Made e de Psicanálise, as quais exerceram um papel crítico, mas sempre encorajador, sendo bastante significativas para a continuidade do projeto.

Sucederam-se interrogações sobre os aspectos da crise ambiental que teriam a efetiva contribuição dos fundamentos psicanalíticos com base nos estudos do PPGMADE, o que gerou debates acalorados. Como ainda detalharei, acabei chegando à conclusão que o melhor aporte se daria em relação à Educação Ambiental, pois, em detrimento de seus impasses e desafios, esta se apresenta como um componente nodal e não um simples acessório da Educação, de suma importância na construção e reconstrução de conhecimentos ante a relação Homem-Natureza e suas consequências políticas nas práticas educacionais. O mais importante, contudo, é que esta, enquanto entendida e aplicada como processo cognitivo, concerne o que podemos saber a respeito da crise, todavia, saber disso tem sido pouco eficaz para alterar a atual realidade.

Floriani e Knechtel (2003) já haviam proposto o desafio de pensar a Educação Ambiental de tal modo que essa não ficasse limitada a um enfoque naturalista do ambiente ou a um processo que apenas destacasse a solução de processos biofísicos, o que conduz à dimensão que justamente interessa à Psicanálise, permitindo o diálogo com outras disciplinas.

Todos esses elementos resultaram na formalização do projeto de doutorado, que foi submetido aos colegas e professores do Made em novembro de 2017, com o objetivo de analisar a crise ambiental a partir da perspectiva da Metapsicologia³ freudiana, como uma contribuição à epistemologia da Educação Ambiental.

Apesar da proposta interdisciplinar do Programa, a ideia inicialmente não foi bem apreendida visto que havia o entendimento da Psicanálise enquanto processo terapêutico focado em ajudar indivíduos a resolverem questões emocionais. Foi necessário, neste momento, clarificar que, apesar da Psicanálise retirar a sua legitimidade na função clínica, ela ultrapassa essa dimensão ao compreender a origem e as causas do sofrimento humano, cabendo, portanto, uma reflexão profunda sobre o laço social e as formas de pertencimento.

³ Laplanche e Pontalis (2000) definem Metapsicologia como o termo criado por Freud, em 1896, para designar o conjunto da sua concepção teórica, ou seja, conceitos importantes como o inconsciente, pulsão, recalçamento, sintoma, entre outros.

Outro aspecto colocado em questão foi o motivo porque a escolha havia recaído sobre a Psicanálise freudiana. Lembrei-me, então, da provocação de Mladen Dolar (2007) quando se pergunta: “o que se quer dizer quando se diz Fred?”

Ora, sabe-se que Freud não se ocupou das questões ambientais da forma como as pensamos hoje, entretanto, em toda a extensão da sua obra está o registro, a marca do coletivo e dos laços sociais, o que se entende ser, desde já, um inegável legado político ao tema.

Em “*Psicologia das Massas*”, Freud ([1920-1923], 2011a) já havia determinado que não houvesse separação entre o coletivo e o individual, ou seja, não existe uma vida que não seja coletivizada em algum nível, atestando que o sujeito é dividido em afetos que são somente seus, mas é também dependente do discurso do Outro. Com isso, segundo Dolar (2007), pode-se adotar uma abordagem inteiramente diferente que conduz à presença do legado político em Freud, pois se a Psicanálise surgiu a partir do tratamento da psique individual, seus sintomas e vicissitudes, e se o objeto da política é a construção de uma coletividade, então essa fronteira tem sido cruzada desde o princípio, onde o indivíduo, o ego e o sujeito são inconcebíveis sem uma teoria do laço social.

O pensamento do psicanalista sugere que a política é “universal e ubiquamente presente na obra de Freud, ao ponto de quase não deixar espaço para outra coisa. Nenhuma página sequer de Freud estaria livre de consequências políticas.” Opera-se, assim, um correlato de que nada é mais político do que as relações que se forjam nas questões socioambientais, ou seja, nada é mais atual e instigante do que o pensamento freudiano (DOLAR, 2007).

Além disso, Freud, na extensão da sua obra, demonstrou o diálogo entre a Psicanálise e outros campos do saber, tendo escrito muitos trabalhos envolvendo questões literárias, antropológicas, sociais e culturais. Segundo Chaves (2019), importante tradutor brasileiro de ensaios freudianos, é de notório reconhecimento que, em muitas dessas obras, Freud tenha marcado uma revolucionária mudança de posição, numa passagem de leitor “rendido à autoridade dos especialistas” para um autor que não apenas apontava uma espécie de déficit no que dizia respeito ao modo como os especialistas tratavam do domínio de seus campos de conhecimento, mas também propondo as suas próprias definições.

Assim, segundo Chaves (2019, p. 154), “se antes a psicanálise parecia estar se intrometendo onde não era chamada, agora ela precisa e deve se intrometer para preencher uma significativa lacuna.” Quase inteiramente indiferente à revolução que as vanguardas estéticas de sua época estavam promovendo, Freud, paradoxalmente, acabou criando um dispositivo interpretativo do qual estas puderam se aproveitar, da mesma maneira como, ao

final do século XIX, enfrentou o saber médico-psiquiátrico, resultando na criação da própria Psicanálise.

A narrativa da minha trajetória e as ainda breves argumentações sobre a importância do pensamento freudiano, demarcam a confluência da tese aos objetivos do PPGMADE, explorando esse horizonte aberto por Freud que, certamente, não se tem a pretensão de esgotar.

Bem além de uma clínica do sofrimento psíquico, “a psicanálise freudiana sempre visou constituir igualmente uma teoria das produções culturais que possibilitasse desvendar a maneira como a civilização moderna mobiliza seus sistemas de crenças, afetos e desejos” (SAFATLE, 2010, p. 1), que se atam e desatam no campo social, dando-lhe uma conformação ou trabalhando pela sua implosão.

Em suma, na medida em que o projeto foi avançando, viu-se a conformação de uma expectativa positiva em relação à tese, assim como a possibilidade dessa contribuir com as condições teóricas que legitimam pensar a crise ambiental no que concerne ao sujeito e não somente aos seus fenômenos físicos.

Entendo ser relevante acrescentar que em 2019 participei do desenvolvimento da disciplina de Educação Ambiental, que há 25 anos faz parte do currículo do PPGMADE. Minha orientadora, professora e pesquisadora responsável pela Educação Ambiental no Made, percebeu, a partir de nossas discussões em conjunto, que mesmo sendo abordadas experiências acadêmicas, reflexões, discussões e várias observações, essas não davam conta da internalização de valores ou de subjetividades.

Contribuí, dessa forma, com a criação do Plano de Estudos e de Pesquisa trabalhado na disciplina, em 2019, na ótica proposta por Knechtel (2019), denominado de “*A EA em Novas Fronteiras*”, onde foram abordados os seguintes temas: EA na perspectiva geográfica; EA na perspectiva oceanográfica; EA na perspectiva psicopedagógica; EA na perspectiva ecoformativa; EA na perspectiva de práticas socioeducativas interdisciplinares; EA na perspectiva transformativa: da colonialidade e (de)colonialidade; EA na perspectiva da comunicação (educomunicação), e EA na perspectiva psicanalítica, a qual ficou sob minha responsabilidade.

Assinalo, por fim, a importância do PPGMADE no cotidiano de tantos profissionais diferentes, com distintas visões e práticas relativas ao meio ambiente, sempre me interrogando e me desafiando na sustentação do meu desejo de desenvolver a minha tese no âmbito da Psicanálise.

Percebo que o trabalho que está aqui, traduzido em palavras, tem a cor, a “*cara*” do Made e de todos os espaços legítimos e democráticos da UFPR. Em todos os espaços recebi o apoio do Grupo de Estudos em Psicanálise da UFPR, o que contribuiu com o avanço do reconhecimento do meu desejo de saber, nitidamente freudiano, proporcionando que esta aventura fosse além das fronteiras do que já me era conhecido.

INTRODUÇÃO

Enriquez (1991) escreveu que o século XIX foi o da esperança, da crença no progresso social, na fraternidade humana. O século XX, todavia, mostrou a inquietude e as decepções em relação ao progresso, e não será de todo ilusório ou mesmo precipitado afirmar que o XXI será aquele em que a humanidade terá que se deparar, de maneira inexorável, com a crise ambiental.

Alguns problemas ambientais têm se manifestado em escala ampla, são diversificados em sua origem e se propagam por todo o planeta. No caso do Brasil, eles têm atravessado praticamente todo o território, tanto nos perímetros urbanos como rurais.

As consequências são uma degradação ambiental sem precedentes, a qual tem crescido nas últimas décadas, desencadeando uma crise ambiental mundial que, inclusive, interroga a permanência humana no planeta. As perspectivas acerca da qualidade ambiental do mundo sugerem desalento e desamparo, pois não há um direcionamento efetivo na reversão desse quadro.

Há que se considerar, ainda, o sentimento de malogro dos esforços das grandes instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, bem lembrado por Barreto (2011) ao refletir sobre o final de cada uma de suas conferências, constatando que os rumos globais do desenvolvimento sustentável vêm acompanhados de um notório fracasso de ineficácia normativa. A autora ainda relembra que, de acordo com Sachs, precursor do ecodesenvolvimento, a Agenda 21, considerada o principal documento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, não foi totalmente implantada.

Decorrentes desse fracasso, em 2015 surgiram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que, na verdade, referem-se à renovação ou ampliação de compromissos outrora assumidos e ainda inconclusos, sob uma nova indumentária semântica, agora intitulada “Agenda 2030”, como descreve Okado e Quinelli (2016). A Agenda 2030, mesmo sendo um acordo internacional de cooperação e engajamento para enfrentar uma persistente realidade de conflitos, desigualdades de acessos e poder, ao mesmo tempo em que traz esperança provoca dúvidas acerca das condições nas quais ela pode ser posta em prática. Biermann, Kanie e Kim (2017) mostram que a Agenda 2030 não tem efeito jurídico vinculante, pois falta força jurídica aos ODS e às suas metas, cabendo aos países signatários considerá-los ou não com força de lei ou de diretriz.

Segundo reflexão de Barreto (2011), ainda permanecem sem solução as questões dos limites do crescimento e das formas de desenvolvimento na perspectiva do modelo capitalista. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), ao avaliar os progressos da Agenda Ambiental Internacional 20 anos após a publicação do Relatório Brundtland, sentenciou que nenhum dos grandes temas levantados em “*O Nosso Futuro Comum*”⁴ prevê tendências futuras favoráveis. Neste caso, as denominadas “*hard to manage issues*” – como as mudanças climáticas, a extinção dos recursos naturais, o crescimento populacional, a miséria – não teriam sido solucionadas e tampouco devidamente enfrentadas (BARRETO, 2011, p. 55). De maneira não surpreendente, a preocupação, do ponto de vista do modelo econômico capitalista, continua a ser com o combate aos efeitos da degradação e não com as suas causas.

O mesmo malogro a que se referiu Barreto (2011) foi observado no resultado da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – a COP25, realizada em Madri, na Espanha, em dezembro de 2019. A Conferência terminou sem unanimidade sobre as ambições climáticas no tocante às questões que lidam com perdas e danos provocados pelo homem, gerando um sentimento de desapontamento nos participantes.

Foladori (2001), a partir de extensa discussão sobre os limites do desenvolvimento sustentável, confirma que se está diante de uma crise ambiental expressa por sua amplitude, caráter polissêmico, com elementos de tal forma imbricados que a incumbência de delineá-los se torna uma tarefa árdua. Assevera que “a principal novidade é o caráter planetário, afetando a sociedade humana em seu conjunto, tendo em vista os limites físicos, os recursos naturais, a capacidade do planeta em se recuperar e, sobretudo, sobre a continuidade da espécie humana sob condições de tamanha degradação.” (FOLADORI, 2001, p. 136). Por outra via, no entanto, o autor denuncia que essa forma de apresentar o problema é enganosa:

[...] A sociedade humana tem diferenças em seu interior que se cristalizam em apropriação histórica diferente dos meios de vida da natureza externa em geral. Essa diferente apropriação cria classes e grupos sociais tão distintos em seu relacionamento com o meio ambiente, tanto em relação à responsabilidade sobre as transformações ambientais quanto aos benefícios e/ou prejuízos que aparecem [...]. Não se trata de existir ou não limites físicos para a prática humana, o problema não é esse, mas de contradições sociais que provocam diferenças de acesso à natureza e que podem conduzir, eventualmente, à catástrofes ambientais [...]. (FOLADORI, 2001, p. 137).

⁴ “O Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*) ou “Relatório Brundtland” foi publicado em 1987. Nesse documento o desenvolvimento sustentável é concebido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

A declaração do autor se soma ao entendimento desta tese, pois não se pode compreender a crise ambiental somente a partir de suas expressões físicas, o que seria rechaçar o problema principal, ou seja, negar a influência da sua dimensão subjetiva e, como se verá mais adiante, metapsicológica.

Sob essa perspectiva se delinea o lado trágico da crise ambiental exposta na relação entre sofrimento e sistemas sociais. Concorde-se com o pensamento de Safatle (2016, p. 10), para quem “o sofrimento social é a expressão de um social ainda não reconhecido que continua a insistir como carta não entregue, promessa não cumprida.” A constatação do autor se confirma na existência de mais de 3,5 bilhões de seres humanos que sofrem com as mudanças climáticas e suas terríveis consequências; que assistem ao consumo exacerbado – a forma de gozo do sujeito moderno – de uma minoria, flagelam em ambientes de grande adversidade, curvam-se diante de um sistema econômico que perpetua a desigualdade, num sofrimento físico e psíquico sem precedentes.

Ainda nessa ótica, aponta-se a existência de crimes ocultos da escravidão humana e a destruição ambiental, não apenas inextricavelmente ligados, mas impulsionados mutuamente, como prova o sociólogo norte-americano Kevin Bales, considerado um dos maiores especialistas no tema. Os escravos modernos, segundo o autor, são usados para destruir o meio ambiente e essa destruição, associada à escravidão, é como um motor que alimenta o mercado global com os despojos de um crime (BALES, 2016).

Os elementos expostos anteriormente são indicativos de que há em curso uma catástrofe ecológica, e expõem, de maneira brutal, a constituição de uma grande massa de excluídos do sistema social vigente, entrelaçando exclusão, violência e destruição ambiental de forma inigualável, comprovando o adoecimento das relações entre os sujeitos.

Para além dessa dimensão objetiva, ou seja, das disputas espaciais e materiais pelo acesso e uso de recursos naturais, afirma-se, portanto, a existência de uma dimensão subjetiva – metapsicológica – que remete às distintas formas dos laços sociais, seus sentidos e significados que a crise ambiental traz em si como sua verdade.

Diante disto, entende-se genuína a proposta de investigar a existência de um verdadeiro “mal-estar” na crise ambiental, que não se insurge contra nem à revelia do processo civilizatório, mas é diretamente oriundo deste. Floriani (2004, p. 132) expõe nesse sentido que: “O problema é que a humanidade tem a imensa capacidade de não se (des)contentar apenas com os seus velhos problemas, mas de criar permanentemente novos e de converter soluções em outros problemas.”

Destarte, a tese, doravante assumida, tem por objeto a crise ambiental e seu sentido civilizatório a partir de uma perspectiva psicanalítica freudiana. A hipótese construída é que a crise ambiental possui uma dimensão metapsicológica, ou seja, é tão psíquica quanto ambiental e sociopolítica. Ademais, considera de maneira insuficiente o sofrimento humano e, por isso, a Educação Ambiental, enquanto um processo educativo voltado às questões ambientais deve partilhar da responsabilidade de incluir essa dimensão em suas premissas. O argumento que se coloca é que a (de)-vasta-ção não é somente física, mas psíquica, sem precedentes, rasgando o tecido social em diferentes locais, sob diferentes contornos. Acredita-se, portanto, que a Educação Ambiental, a partir da delimitação da matriz metapsicológica da crise ambiental, pode contribuir mais incisivamente com a disrupção da ordem hegemônica vigente no tocante aos bens naturais.

Os questionamentos que embasaram a determinação deste trabalho foram: como entender, a partir do pensamento de Freud, o confronto entre o avanço e o retrocesso no desenvolvimento da civilização no contexto da crise ambiental? Quais categorias psicanalíticas e sob quais condições essas podem contribuir para a visão da crise? É possível circunscrever consequências psíquicas nos sujeitos, decorrente da extensa degradação ambiental? Como pensar uma Educação Socioambiental inspirada no método psicanalítico?

Desta feita, a tese tem como objetivo geral situar a problemática ambiental no contexto da Psicanálise, fundamentalmente a partir do trabalho de Sigmund Freud (1856-1939). Ao situar essa problemática pretende-se saber quais os efeitos e as possibilidades relativas à Educação Ambiental que consideram o intenso sofrimento psíquico instaurado. Para isso, se busca: a) identificar a dimensão metapsicológica no fenômeno da crise; b) analisar a crise ambiental enquanto homóloga a um sintoma psicanalítico, não de um sujeito, mas de uma época – a modernidade; c) refletir acerca do que seria uma Educação Socioambiental advertida das contribuições da Psicanálise.

Trata-se de um estudo teórico apoiado em pesquisa bibliográfica, documental, leitura analítico-interpretativa, reflexiva, perceptivo-explicativa das categorias psicanalíticas de Freud e de premissas de outros autores, permitindo correlações com as questões socioambientais.

Em relação à metodologia de abordagem da tese, contudo, uma dificuldade inicial já se interpõe: como estabelecer relações entre campos disciplinares distintos – meio ambiente e Psicanálise – sem anular as singularidades desses diferentes campos? Dolar (2007, p. 2) já havia afirmado nesse sentido que “se definir os termos isoladamente já não é tarefa fácil, pensar a possível intersecção entre os dois torna-se inglório.”

Por outro lado, o autor afirma que as reflexões sobre o social a que Freud se refere, não reduziram a aplicação da Psicanálise a um novo campo de pesquisa, mas sim o desdobramento do que esteve sempre ali, desde o início.

A premissa primeira assumida, portanto, é que os traços e as peculiaridades das formas de discursos e afetos que envolvem os indivíduos, na medida em que se constituem elementos a compor a complexidade da crise ambiental, abrem espaço à interlocução com a Psicanálise enquanto “um discurso da verdade sobre a causa e a condição humana.” (SESARINO, 2006, p. 2).

A segunda, mas não menos importante, é que essa pesquisa se debruça sobre as produções sociais e políticas e não eminentemente sobre o campo da clínica, mas é inegável que a vida psíquica não existe isolada do contexto cultural no qual o indivíduo está inserido. Nesse caso, Freud já havia dito que o outro “é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e, portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado.” (FREUD [1920-1923], 2011a, p. 10).

A construção da tese, portanto, ocorre fundamentalmente a partir da leitura e compreensão do pensamento de Freud articulada a autores da Filosofia, Ciências Sociais e outros da modernidade, inquirindo acerca das diferenças e das conjunções possíveis com o tema das questões ambientais. Em relação à parte de Educação Ambiental e Ecologia Política a referência principal é Enrique Leff, um dos principais expoentes do pensamento ambiental latino-americano e primeiro a articular de forma direta a relação entre a teoria lacaniana e o meio ambiente (LEFF, 2011).

Há que se ressaltar mais um elemento na organização da tese que se relaciona à própria pesquisadora, à sua trajetória em meio ambiente e à experiência clínica com o método psicanalítico. Acredita-se que há uma relação transferencial que não reflete simplesmente uma aplicação passiva da teoria, mas que se ancora numa produtividade a partir da sua própria vivência com o objeto a ser pesquisado, o que confirma a possibilidade de uma leitura psicanalítica em relação à tematização da crise ambiental.

A proposta se confirma, como já dito anteriormente, na esfera do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, alinhada ao escopo da linha de Epistemologia Socioambiental, que busca pensar, a partir das novas epistemologias, os problemas socioambientais.

Neste caso, singulariza-se o tema ofertando novos elementos à construção teórico-metodológica do Saber Ambiental, tal qual a definição proposta por de Leff (2004), incluindo

a perspectiva psicanalítica. Trata-se de uma aventura interdisciplinar, para além do domínio da Educação Ambiental formal, representando uma incursão em novo território da questão ambiental.

Deste modo, o desenvolvimento da tese constitui-se de cinco partes além desta introdução. A parte 1 é onde se contextualiza a crise ambiental, privilegiando os aspectos em relação à água e aos chamados contaminantes emergentes como elementos empíricos de análise, discutindo o seu sentido ético e político.

Na sequência, a segunda parte descreve a forma como a Psicanálise tem se ocupado das questões civilizatórias, partindo dos textos em que Freud se ocupou das questões sociais, segundo a dimensão planetária da crise e o desenvolvimento do processo civilizatório. A terceira parte apresenta o resultado do levantamento bibliográfico de pesquisadores que têm oferecido elementos à articulação sobre a Psicanálise e o meio ambiente.

Na quarta parte aborda-se o estatuto metapsicológico da crise ambiental e são apresentadas as categorias da pulsão, além do princípio do prazer, supereu e o sintoma, fazendo um correlato com a dimensão ambiental. Faz-se, também, uma análise da crise ambiental enquanto homóloga a um sintoma psicanalítico e a forma como ocorre a sua vinculação ao mal-estar na contemporaneidade, a partir de um dos ensaios de Freud mais expressivos, *“O mal-estar na cultura”*.

O quinto capítulo é resultante da articulação dos capítulos anteriores, e tem por objetivo contribuir com as intervenções cabíveis neste cenário. É possível vislumbrar caminhos e possibilidades a partir de outras disciplinas, no entanto, entende-se que a escolha se dirigiu à Educação Ambiental. Ao discutir os dois campos – Psicanálise e Educação e a Educação Ambiental, sob suas respectivas perspectivas, evidencia-se a existência de novas fronteiras, conduzindo à aventura de pensar outras experiências em Educação Ambiental. Mostra-se, assim, que a violência e o sofrimento psíquico atravessam as questões ambientais, numa dimensão ainda pouco compreendida, interrogando sobre quem é o sujeito afinal da questão ambiental.

Por fim, ressalta-se que a configuração da tese, ou seja, tanto a escolha dos conceitos freudianos e a sua ordem de exposição não são aleatórias, mas resultantes de um esforço para interligar o pensamento freudiano ao que se denomina de questões ambientais atuais – a modernidade – uma experiência que talvez não acontecesse se não estivessem alinhadas à experiência na área ambiental e à vivência desta autora, percorrida na elaboração da sua análise pessoal.

1 A CRISE AMBIENTAL

O caminho que conduziu até a elaboração desta tese permitiu estabelecer um ponto de partida em relação ao meio ambiente, o qual se deu sob a ótica do campo, ou seja, a origem de formação da pesquisadora, a saber, a Geologia e a temática de Riscos Socioambientais.

Apresentam-se, a seguir, alguns elementos com o intuito de dimensionar o caráter da crise ambiental, a dificuldade na sua delimitação, considerando uma das suas faces mais trágicas – a crise da água. Como ponto de partida apresenta-se um recorte do livro “*Vozes de Tchernobyl*” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 58):

[...] E agora essa vida, tudo está destruído. E a gente pensava que tudo aquilo era indestrutível, que seria assim para sempre. Que tudo que se cozinhava na panela era eterno. Eu nunca acreditaria que isso ia mudar. E o que aconteceu? O leite está proibido; os legumes proibidos. Proíbem os cogumelos e as bagas. Mandam macerar a carne por três horas. E trocar a água de cozimento das batatas duas vezes. Mas brigar com Deus é inútil... Precisamos viver... Querem nos assustar dizendo que não podemos beber da nossa água. Mas como é possível ficar sem água? Toda pessoa precisa de água. Nada existe sem água. Você encontra água até na pedra. Pode ser que a água seja eterna? Toda a vida depende dela... E a quem você vai perguntar? Ninguém diz nada. Rezam a Deus, mas não perguntam para Ele. Precisamos viver... Olhe, o grão cresceu. Vem aí uma boa colheita. (Anna Petróvna Badáieva, residente na zona contaminada de Tchernobyl).

O trecho acima se refere à tragédia que ocorreu em 26 de abril de 1986, na cidade de Pripyat, na central elétrica da Usina Nuclear de Chernobyl (então República Socialista Soviética da Ucrânia). Durante uma explosão, a usina lançou grandes quantidades de partículas radioativas na atmosfera, as quais se espalharam por boa parte da União Soviética e da Europa Ocidental (WHO, 2011).

A considerável radioatividade, centenas de vezes superior à tragédia de Hiroshima, atingiu dezenas de milhões de seres humanos, que passaram a viver, beber, alimentar-se e a se reproduzir em um meio contaminado, com toda a sorte de tumores cancerígenos, cardiopatias, fadigas crônicas, doenças inéditas e sentimento de desamparo, afetando uma população imensa, sobretudo crianças e jovens (DUPUY, 2007).

As consequências da explosão do reator causaram, portanto, uma tragédia ambiental até hoje ainda não completamente dimensionada, e serviu de exemplo ao mundo ao mostrar a extensão da contaminação a que foram submetidas aquelas pessoas, suas águas, alimentos e solos.

A dimensão do desastre pode causar surpresa ao cidadão leigo no tema, contudo, a história mostra que esses se repetem, de maneira quase sistemática, impingindo ao que

deveria ser contingencial, uma conotação fortemente perturbadora, compulsiva, que merece ser mais bem compreendida.

A tragédia de Chernobyl, portanto, é apenas uma entre tantas outras tantas a ocorrer ou com grande probabilidade de acontecer, as quais a maioria da população desconhece, nega ou lhe são indiferentes, mas que estão produzindo – ou produzirão – alterações silenciosas, quiçá nefastas, no corpo do planeta.

Há, sem dúvida, uma massiva destruição dos sistemas naturais, a exemplo da aniquilação das grandes florestas e suas biodiversidades, a contaminação das águas em seus mais diversos ambientes, assim como o aquecimento global e seus efeitos proeminentes, trágicos e crescentes que atravessam todo o planeta, cujos temas estão sendo abordados de forma recorrente ao longo das últimas décadas por uma reconhecida comunidade acadêmica.

O cirurgião francês René Leriche, parafraseado por Safatle (2010), afirmou que “A saúde é a vida no silêncio dos órgãos”, indicando que no século XX a doença era, em última instância, o que faz o corpo falar. Em sentido metafórico, o corpo do planeta tem falado por meio das grandes tragédias ambientais e suas consequências subdimensionadas, das mudanças climáticas, do lixo invisível que adentra a alimentação, da perda de biodiversidade, da contaminação dos oceanos, entre tantos e múltiplos exemplos de que se pode dispor.

Diante desse quadro, teóricos que se dedicam a analisar a crise ambiental situam-na para além do âmbito das questões ecológicas, entendendo-a como “uma crise do projeto moderno de civilidade” associado à hegemonia de um modelo de desenvolvimento, tal como já sido colocado por Foladori (2001) e como Leff (2004, p. ix) descreve a seguir:

La problemática ambiental emerge como una crisis de civilización: dela cultura occidental; de la racionalidad de la modernidad; de la economía del mundo globalizado. No es una catástrofe ecológica ni un simple desequilibrio de la economía. [...] es la pérdida del sentido de la existencia que genera el pensamiento racional en su negación de la otredad.

Leff (2004), nesta afirmação, conduz ao estabelecimento dos “nós” que atam os diferentes aspectos da crise ambiental – econômico, político, científico, catastrófico, etc. – que estruturam a dinâmica intrínseca às modernas relações sociais. Se “nossa” crise ambiental deve ser compreendida, como assinala o autor, como uma crise de civilização estreitamente associada a uma suposta “perda do sentido da existência”, assim como a certas formas de “negação da alteridade”, então ela essencialmente deve denotar o campo dos afetos. Da mesma forma, de maneira fundamental, as modernas experiências de desamparo e de

insegurança subjetivas, as quais, por sua vez, deixar-se-iam figurar pelas expectativas ecológicas de catástrofe em um ambiente geral de sofrimento psíquico.

Dentro dessas expectativas de catástrofe há uma eminente e terrível ameaça, a qual está relacionada à água – bem fundamental que concerne diretamente à vida humana. Devido ao seu caráter transversal à temática ambiental, far-se-á um recorte desse delicado sistema e sua relação com a moderna experiência de vida. A escolha pelo tema “água” deve-se à sua relação direta com a vida, já que todas as atividades humanas dependem, direta ou indiretamente, do uso da água. Talvez isso possa parecer algo simples demais, mas não o é... Possivelmente se tenha esquecido justamente do valor da vida.

De antemão, a ressalva teórica é de que não é objetivo deste capítulo aprofundar os elementos físico-químicos ou biológicos da água, mas sim compor um quadro de elementos e/ou situações que possam ser correlacionados aos conceitos freudianos.

Nesse sentido, as evidências são irrefutáveis: há um declínio quantitativo e uma degradação qualitativa da água doce no mundo, caracterizando os dois aspectos indissociáveis da grande crise hídrica que perpassa o planeta, como expõe Marques (2015) e se delineia a seguir.

1.1 ÁGUA: DELICADO SISTEMA

A água, o seu processo de formação e a delimitação da sua importância estão presentes em todas as primeiras experiências formativas educacionais, visto que ela é responsável pela manutenção da cadeia da vida em todo o planeta Terra.

O corpo teórico que sustenta a água surge das mais diferentes disciplinas do conhecimento e, em unanimidade, enfatizam a sua importância e, principalmente, a responsabilidade em relação ao conteúdo disponível para consumo: apenas um 1% da água doce é um recurso aproveitável pela humanidade, representando 0,007% de toda a água do planeta (HIRATA, 2009).

Enquanto recurso global, a água integra dois sistemas ambientais cruciais:

- **Águas superficiais:** compostas por canais de drenagem e corpos de água fechados, que têm como função regular o suprimento de água fresca nos continentes, a exemplo dos rios, lagos, zonas úmidas – pântanos alagados, brejos, mangues de água doce e salgada, várzeas.

- **Águas subterrâneas:** formadas pelo excedente das águas de chuvas que percorrem camadas abaixo da superfície do solo, ao longo da história geológica, preenchendo os espaços vazios entre as rochas.

No caso das águas subterrâneas podem existir formações geológicas permeáveis ou aquíferos – aquelas que efetivamente permitem armazenamento de água – constituindo uma reserva embaixo do solo, uma espécie de caixa d’água que, por sua vez, alimenta os mananciais superficiais, num ciclo infinito.

A partir dessa breve descrição é possível perceber que esse “delicado” sistema envolve milhares de relações de componentes com outros milhares de compostos físico-químicos, ecossistemas que, mesmo com o grande avanço científico, ainda não foram devidamente estudados. Pereira, Cerejeira e Daam (2014) descrevem que as águas subterrâneas, por exemplo, sempre foram consideradas um ambiente extremo, habitadas por apenas algumas espécies especializadas. Nas últimas décadas, no entanto, pesquisas sobre a biodiversidade em águas subterrâneas revelaram que esses ambientes abrigam comunidades diversas de animais (GALASSI; HUYS; REID, 2009 apud PEREIRA; CEREJEIRA; DAAM, 2014, p. 152).

Na cultura global, a água se conecta com as crenças religiosas de muitos povos, como no caso da prática de Vodun, na África subsahariana, onde os espíritos são invocados sob as Grandes Águas, integrando as expressões espirituais desses povos (DAVIS, 2003). A água também está presente em ritos de passagem de civilizações como elemento mágico-religioso, seja na forma de um rio ou lago sagrado, cuja travessia era proibida ou realizada sob pena de sanções sobrenaturais, frequentemente acompanhadas por cerimônias (GENNEP, 2011).

Praticamente todas as civilizações ao longo da História da humanidade tiveram e/ou têm na água um fator estruturante dos modelos relacionados às suas origens. Ela tem sido condicionada a assentamentos em torno de rios, lagos, mares, bem como é considerada dádiva divina, pois seu desaparecimento condicionaria o fim da própria sociedade em questão (DIEGUES, 2007 apud JACOBI; GRANDISOLI, 2017).

Em relação à Educação Ambiental, o tema “água” é trabalhado em múltiplas vertentes, desde aquelas sobre as responsabilidades, os cuidados, os diferentes interesses que envolvem a sua posse, assim como os aspectos subjetivos de seus movimentos, como a fluidez, ritmos, alternâncias e limpidez, com diferentes realidades humanas ou mesmo aceitação e inclusão das diferenças, da flexibilidade, da visão sistêmica, do pensamento reflexivo.

Jacobi e Grandisoli (2017, p. 24) lembram que “quando as pessoas não têm acesso à água potável no lar ou à água enquanto recurso produtivo, suas escolhas e liberdades são limitadas pela doença, pobreza e vulnerabilidade.” Nessa perspectiva, a água em circunstância

de escassez ou de privação afeta as condições de vida material, restringindo as possibilidades sociais, essencialmente daqueles mais vulneráveis, enfraquecendo a dignidade humana.

O trabalho do *International Water Management Institute* (IWMI, 2016) mostra que a aceleração do declínio dos recursos hídricos é maior do que a prevista pelas projeções, ou seja, um terço da população mundial sofre de estresse de água (*water stress*), uma situação não prevista a ocorrer antes de 2025. O nível seguinte ao de “estresse de água” na escala Falkenmark⁵, “escassez de água” (*water scarcity*), já atinge hoje um décimo da população mundial, e dentro de dez anos, em 2025, quando a população for de oito bilhões de pessoas, a “escassez absoluta” (*absolute scarcity*) – o nível máximo de escassez na escala Falkenmark – será o lote de 1,8 bilhão de pessoas, ou seja, 22,5% da população (IWMI, 2016).

Segundo dados da Unesco (2019), o diagnóstico não melhora: pouco menos de um bilhão de pessoas consome 86% da água existente, enquanto que para 1,4 bilhões ela é insuficiente (em 2020 serão três bilhões), e para dois bilhões ela não é tratada, o que gera 85% das doenças; mais de dois bilhões de pessoas vivem em países que vivenciam alto estresse hídrico, e cerca de quatro bilhões experimentam escassez severa de água durante pelo menos um mês do ano, tendência que visa aumentar num cenário de intensificados efeitos da mudança climática. Além disso, é importante que a demanda mundial por água deve continuar aumentando a uma taxa de 1% ao ano até 2050, o que representará um aumento de 20% a 30% em relação ao nível atual de uso, principalmente devido à crescente demanda nos setores industrial e doméstico.

O estudo de Marques (2015) ancora esse cenário ao apresentar a descrição de um cenário quase apocalítico baseado em vasta bibliografia internacional acerca do estado dos recursos hídricos no mundo. O autor desenha um grande panorama onde desde projetos de barramentos, transposições, alterações de curso, deposição de toda a espécie de resíduos, efluentes não tratados ou rejeitos tóxicos, com suas consequências sociais imensas, como o mercado negro da água, atravessam o planeta em todas as direções. Aponta, inclusive, uma espécie de universalização ou repetição de situações limítrofes às quais a maioria da população mundial está submetida.

Nesse sentido, abrem-se dois caminhos: um, que reforça a importância da água na sua inerente relação com a vida; e o outro que alerta, sistematicamente, sobre o crescente grau de

⁵ O Índice Falkenmark, indicador que mede a razão Consumo de Água/Disponibilidade Hídrica (*Falkenmark Water Stress Indicator*) estabelece três níveis de escassez hídrica: (1) “estresse de água” (*water stress*), quando o suprimento de água renovável situa-se abaixo do limiar de 1.700 m³ *per capita* por ano; (2) “escassez de água” (*water scarcity*), quando esse nível é inferior a 1.000 m³ *per capita*; e (3) “escassez absoluta de água” (*absolute scarcity*), quando esse nível é inferior a 500 m³ *per capita* por ano (Disponível em: <http://www.un.org/waterforlifedecade/scarcity.shtml>).

degradação qualitativa e quantitativa da água no mundo (MARQUES, 2015; HOEKSTRA, 2013).

Na perspectiva contemporânea dos impactos sobre a água, registram-se os chamados “contaminantes emergentes”, ou “contaminantes de preocupação emergentes”, segundo a definição do Serviço Geológico dos Estados Unidos (*United States Geological Survey* – USGS, 2019). Para esse Serviço, trata-se de substâncias químicas, de ocorrência natural ou antrópica, ou qualquer micro-organismo que “não” é normalmente controlado no ambiente, mas que tem potencial para intervir, causando efeitos adversos ecológicos e/ou sobre a saúde humana, os quais têm efeitos conhecidos ou suspeitos.

Na mesma direção, porém com maior enfoque nas possíveis legislações pertinentes, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (*United States Environmental Protection Agency* – USEPA, 2019) os denomina de “poluentes não incluídos em programas de monitoramento”, e que podem se tornar candidatos para legislações futuras, a depender de pesquisas sobre a toxicidade, efeitos sobre a saúde, percepção do público e os dados sobre a sua ocorrência em vários ambientes.

Dentre as substâncias mais conhecidas que têm sido classificadas como tal estão os fármacos, compostos usados em produtos de higiene pessoal (ex: protetores solares), hormônios, alquilfenóis e seus derivados, drogas ilícitas, sucralose e outros adoçantes artificiais, pesticidas, subprodutos provenientes de processos de desinfecção de águas (*Desinfect by Products* – DPB), retardantes de chama bromados, compostos perfluorados, siloxanos, benzotriazóis, ácidos naftênicos, percloratos, dioxinas, nano materiais, líquidos iônicos e microplásticos. Além desses, alguns micro-organismos e toxinas de algas também são considerados contaminantes emergentes (MONTAGNER; VIDAL; ACAYABA, 2016; EBELE; ABDALLAH; HARRAD, 2017).

Para entender a procedência desses produtos químicos, a USGS explica que é preciso apenas refletir sobre o estilo de vida moderno, visto que são utilizados cotidianamente, tornando-se, assim, permanentes nas águas residuais, uma vez que as atuais plantas de tratamento não foram projetadas para removê-los. A Agência lembra, ainda, que mesmo as plantas industriais que possuem suas próprias estações de tratamento também não removem todos esses produtos químicos, podendo, eventualmente, contaminar os sistemas ambientais de recursos hídricos (MONTAGNER; VIDAL, ACAYABA, 2016; GLASSMEYER *et al.*, 2016; USGS, 2019; VERAS *et al.*, 2019)). Ademais, a maioria são muito recalcitrantes, ou seja, resistentes a sua completa degradação na passagem por sistemas de tratamento de água (GLASSMEYER *et al.*, 2016). A literatura especializada mostra que os estudos toxicológicos

e ecotoxicológicos que podem subsidiar a regulação de muitos contaminantes emergentes, são relativamente recentes e, por isso, as legislações ambientais vigentes ainda não os contemplam.

De todos esses produtos em “benefício da vida moderna”, os agrotóxicos são considerados os mais nefastos contra a vida, visto que têm efeitos lesivos à vida humana e aos sistemas naturais em escala de grande magnitude. Sua utilização indiscriminada tem alcançado o ápice na atualidade, comprovada pela contaminação do leite materno que dentro da cultura contemporânea, é o primeiro alimento na cadeia alimentar dos seres humanos, tão vital para a vida quanto a água, como se pode perceber na descrição de Akré (1989, p. 30):

(o leite materno) é uma substância viva de grande complexidade biológica, ativamente protetora e imunomoduladora. Não apenas proporciona proteção exclusiva contra infecções e alergias, como estimula o desenvolvimento adequado do sistema imunológico do bebê. Além disso, contém muitos componentes anti-inflamatórios, cujas funções não são completamente conhecidas.

Akré (1989) confirma que o processo de amamentação, além de ser fonte de vida, energia e nutrientes, protege o recém-nascido, reduzindo mortalidade neonatal. Mesmo assim, a contaminação do leite humano é uma realidade em muitas regiões do globo terrestre (WHO, 2018). Essa situação, definitivamente, impressiona ao mostrar como os princípios que têm norteado a sociedade moderna claramente não compreendem, minimamente, a sua própria autoconservação.

Pirsaheb *et al.* (2015) trazem uma revisão sistemática de artigos sobre resíduos de agrotóxicos, especialmente os organoclorados, presentes no leite materno em diversos países da Europa e de outros continentes, incluindo o Brasil. Os resultados da análise indicaram a existência de dois ou mais pesticidas organoclorados nas amostras coletadas de leite materno, sendo o diclorodifeniltricloroetano (DDT) o que possui maior nível de concentração.

Os organoclorados – ou hidrocarbonetos clorados – possuem ampla utilização em todo o mundo devido a sua persistência, baixo custo e toxicidade contra espécies nocivas a determinadas práticas agrícolas. A título de exemplo, as principais medidas antimalárias existentes têm se utilizado desses compostos devido à sua resistência ao calor, umidade, radiação e biodegradação, persistência na água, no solo e facilidade para entrar na cadeia alimentar (PIRSAHEB *et al.*, 2015).

Os hidrocarbonetos clorados têm tendência a se acumular nos tecidos adiposos. A constatação de resíduos nesses tecidos é a melhor indicação da sua presença no organismo humano (SILVA *et al.*, 1998). É por essa razão que o grupo materno-infantil tem merecido

mais atenção das pesquisas científicas, pois o leite humano, com a sua alta concentração de gordura, é um potencial veículo de excreção de resíduos de agrotóxicos lipossolúveis presentes no tecido adiposo das mulheres. Durante o período de gestação e amamentação, grandes ações metabólicas ocorrem no corpo materno e os estoques provenientes do seu tecido adiposo são mobilizados para a produção de leite para amamentação (ZHOU; ZHU; KONG, 2007; CORSOLINI *et al.*, 2005; MENCK; COSSELA; OLIVEIRA, 2015).

No caso do Brasil, alguns tipos de contaminante no leite humano e mesmo no cordão umbilical foram constatados por diversos autores, como Palma (2011), Pignati, Machado e Cabral (2007) e Paumgartten *et al.* (2000).

Além da contaminação, os conflitos pelo acesso à água também se acirram. Em termos mundiais, dois bilhões de pessoas vivem atualmente em países afetados por fragilidades, conflitos e violência em geral e, de acordo com a Unesco (2019), até 2030, 46% dos pobres de todo o mundo poderão estar vivendo em situações de fragilidade.

No Brasil, os conflitos pela água têm aumentado de forma alarmante, num recorde histórico. Em 2018 foram registrados 276 casos, envolvendo mais de 73 mil famílias, superando a marca de 2017, a qual era, até então, a maior desde 2002, ano em que a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) passou a notificar casos dessa natureza (CPT NACIONAL, 2019).

O caso mais recente e conhecido no Brasil aconteceu na bacia do rio Corrente, no interior da Bahia, onde a maioria das fazendas de agronegócios possui autorização para captar água dos 15 rios que abastecem a região, enquanto moradores, ribeirinhos, quilombolas e pequenos produtores rurais da região ficam a sofrer com a escassez. Essa região foi palco, em 2017, da revolta de pequenos agricultores, que culminou com a invasão de duas grandes fazendas (KHOURY, 2018).

Como se pode perceber, o tema que trata da água não se esgota facilmente. Há, sem dúvida, uma tragédia em curso que coloca a sociedade humana em um impasse, pois se por um lado a água representa, em síntese, a origem e a continuidade da vida, por outro está a circunscrever também o trágico e o desamparo e, por que não, a morte?

Nesse sentido, seria possível argumentar ausência de informação sobre o tema, entretanto, nas últimas décadas o saber sobre as questões ambientais é praticamente concomitante com o avanço científico, o que se soma à tese de que este não seria o ponto central da discussão.

Se o Relatório Brundtland, ao trazer a definição de Desenvolvimento Sustentável⁶, que norteia as principais diretrizes assumidas pela comunidade corporativa global, expressou a preocupação com as gerações futuras, isso, seguramente, não tem se convertido numa prática afetiva. A existência dos contaminantes emergentes mostra que ao mesmo tempo em que esses se tornam um suporte ao estilo de vida contemporâneo, oferecendo sofisticação – cremes, medicamentos, equipamentos, tecnologias – ou ainda, elementos da humanização da sociedade, sua própria existência deixa “restos” às gerações futuras, o que ultrapassa o âmbito do lado físico-químico, interrogando a dimensão político-cultural da sua existência.

A situação exposta anteriormente no âmbito da água e do leite materno mostra que se tem falhado na proteção e nutrição à vida, o que acarreta consequências trágicas, trazendo à atualidade um risco de morte cada vez maior. Milhões de pessoas se envenenam, paulatinamente, por metais pesados e outros tóxicos oriundos dos efluentes provenientes das atividades humanas, industriais, agrárias, etc., os quais passam a fazer parte do ciclo vital, seja por meio de alimentos ou de produtos destinados ao bem-estar.

A solução adotada pelo sistema hegemônico é sempre no sentido de aprimorar aquilo que não deu certo, o que causa mais efeitos colaterais e que exigirá nova intervenção, de modo que a cada uma se terá mais efeitos colaterais de tamanha intensidade que será necessária nova intervenção, numa atividade pulsional incessante. Esse movimento de “busca por um bem-estar” gera um efeito negativo, tornando-se a sua própria contradição.

Gilding (2014, p. 18) relembra que os indivíduos passam maior parte da existência em busca de refinamentos sempre maiores e mais sutis naquilo que se entende como qualidade de vida: melhores roupas, melhor música, mobília mais confortável, férias mais interessantes, tecnologia mais conveniente, variações mais incomuns de comida, aposentadoria mais segura, numa clara negação às consequências de tais atos.

Adorno (1995, p. 1) já havia alertado sobre as consequências do caráter desse movimento ao dizer que “[...] a pressão da sociedade perdura não obstante toda a invisibilidade do perigo de hoje. Ela impele os homens até ao indescritível [...]”. Embora Adorno não esteja se referindo à primazia do consumo na sua pulsionalidade, sem dúvida há uma crítica contundente à condição da atividade humana, que estabelece situações limítrofes do risco à vida não apenas como uma causalidade física, mas uma forma de vida.

O olhar de Safatle (2019, p. 4) faz uma crítica ao sistema econômico: “há uma fidelidade estrita ao horizonte de crítica do capitalismo, que nunca será tratado como um

⁶ “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1988, p. 46).

sistema específico de trocas econômicas, mas uma forma de vida que constitui os modos de subjetividade, formas de trabalho, de desejo e linguagem.”

Na mesma linha, Lara Júnior (2016, p. 55) afirma que “o sistema capitalista se estrutura de tal maneira ideológica, sendo uma falsificação da consciência, uma representação ilusória a esconder conflitos intrínsecos, inventando enganos que impedem de pensar sobre a realidade em que estamos inseridos”⁷.

Por outra via, há o trágico, ou ainda, o absurdo da crise ambiental que se instaura como um ajuste à teoria freudiana. E, mesmo com toda a sofisticação da sociedade atual, proporcionada pela tecnologia, a condição da espécie humana é de finitude e de fragilidade diante do Outro. É nesse sentido que a crise ambiental conduz a repensar um novo modo sobre a constituição dos laços sociais.

1.2 HÁ UM SENTIDO?

Lo que no podemos hacer es tomar la vida como un don asegurado. (LEFF, 2019, p. xxx).

A discussão anterior mostra que há um caráter de denúncia nas pesquisas de uma grande parcela da comunidade científica mundial sobre a qualidade socioambiental mundial. Por outro lado constata-se quão pouco instrumentalizada está a população para enfrentar, sem considerável esforço, as mazelas desta crise. É flagrante tal situação visto que os processos de destruição ambiental se tornam gradativamente crescentes, em conjunção com as desigualdades sociais em que “não há uma estratégia definida para construir a sustentabilidade” (LEFF, 2019, p. 26).

Nesse contexto, chama atenção a deliberada recusa, ou negação, do reconhecimento da necessidade de autorregulação relativa à degradação da biosfera que contemple minimamente a integridade da vida humana e a conservação da diversidade biológica do planeta. Como dito anteriormente, os fracassos das conferências e agendas propostas pelas agências da ONU corroboram essa constatação. Destarte, a reiterada persistência na negação desperta a curiosidade, pois se torna uma característica intrínseca da modernidade: quanto mais fatos consistentes, mais claros os riscos, maior a negação.

⁷ “The capitalist system is structured in an ideological waysince it is a falsification of consciousness, an illusory representation of reality, that is, it tries to hide conflicts which are intrinsic in every political relation, by making up deceits that prevent us from thinking about the reality we are inserted in.” (Tradução própria).

Outro item que se destaca é o caráter polissêmico da crise ambiental, ou seja, as diferentes faces em que esta se manifesta e que conduzem ao questionamento acerca da perspectiva dessa crise: as relações ecológicas que sustentam o planeta; os indivíduos e sua responsabilidade; ou uma forma de vida, sustentada pelas condições históricas de modelos econômicos?

Para responder a essa questão estabelece-se como ponto de partida a própria história do vocábulo “crise”, o qual, desde os gregos – *krisis* – trazia uma ambivalência a partir de seu significado relacionada à escolha, luta⁸, impondo escolhas entre alternativas austeras – certa ou errada, salvação ou danação, vida ou morte – como afirmam Koselleck e Richter (2006). Segundo os autores, crise também significa decisão no sentido de chegar a um veredicto ou julgamento, o que, na modernidade, entende-se por crítica. Nesse sentido, Macherey (1971, p. 9) lhe imputa o sentido de ambiguidade:

Umas vezes implica recusa pela denúncia, e é um julgamento negativo; outras, designa — e é este o seu significado fundamental — o conhecimento positivo dos limites, ou seja, o estudo das condições que tornam possível uma determinada obra. [...] Talvez só se deva chamar mesmo “crítica” a um exercício que consiga apontar a presença de uma atitude dupla.

O autor, ao deslocar a acepção da crítica como busca do erro e, portanto, com imediata e inevitável punição, parece enfatizar a questão do (re)conhecimento dos limites. Dessa forma, a crise também é percebida enquanto “crítica”, ou seja, enquanto algo que expressa uma imprecisão e, ainda, uma necessidade de reconhecimento de limites. Essa conjunção de elementos será analisada mais adiante.

Na reconstrução histórica dos diferentes sentidos e significados da palavra *crise*, Koselleck e Richter (2006, p. 372) demonstram as várias tentativas de desenvolver um conceito único, que capture uma nova era, com vários começos temporais, e cujo futuro desconhecido pareça dar livre escopo a todos os tipos de desejos e ansiedades, medos e esperança: “É desta forma que ‘crise’ torna-se uma assinatura estrutural da modernidade.”

Mesmo considerada um signo da era contemporânea, como propõem Koselleck e Richter (2006), são dignas de menção outras interpretações dentro dos mais variados contextos.

Autores como Logos (1990) e Outhwaite e Bottomore (1996) trazem a percepção de que crise está relacionada ao reconhecimento do fim de uma era e a necessidade de

⁸ Compreendido como o fim de um caminho e a necessidade de decidir (ETYMOLOGIE FRANÇAIS LATIN SANSKRIT, 2019).

sobreviver, especialmente em relação às fases vindouras ou, ainda, situações perigosas das quais pode resultar algo benéfico ou pernicioso, seja para o indivíduo ou para a comunidade por ela atravessados. Sob o efeito dessa perspectiva, apontam os referidos autores, que o termo circunscreve a passagem de um estado transitório de incertezas e dificuldades àquele com amplas possibilidades de renovação. Além disso, também carrega a existência de sentimento de necessidade de sobrevivência diante de situações de perigo.

Para as Ciências Econômicas, “crise” pode se referir a estados de insuficiência ou o seu contrário: um excesso que denuncia desproporção. Tal situação específica retroage à crise de 1929 ou “A Grande Depressão”⁹, quando a produção norte-americana atingiu um ritmo de crescimento muito maior do que a demanda por seus produtos, gerando um excedente de produção. Dados históricos ressaltam a perda de milhões de empregos e consequente fome, sendo a subnutrição comum àquela população. O cenário, contudo, demonstra duplo sentido, interessante de se notar: excesso, para determinada classe, e falta para a grande maioria.

Este ponto também é marcante quando se analisa os diferentes aspectos da crise ambiental, pois o duplo significado está nos eventos causados por profunda alteração antrópica. No caso da água, em grandes eventos climáticos, citam-se os estados de escassez hídrica (secas) ou de excessos, como inundações, enchentes, a atingir, prioritariamente, aqueles que não possuem condições de se defender, tal como relata Brum (2018):

Marlene acorda na madrugada. Ela teve um pesadelo. Um de seus netos morria afogado no lago. Quando acorda, ela já sente o cheiro de esgoto. Sacode Carlos, que dorme ao seu lado. ‘Carlos, alagou.’ O marido está esgotado pelo dia de trabalho. Ele pinta casas que não alagam. ‘Você tá sonhando.’ Marlene não está. Ela bota o pé para fora da cama e pisa. O frio da água molhando o pé lhe provoca um horror silencioso. Naquele momento o horror é só dela. ‘Eu não sei nadar’, é o que Marlene pensa sem parar. ‘Eu nunca aprendi a nadar.’ Ela então repete. ‘Alagou, Carlos.’ Carlos abandona o sono para lembrar que não há pesadelo pior que a vida no Jardim Independente 1, na cidade de Altamira, no Pará.

A escritora mostra, com sua escrita singular, as situações trágicas daqueles que vivem sob os impactos da construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Esses elementos, como num quebra-cabeças, vão desenhando um quadro de estado de crise, como expressam Bauman e Bordoni (2016), cuja interpretação é sugerida pelos autores a partir de descrições vívidas das crises que assolam a contemporaneidade social, relacionadas entre si, com estrutura de variações, articuladas de forma concêntrica, às vezes

⁹ MUNDO ESTRANHO. O que foi a Grande Depressão. 24 out. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-a-grande-depressao/>. Acesso em: 17 set. 2019.

de forma hierárquica, mas sempre interdependentes. Uma situação que irá se aplicar, justamente, ao correlato com o conceito de sintoma, como se verá mais à frente.

Tal interpretação se alinha a de outros autores, como Žižek (2010, 2013), Leff (2011) e Safatle (2016, 2019), para quem “o estado de crise” seria “uma condição” da possibilidade de funcionamento de um sistema econômico, particularmente o capitalismo.

Sob essas condições, o sentido de “crise” se coloca sob o tema das ideologias e das crenças, impressas na língua, desvelando o modo como as relações sociais se inscrevem e são regidas por relações de poder, condicionando os sujeitos em suas discursividades.

Em outro exemplo, este parece ser o caso da palavra “sustentabilidade” e “ser sustentável”¹⁰, tão em voga na atualidade, que também se alinha ao modelo capitalista ou reformista, como um reforço da “crença” de que não há necessidade de mudanças estruturais, mas apenas de comportamentos.

As crenças se encontram em jogo naquilo que justamente nega a existência de uma crise, pois são sustentadas pela convicção de que não há um colapso eminente, como se a desordem surgisse do nada, sem explicação ou razão evidente¹¹. O fato é que as crises avançam sem que se tenha consciência e isso não exime o indivíduo, reforçando, de certa forma, o caráter de fragilidade a que está exposto.

Freud localiza o sistema de crenças a partir de sua obra *“Totem e Tabu”*, como um processo de identificação e estabelecimento de regras que dão ao sujeito a sensação de segurança e sentido existencial. Dessa maneira, cada indivíduo possui verdades que ele inventa, intui, projeta, sonha, espera que sejam verdades.

O discurso da crise ambiental aponta nessa mesma direção, tal como afirma Žižek (2010, p. 194), conduzindo a população para “atividades frenéticas de reciclar, comprar alimentos orgânicos, o que for para termos a certeza de que estamos fazendo alguma coisa e que isso de alguma forma influenciará tal qual uma crença supersticiosa.” Sob a ótica de Layrargues (2018), a Educação Ambiental mantém essa ciranda apontada por Žižek (2010, p. 194), gerando comportamentos em que os indivíduos passam a se preocupar em “fazer a sua parte na sociedade”. Agindo de maneira individualista, alteram os hábitos de consumo, preocupam-se com o destino do lixo doméstico, com o consumo de alimentos orgânicos, de plástico, imbuídos de sentimentos individuais de responsabilidade e altruísmo, mas, de toda forma, fora do debate acerca do extrativismo predatório e sem limites da produção capitalista.

¹⁰ Há, em Leff (2019), uma análise sobre a origem, o sentido e o rumo do conceito de sustentabilidade.

¹¹ Ver o livro clássico de Jared Diamond (2005), *“Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso”*, em que o autor examina sociedades do passado e do presente, tendo sempre como pano de fundo as variáveis ambientais que podem ter influenciado no fracasso dessas sociedades.

Apesar da ideia de estar agindo na transformação da realidade do mundo, isso leva apenas “a confundir, no domínio de consumidores reais ou virtuais, as distinções fundamentais, como senhores e escravos, capitalistas e proletários.” (WAJCMAN, 2007 *apud* ŽIŽEK, 2010, p. 155).

A palavra “crise” também possui conotação moral, associada à crítica ou mesmo à desobediência ou revolta, externando uma comprovação do rompimento do compromisso com a verdade e, por conseguinte, à materialização de um conflito (ARRUDA, 2018).

Da mesma forma serve para descrever sentimentos como de inquietude, conflito, revolução, situações vagamente perturbadoras ou até mesmo de humor, reforçando o seu caráter ambivalente que vai ao encontro do pensamento de Bauman acerca das relações da modernidade. Abarca, portanto, os sujeitos e os vínculos de uns com os outros, a intimidade interpessoal, a satisfação e a realização que se obtém dela frente à pressão combinada da visão consumista do mundo e do ideal das relações puras (BAUMAN; BORDONI, 2016).

Desta feita, pode-se afirmar que, em todas as Ciências – sejam Humanas, Sociais e até as Exatas – a crise aparece como um conceito-chave assimilado pela mídia global, que possibilita e infla o seu uso. Basta uma simples busca no *Google* para se ter acesso a diversos significados, dentro dos mais variados contextos, como minicrise, crise de autoestima, crise econômica, reumática, etc. Cresce, desta feita, em importância, entrando na linguagem diária e tornando-se uma palavra de ordem central, portadora de grande flexibilidade metafórica.

Nos dias atuais, praticamente, não há área da vida que não tenha sido examinada e interpretada por meio desse conceito, impondo uma demanda por escolhas, ainda que essas possam ser, justamente, as de não escolher. Sobre esse tema, Lacan ([1964], 1979), no seu “*Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*”, expõe um exemplo, intitulado de “*A bolsa ou a vida*” diante da ameaça de um assaltante. Ao escolher a bolsa, perdem-se ambas, diz o psicanalista, o que deixará como única alternativa a escolha da vida. O fato é que, a partir daí, trata-se de uma vida decepada, uma vida sem a bolsa. Da mesma forma, o autor ainda diz para o escravo que entre a liberdade ou a vida há apenas a escolha forçada pela vida, que restará para sempre amputada de liberdade.

Lacan ([1964], 1979) explica a situação como “escolhas forçadas” que, para entrar na ordem do humano, das trocas e intercâmbios sociais, implicam na necessária submissão a um significante vindo do campo do Outro. Escolher não escolher, portanto, está no mesmo sentido de negar, recusar-se a saber, omitir-se, o que parece constituir-se num falso dilema, pois qualquer escolha (a da bolsa implica na perda das duas, e a da vida implica na escolha de

uma vida sem a bolsa) resulta em perda, não apenas daquilo que não se escolheu, mas na perda intrínseca à escolha efetuada.

Numa analogia à crise ambiental, as escolhas modernas têm consequências importantes, como exemplifica Dupuy (2011, p. 36), para quem se pode

ter uma relação com o espaço em que se habita, praticando caminhada, bicicleta, mas se pode, também, ter uma relação instrumental com o espaço na qual o objetivo é de ultrapassá-lo, anulá-lo o mais depressa possível, sendo transportado por máquinas. É possível prestar serviço a quem nos pede ajuda; é possível também responder: há serviços para isso.

O que Dupuy (2011) está a indicar é a subversão do sentido da crise ambiental, fazendo com que ela se perpetue e não se resolva, dada a riqueza de elementos, fatos, significados, imprecisão ou falta de clareza no uso da palavra “crise”, estendida à crise ambiental.

Sob esse ponto de vista, a narrativa da crise ambiental até o presente momento não parece representar um fim em si mesma, mas a construção de uma história em que há essa mistura que amplia os filtros de tolerância, gerando falsas escolhas frente à intensidade e magnitude dos impactos ambientais ocorrentes em todas as regiões do mundo. Trata-se, na realidade, de uma negativa ao grau de risco de morte a que todos estão sendo submetidos.

Esse conjunto de apontamentos confirma, ainda, a ideia de que a crise ambiental conduz muito mais a um sentido existencial do que objetivo, um sentido muito mais ético e político do que naturalista e científico. Confirma, portanto, que não se deve reduzi-la à perspectiva de que o ambiente está em crise, pois o que o que está verdadeiramente em questão é um modo de ser, um estilo de vida coletiva, ou seja, a subjetividade de uma civilização.

Esses elementos indicam que é mais adequado continuar no caminho que indica o quanto esta relação interpela os sujeitos na degradação ocorrente. A responsabilidade na manutenção da crise expressa uma verdade que retorna aos sujeitos, enquanto aqueles são capazes de responder sobre o sentido das suas atividades, ou seja, na dimensão ética e política.

À vista disso, a crise ambiental significa algo diferente do que se pretende exprimir à primeira vista, desvelando um processo inconsciente. O seu sentido é o substituto de um ato ideal, de uma ação impossível que, em termos absolutos, deveria ter sido produzida, mas que não ocorreu (NASIO, 1999). A partir de Freud, pode-se dizer que se trata da dimensão libidinal, com a sua marca em todo o projeto civilizatório. Essa dimensão tem sido muito bem

apropriada pelo modo de vida capitalista e que, por definição, não possui nenhuma relação adequada, natural e imanente com o mundo da natureza.

Posto isso, o significado original da palavra “crise”, visto no início deste item, retorna como um ponto interessante à discussão, enquanto o fim de um caminho e, diante disto, a necessidade de decidir, o que, por sua vez, envolve escolha, luta e decisão.

Há uma oportunidade na crise, ensina Arendt ([1957], 2005, p. 23), que é de fazer cair máscaras e destruir pressupostos – de explorar e investigar tudo aquilo que ficou a descoberto na essência do problema. Fazer desaparecer pressupostos, segundo a filósofa, significa, de maneira elementar, que as respostas foram perdidas, forçando regressar às próprias questões, exigindo respostas, sejam novas ou antigas. A autora reitera que a crise pode se tornar desastrosa quando se pretende responder a ela com (pré) conceitos, algo que não apenas a torna mais aguda, mas faz perder a experiência da realidade e a oportunidade de reflexão.

A partir de Arendt ([1957], 2005) reforça-se a ideia de que a crise ambiental situa os sujeitos em um momento de descontinuidade, ruptura e de corte em relação às situações de certeza, trazendo consigo a ideia de uma revisão de (pré) conceitos, a necessidade de (re) ver antigas posições. Morin (2013, p. 1) também partilha do pensamento da filósofa ao dizer que: “As crises agravam as incertezas, favorecem os questionamentos; podem estimular a busca de novas soluções e também provocar reações patológicas, como a escolha de um bode expiatório. E são, portanto, profundamente ambivalentes.”

As reações patológicas no sentido proposto por Morin (2013) parecem se referir claramente à adesão da atual civilização a um modelo – capitalista –, onde a forma de produção de vida coletiva está essencialmente organizada na negação dos limites naturais. Em decorrência, a ambivalência se dá no sentido da existência da dimensão pulsional – um estado de conflito permanente – divisão da crise ambiental.

Por esse lado, ambos os autores se alinham de que tal situação pode favorecer a conquista de soluções que possibilitem um ato de mudança. Mas não se pode deixar de colocar que, se a crise é uma oportunidade, como propõe Arendt ([1957], 2005), isso não necessariamente significa que irá realmente acontecer. Talvez aí se tenha que dar um passo além, ou seja, o de subjetivar o que já foi feito em relação ao estilo de vida escolhido anteriormente, reconhecendo o sintoma que a crise expressa. Nesse sentido, a obra de Freud ensina que somente se pode mudar alguma coisa quando for reconhecida como própria, e que mesmo assim ainda não se tem nenhuma garantia de que isso vá acontecer.

De toda forma, pode-se afirmar que a crise ambiental não é apenas uma catástrofe ecológica, mas, sobretudo, é um momento crítico do processo civilizatório da humanidade que

defronta a espécie humana com as consequências inesperadas – ou não – de um uso anterior, atravessada por elementos que estão para além da consciência que dela se possui.

Este é um momento que exige a sua recuperação do ponto de vista da razão, ou seja, incluir a responsabilização dos sujeitos na sua origem e manutenção, reiterando esse encontro com a Psicanálise, visto que essa é um dispositivo de tratamento das crises subjetivas.

A Psicanálise está aí, portanto, para interrogar a responsabilidade pela crise que se atravessa. Somente a partir desse confronto é que há possibilidade de ultrapassá-la. É o dispositivo que serve para recuperar o valor de verdade da crise, pois esta é a sua dignidade, principalmente se for compreendida com o sentido de uma escolha, constante, que remete ao recôndito mais fundamental de cada um. Para isto não há conformismo nem bem-estar, muito menos tranquilidade ou alento.

2 PSICANÁLISE E CIVILIZAÇÃO

No capítulo anterior verificou-se os aspectos que envolvem as questões biofísicas da crise ambiental e discutiu-se o significado e o sentido dessa crise na atual contemporaneidade. Alertou-se sobre a ocorrência de “desastres” em locais distintos do planeta, com elementos de certa maneira convergentes – destruição de sistemas hídricos, comunidades vulneráveis, pobreza, ausência do estado – que marcam a dimensão político-cultural da crise ambiental e seu caráter sintomático. Tais circunstâncias, expressadas de maneira incessante, repetitiva, geram um “mal-estar”, segundo pressuposto freudiano.

O mal-estar aponta a direção de algo que não vai bem e que necessita de reflexão. À semelhança de quando se referiu à tragédia de Chernobyl, o que parece ser apenas uma contingência tem-se convertido na expressão de um “agir”, ou melhor, um modo de funcionamento do sistema social.

Ao somatório dos grandes eventos traumáticos encontram-se pequenos outros, corriqueiros e pouco perceptíveis, os quais estão associados aos contaminantes emergentes, imiscuídos ao cotidiano, contribuindo com a dinâmica de alastramento da crise ambiental, a rasgar o tecido social nas mais diferentes e possíveis nuances.

Tais circunstâncias estão a dizer, de certa forma, que a humanidade ultrapassou o limiar de promoção da sua autodestruição, seja de forma direta, por meio da ameaça de uma guerra nuclear, seja pela alteração das condições necessárias à sua sobrevivência. Dupuy (2011) denomina o atual momento de “*Tempo das catástrofes: quando o impossível é uma certeza*”¹², ou seja, aquilo que se pensava que era impossível de acontecer, já aconteceu e continua a acontecer. Além disso, ao mesmo tempo em que o indivíduo é responsável por um fragmento do que está a acontecer, ninguém responde pelo todo.

Por trás de todas as histórias e eventos repetitivos a atuar de forma sinérgica, circunscrevendo o campo e o espaço da crise ambiental – tragédias humanas, escassez, exclusão, acidentes, desamparo, resíduos, destruição – percebe-se a existência de uma espécie de linguagem, algo da ordem inconsciente.

Para compreender um pouco mais sobre a forma como se constituiu esse cenário, passa-se a discutir a relação entre o processo civilizatório e a crise ambiental a partir de Freud. Para tanto, pretende-se percorrer a relatividade histórica da sua obra no tocante à cultura e à

¹² Uma alusão ao livro de Jean Pierre Dupuy (2011), “*O tempo das catástrofes: quando o impossível é uma certeza*”, que trata sobre as possibilidades de catástrofes bem reais e aniquiladoras, a partir de um entendimento crítico do fatalismo a respeito do futuro nas sociedades industrializadas.

civilização, expressa desde muito cedo na sua criação, atingindo o ápice da complexidade no “*O mal-estar na cultura*” ([1930-1936], 2010c), cujos pontos merecem ser destacados em relação à temática ambiental.

O ponto inicial nessa discussão é reconhecer que Freud não fazia distinção entre a palavra “civilização” (*Zivilisation*) e “cultura” (*Kultur*), tendo sua vontade se tornado explícita desde “*O futuro de uma ilusão*” ([1927], 2014), que marcou a sua retirada dos debates filosóficos e políticos que vinham sendo travados desde o século XIX acerca da oposição entre os dois termos (STAROBINSKI, 2001; FUKS, 2003). Nesse texto de 1927, Freud definiu cultura como “tudo aquilo que em vida humana se ergueu acima das suas condições animais e em que se diferencia da vida animal”, acrescentando:

Por um lado, abrange todos os conhecimentos e habilidades que os homens adquiriram para controlar as forças da natureza e dela extrair os bens para satisfação das necessidades humanas; e por outro lado, todas as instituições necessárias para regulamentar as relações entre os indivíduos e, em especial a distribuição dos bens obtíveis. (FREUD, [1927], 2014, p. 233).

Nesse sentido, cultura e civilização consolidam a ideia de que, se por um lado, os seres humanos atingiram o auge do conhecimento científico, a ponto de dominar as forças da natureza, por outro precisaram abrir mão de parte de sua liberdade para poder acessar esse grau de conhecimento. Fuks (2003) compreende que a cultura deixa sua marca tal qual uma estrutura artificial que organiza um código universal, subjacente aos processos de subjetivação e aos regulamentos das ações do sujeito com outros sujeitos. Assim, suprimir a cultura/civilização¹³ significa deixar como resto o estado de natureza pura, sem limitação dos impulsos e com plena liberdade individual.

Ainda segundo Fuks (2003), a cultura pode ser entendida como correlata à descoberta do inconsciente, estando disseminada de formas diversas por toda a obra freudiana. Embora não seja sinônimo dos termos *outro*, *Lei*, *Supereu* ou o *Outro* (termos lacanianos), é pertinente que represente cada um deles, demonstrando que não apenas o homem, mas também as suas organizações e instituições são determinadas por causas que escapam ao seu próprio controle.

O esforço de Freud em compreender o modo de inscrição dos sujeitos no campo da cultura, ou seja, sobre a dinâmica dessas relações é anterior a 1927. Já em 1895, no texto “*Projeto para uma psicologia científica*”, Freud ([1895], 1980) descreveu o primeiro e

¹³ É digno de nota que o uso sistemático da palavra “cultura” ocorre a partir do momento em que Freud se depara com o que de mais enigmático possui a natureza humana, ou seja, as pulsões de morte, tema a ser discutido em detalhes no terceiro capítulo deste estudo, que introduz na teoria Psicanalítica a categoria que designa o mal-estar inerente a toda e qualquer cultura e civilização.

rudimentar laço social da criança com quem estiver mais próximo a ela, ou seja, aquele que irá atender ao seu grito por socorro. Nessa situação de completo desamparo do ser humano, a ação desse outro implica a instauração de uma relação de dependência, absolutamente necessária, para que se satisfaçam as suas necessidades, seja de sede, frio, fome, livrando-o da morte, como Freud explicou:

Para realizar a ação específica, o organismo humano necessita da ajuda alheia, na medida em que, através da eliminação pelo caminho da alteração interna, um indivíduo experiente atenta para o estado da criança. Esta via de eliminação passa a ter, assim, a função secundária, da mais alta importância de comunicação, e o desamparo inicial do ser humano é a fonte originária de todos os motivos morais. (FREUD [1895], 1980, p. 193).

Ao descrever, portanto, a precariedade do bebê, seu desamparo e sentimento de vulnerabilidade, constituída pela impossibilidade de se deparar com uma saída para o estado em que se encontra, Freud mostra que esse outro (a mãe ou alguém que exerça a função materna), torna-se o primeiro objeto de satisfação, o primeiro hostil e a sua única força auxiliar. A partir desse outro, anterior e externo ao bebê, que deve amá-lo e investir nele é que poderá, então, tornar-se sujeito e ser introduzido no processo de socialização, sem o qual estará fora da Cultura. O desamparo primordial, portanto, funda e estrutura o sujeito, bem como possibilita a sua mediação com a cultura frente ao mal-estar imposto pela civilização.

Fertilizada pela libido, diz Fuks (2003, p. 12) e pela linguagem, sob o signo do amor e do ódio, a sociabilidade tem início exatamente “nesse ponto de captura da estranheza do próximo”, quando se estabelece uma relação para além de toda a biologia. É neste momento, conclui a autora, que Freud identifica algo “como uma dobradiça entre o sujeito individual e o coletivo.” Mais tarde Lacan, ao se referir a este instante, passa a utilizar os termos Sujeito, outro e Outro (FUKS, 2003).

Esta necessidade de um “outro” é importante não somente para a vida e para a constituição de cada sujeito, mas também para a criação dos laços de amor e de ódio. Além disso, a origem de todas as crenças do sujeito está na existência de um outro onipotente, a quem ele pode transferir a sua própria responsabilidade. Algo nessa relação, no entanto, será impossível de digerir, uma espécie de resto não passível de ser tomado pelas malhas da cultura. Esse “resto” fará seu registro na civilização por meio de marcas nas organizações sociais, situando os papéis, bem como as relações de amor e violência.

Nas questões ambientais esta marca não é diferente e esclarece, de certa forma, a violência presente nos conflitos socioambientais e a profunda dor psíquica envolvida. São

relações onde o oprimido é destituído de sua interioridade, da sua singularidade e da sua diferença por um outro que é também onipotente e opressor. O que caracteriza essa onipotência, diz Birman (1996, p. 125) é que “o sujeito acredita que tudo o que é bom é seu por direito e que o mal está sempre fora, no outro e fora de si.” Há, portanto, uma instrumentalização do sujeito oprimido como “sendo de uma esterqueira”, que passa a ser o lugar onde o opressor lança seus dejetos ou tudo aquilo que provoca nele horror, dor e desprazer, tudo o que considera sujo e feio, sem nenhuma parcimônia (BIRMAN, 1996, p. 125). A alteridade que habita o outro passa a ser um núcleo estranho que deve ser “dessubjetivado”, ou melhor, literalmente destruído, tal qual um obstáculo a ser superado.

Essa reflexão transparece a forma como, desde o início da elaboração da sua teoria, Freud já manifestava a sua preocupação com o modo como o sujeito estabelece as suas relações com os outros sujeitos, especialmente quando essas são dissimétricas, desde o começo da vida em comum até a complexidade da esfera social.

Pensar o sujeito, na obra freudiana, será sempre refletir sobre as relações culturais aos quais está inserido permanentemente, pois não há subjetividade fora dessa condição. Esse é tema da Psicanálise, ou melhor, dos problemas desses laços.

Dois anos mais tarde, após a publicação de 1895, Freud continuou suas ponderações sobre o tema, utilizando pela primeira vez o termo “cultura” em seu ensaio denominado “*Rascunho N.*” ([1897], 1996), encontrados nos extratos dos documentos dirigidos a Wilhelm Fliess¹⁴. Freud afirmou que, para que a civilização se estabeleça é necessária uma renúncia àquilo que é mais primitivo dentro dos seres humanos, utilizando para tal, o conceito de santidade:

A ‘santidade’ é algo que se baseia no fato de que os seres humanos, em benefício da comunidade maior, sacrificaram uma parte de sua liberdade sexual e de sua liberdade de se entregarem às perversões. O horror ao incesto (como coisa ímpia) baseia-se no fato de que, em consequência da comunidade da vida sexual (mesmo na infância), os membros de uma família se mantêm permanentemente unidos e se tornam incapazes de contatos com estranhos. Assim, ‘o incesto é antissocial – a civilização consiste nessa renúncia progressiva’. (FREUD [1897], 1996, p. 154).

Reconhecidamente enigmática e estranha, essa argumentação de Freud traz em si o fato de que já em 1897, a cultura estava fundamentada no sacrifício que o ser humano deve fazer de uma parcela de sua vitalidade, visto que sua vontade está completamente alienada aos

¹⁴ Wilhelm Fliess é um personagem pitoresco, amigo íntimo de Sigmund Freud. Foi uma amizade curta, mas apaixonada, como são habitualmente essas aventuras iniciáticas de uma juventude à procura de identidade intelectual, e foi acompanhada de uma bela correspondência, da qual infelizmente só se conhece a parte escrita por Freud (PLON; ROUDINESCO, 1998, p. 254).

parâmetros da cultura, um outro maior que ele. Dessa forma, “santidade” significa que o sujeito somente será reconhecido em seu valor na medida em que sacrifica o bem mais precioso em nome do benefício de uma construção idealizada. Toda a experiência que tenda a se opor a esta proibição está escrita fora das relações culturais. Como exemplo primário dessa proibição está o incesto, enquanto imagem de toda a satisfação que não serve e que é contrária à implantação, à construção e à manutenção dos laços sociais. Por isso, a cultura deve se estruturar em um trabalho constante e contínuo de proibição, de satisfação, de recalque.

Em 1907, no texto “*Atos obsessivos e práticas religiosas*”, Freud (1980) se volta à concepção da estrutura psíquica da neurose obsessiva, considerando que o sujeito obsessivo seria o representante maior da moral civilizada, construída sob a renúncia progressiva do que lhe é mais primitivo¹⁵. O ensaio estabelece uma analogia entre os cerimoniais, as práticas religiosas e a neurose obsessiva. Os cerimoniais, de onde derivam os sintomas obsessivos, consistem em pequenos acréscimos, restrições ou arranjos que devem obedecer a certas leis que tornam o seu funcionamento rígido, repetitivo e ordenado, sendo qualquer falha geradora de angústia. Características que remetem à sacralidade desses atos os aproxima dos rituais religiosos que surgem na tentativa de buscar proteção contra impulsos hostis internos (tentação/pecado) e evitar o mal esperado (castigo, punição ou penitência), como explicam Plon e Roudinesco (1998).

Ao ser invadido por uma sujeira moral, o homem se torna o seu próprio inquisidor e, na tentativa de evitar que algo de ruim lhe aconteça ou até mesmo a um de seus afetos, o sujeito obsessivo tende a realizar suas atividades rigorosamente e, muitas vezes, na mesma ordem (PLON; ROUDINESCO, 1998).

Mesmo parecendo mera formalidade privada de sentidos, Freud ([1907], 1980, p. 109) assinala que o paciente “é incapaz de renunciar a elas, pois a qualquer afastamento do cerimonial manifesta-se uma intolerável ansiedade, que o obriga a retificar sua omissão.” As palavras de Freud traduzem a luta incessante travada pelo reprimido, em que as medidas de proteção tendem a se tornar insuficientes contra os ímpetos, resultando, então, em proibições, mantendo à distância situações que podem originar tentações.

Importante ressaltar que as considerações de Freud em relação à religião foram decorrentes do seu esforço intelectual que sempre o colocou muito à frente de seu tempo. Dessa forma, pode compreender as causas e os efeitos das crenças na vida das pessoas,

¹⁵ O primitivo ao qual se refere Freud ([1914-1915], 2013) são as pulsões, cuja definição foi apresentada em 1915, em “*A pulsão e seus destinos*”.

especialmente quanto ao pensar, agir, estabelecer laços sociais, e em todas as demais questões que as cercaram ao longo da história mundial.

Essa influência da religião, percebida por outros pensadores além de Freud, alcançou inigualável expressão, desde o mundo pré-moderno até os dias atuais, cujas implicações se estendem ao tema ambiental.

Keith Thomas (1983, p. 329), importante historiador social inglês, narra que a ideia atual do equilíbrio da natureza teve por base a teologia antes de ganhar fundamento científico. Como exemplo, revela que foi a crença na perfeição do desígnio divino que precedeu e sustentou o conceito da cadeia ecológica, sendo perigoso remover qualquer um dos seus elos.

Não é por acaso, então, que os vestígios das crenças estejam presentes nas diversas formas da relação entre o homem e a natureza, como expressão do sintoma que acompanha a renúncia pulsional. Neste sentido, pode-se afirmar que muitos aspectos da história da civilização nitidamente se ancoram em práticas obsessivas.

O autor supracitado traz os fundamentos para essa perspectiva a partir da descrição da forma como homens e mulheres, na Europa, concebiam o mundo natural. E indaga: “[...] como teria progredido a civilização sem a limpeza das flores, o cultivo do solo e a conservação da paisagem agreste em terra colonizada pelo homem?” (THOMAS, 1983, p. 17).

A aventura ao longo do tempo da humanidade confirmou, desde muito cedo, que os ambientes naturais em nada atraíram – nem têm atraído – a cultura, antes pelo contrário: há literalmente uma repulsa – até mesmo ódio – a esses ambientes, algo que se compreende como uma metáfora da humana condição pulsional.

Na continuidade, Thomas (1983) apresenta uma extensa reconstituição histórica, atestando que no berço da civilização ocidental (na Europa), animais e plantas se constituíram em objetos maleáveis ao bel prazer dos homens. O advento do paisagismo, ou seja, uma nova construção estética para o que se via na natureza, em meados do século XVIII, consagrou o trunfo da civilização e seu processo de repressão, pois o conceito de “bela região” passou a ser aquela que foi justamente domesticada.

Essa foi uma tendência que se consolidou na modernidade, com as práticas obsessivas acompanhando a evolução das cidades, cada vez mais apartadas do meio natural. Seus indícios estão no crescimento inigualável da indústria do cimento, elemento chave para a fabricação do concreto. Em termos de números, depois da água, o concreto é a substância mais usada na Terra e caso pudesse ser representada tal qual um país, esse seria o terceiro maior emissor de dióxido de carbono do mundo, em até 2,8 bilhões de toneladas, superado apenas pela China e pelos EUA (THE GUARDIAN, 2019).

Com seus impactos pouco compreendidos, o concreto suga quase um décimo do consumo mundial de água industrial, sobrecarregando o abastecimento e a irrigação, uma vez que 75% desse consumo ocorrem em regiões secas e com falta de água. Nas cidades contribui, ainda, com o efeito “ilha”, absorvendo o calor do sol e aprisionando os gases dos escapamentos dos carros e das unidades de ar-condicionado. Pelo menos, segundo os especialistas, é melhor do que o asfalto mais escuro.

Em suma, percebe-se que os ambientes construídos têm superado o ambiente natural, pois trazem, numa perspectiva subjetiva, os afetos de solidez, capacidade de proteção e isolamento contra os perigos externos dos quais a humanidade parece ansiar, como uma espécie de enfrentamento ao desamparo. Dessa forma, o sujeito se liga a um objeto na tentativa de apaziguar o sofrimento originado pela falta de garantias de ser e de existir, visto que é obrigado a uma renúncia pulsional como condição para viver em sociedade (FREUD, [1930], 2010c).

Isto se alinha ao momento atual da sociedade, em que as mudanças têm ocorrido de forma desorientada, pairando um sentimento de desamparo em relação aos fundamentos da vida moderna. O fato é que, em termos ambientais, como qualquer coisa boa em excesso, o concreto cria mais problemas do que resolve. E, apesar disso, sua utilização continua em expansão.

Christian Dunker (2015), destacado psicanalista brasileiro, também traz um exemplo irrefutável sobre práticas separatistas nas relações com o outro. Para tanto, analisa uma discussão sobre o que seria a vida em condomínio, modelo de habitação para a classe média brasileira:

Ao entrar em um desses modernos condomínios, projetados com a mais tenra engenharia urbanística, temos o sentimento pacificador de que enfim encontramos alguma ordem e segurança. Rapidamente nos damos conta de que há ali uma forma de vida na qual a precariedade, o risco e a indeterminação teriam sido abolidos. O espaço é homogêneo, conforme certas regras de estilo. Dentro dele, os lugares são bem distribuídos, as posições estão confortavelmente ocupadas. [...] O caso modelo dos condomínios brasileiros chama-se Alphaville. [...] Um bairro artificial, formado por uma série de condomínios interligados, com um centro empresarial e comercial, em uma área antes ocupada por posseiros, destinada por zoneamento e plano diretor a indústrias não poluentes. A última objeção ocupacional remonta ao fato de que ali se previa também área para uma reserva indígena. [...] Morar em Alphaville tornou-se, então, um sonho de consumo para as classes altas e as novas classes médias em ascensão [...]. As chamadas enalteciam a ideia de que em um condomínio dois problemas cruciais para a classe média seriam resolvidos conjuntamente: a segurança e o acesso aos serviços. Contudo, de todos os elementos importados pela retórica dos novos condomínios brasileiros de seus equivalentes americanos, um se destacava pela ausência: a promessa de uma comunidade racialmente integrada. (DUNKER, 2015, p. 47).

A exposição do autor esclarece o “mal-estar” presente na base dos laços sociais: bairros artificiais para uma determinada classe, com sistemas de limpeza próprios, incluindo separação de lixo e reciclagem, jardins como lugares aprazíveis. Essas construções, com suas divisões bem estabelecidas e suficientemente discretas para atender aos serviços e aos que podem ocupar estes locais, demonstram uma nítida divisão de classes. Constata-se como a própria arquitetura e a gestão urbana têm se colocado a serviço da construção de espaços que servem não apenas para proteção “contra” a natureza, mas também para separar os seres humanos. O autor continua afirmando:

As diferenças de classe e de raça não foram tocadas, mas “resolvidas” por meio de um sutil código de circulação e de convivência apartada entre os serviços e os moradores. Seria preciso descobrir como foi possível inventar uma forma de vida comum sem uma verdadeira comunidade. (DUNKER, 2015, p. 50).

Numa fina ironia, a descrição do autor realça o pensamento separatista na proposta de mediação que acompanha o estabelecimento dos condomínios tipo *Alphaville*. Este, além das suas excelentes características físicas de separação, limpeza e organização, mostra que as próprias vicissitudes da vida em comum podem ser resolvidas, não pelo estabelecimento de laços sociais, mas por um código de conduta.

Leonardo Sakamoto, representante do Brasil no Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos, alinha-se a esse pensamento ao se referir à institucionalização do quarto de empregada, presente nas construções brasileiras, ao lado da cozinha e da lavanderia, caracterizando, segundo ele, uma versão contemporânea da senzala. O autor comenta que “Pode parecer besta, mas isso é carregado de simbolismo e, portanto, fundamental herança da escravidão oficial que moldou o nosso país.” (SAKAMOTO, 2015).

Em síntese, estes modelos de habitação são “formas de apartheid” diz Žižek¹⁶, estando presentes não somente no interior das casas, mas também na formação das instituições.

Quando se fala da necessidade de uma integração maior com a natureza, nota-se um dissenso, visto que se as cidades não são locais que integram o meio ambiente e as pessoas, também o sistema público de conservação dos ambientes naturais não têm tido como meta integrar pessoas e ambientes. Uma constatação que se se alinha ao pensamento de Dunker (2015) é que “a psicanálise faz suspeitar de tais produções da cultura”, ou seja, “com regiões

¹⁶ “Portanto, não precisamos buscar a vida miserável dos novos escravos muito longe, nos subúrbios de Xangai (ou em Dubai e Catar) e criticar hipocritamente a China – a escravidão pode estar aqui, em nossa casa, simplesmente não a vemos (ou, melhor, fingimos não vê-la). Este novo *apartheid* de fato, esta explosão sistemática do número de diferentes formas de escravidão de fato, não é um acidente lamentável, mas uma necessidade estrutural do capitalismo global de hoje.” (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2015).

de extraterritorialidade protegida, um espaço abrigado onde se concentraria a realização do prazer retinto de liberdade hedonista.” (DUNKER, 2015, p. 50).

A verdade é que a lógica dominante propõe práticas que separam pessoas e meio ambiente, cultivando a domesticação, ou seja, o controle e a submissão a um regime que funciona por meio de dispositivos e instrumentos teóricos, jurídicos e técnicos da racionalidade que governa o mundo.

Em 1908, no ensaio “*A moral sexual civilizada e o nervosismo moderno*”, Freud (1976) analisou a maneira como os efeitos do processo cultural, imposto aos sujeitos, contribui para a formação de estruturas psíquicas neuróticas. É nesse texto que Freud definiu o sujeito neurótico como aquele que possui uma organização subjetiva, de tal maneira inflexível que as demandas de exigências culturais lhes possibilitam apenas a repressão aparente das suas pulsões. Por conseguinte, esse sujeito precisa realizar um gasto de energia tão intenso para continuar pertencendo à civilização que, literalmente, se autoconsome com um empobrecimento interior que pode adoecê-lo. Nesse aspecto, a neurose acaba sempre por frustrar as expectativas da cultura e, por isso, deixa de ser uma doença psíquica, tornando-se um sintoma, rechaçando o que foi recalcado.

Nessa perspectiva, Freud ([1908], 1976) compreendeu o processo civilizatório como ancorado na repressão das pulsões, tendo cada indivíduo renunciado a parte do que possuía, desde a plenitude de seu poder até as suas tendências agressivas, vingativas, formando, dessa forma, um patrimônio cultural.

O fracasso da repressão das pulsões pela moral sexual civilizada pode ser mais bem compreendido no livro da historiadora e psicanalista francesa Elisabeth Roudinesco, “*A parte obscura de nós mesmo – uma história dos perversos*”, de 2008.

A autora apresenta e interpreta a história de personagens perversas, como o verdadeiro Barba Azul, os santos místicos na Idade Média, os personagens nazistas, pedófilos e terroristas, práticas que são culturalmente repudiadas e que, tendo a crueldade como um dos seus traços marcantes, fez dos animais seus alvos preferidos. Roudinesco (2008) faz uma descrição perturbadora sobre a forma como esses serviam à satisfação dos apetites sexuais de reis ou imperadores, podendo ser utilizados com fins de suplício os ursos, cabras, cães, touros ou zebras, servindo na intimidade dos bordéis ou dos salões privados para propiciar certos orgasmos aos praticantes. Já os animais de menor porte, como ratos, insetos, pequenas serpentes, tornaram-se representantes das aflições impostas aos homens, sem o saberem obviamente, às vezes ao preço de morrerem ou serem eles próprios supliciados, em torturas pavorosas, inventadas nos requintes da perversão.

Ao longo da História da humanidade, portanto, os animais foram submetidos aos atos mais infames, revelando o lado obscuro da face humana. Ainda hoje eles continuam sendo maltratados de diferentes maneiras, como na venda de adoráveis animais em *petshops*, cujas matrizes são submetidas a maus tratos por seus criadores; a utilização de animais em experiências para produção de artigos de beleza ou para a indústria químico-farmacêutica; circos, zoológicos, escravos sexuais – como no caso de orangotangos fêmeas na Malásia – e tantos outros modos de perversão testemunhados pela Deep Web¹⁷.

Freud ([1908], 1976) confirmou, desde a sua época, que as neuroses constituem o preço que se paga pelo acesso à cultura. Nesse sentido, os exemplos que Roudinesco (2008, p. 10) mostra não cessam de serem dissimulados: a perversidade é uma parte de nós mesmos, “uma parte da nossa humanidade, nossa própria negatividade, a parte obscura de nós mesmos.”

Na mesma direção, Žižek (2019) faz uma reflexão sobre o amargo sabor da tortura e do sofrimento de milhões de animais pela indústria alimentícia. “Imagine”, diz ele, assistir a um filme que retrate o que se passa milhares de vezes por dia ao redor do mundo, atos brutais de tortura?”¹⁸. Žižek se autorresponde dizendo que o observador, ainda assim, seria capaz de continuar a se comportar como de costume, mediante um ato de suspensão simbólica, que o leva a saber disso, mas não querer saber que sabe, por isso não sabe; sabe disso, mas se recusa a assumir plenamente as consequências da situação. Uma situação tal de conhecimento que serve para mostrar como se tem agido para que se possa continuar agindo como se não se soubesse.

Em 1912 Freud trouxe à luz o debate sobre o antagonismo da cultura com as exigências que a vida em conjunto pressupõe. No texto “*Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor*” Freud (1996) atestou que é absolutamente impossível harmonizar as exigências da pulsão sexual¹⁹ com as da cultura, algo que será mais bem elaborado por ele em o “*Mal-estar na cultura*”, apontando que essa relação é um impasse irreduzível e impossível de ser resolvido.

¹⁷ *Deep web* é o nome dado para uma zona da internet que não pode ser detectada facilmente pelos tradicionais motores de busca, garantindo privacidade e anonimato para os seus navegantes. É formada por um conjunto de sites, fóruns e comunidades que costumam debater temas de caráter ilegal e imoral. No caso dos animais ali é possível encontrar desde o tráfico de espécies raras para colecionadores como também animais para extermínio em rituais e prática de zoofilia. (SIGNIFICADOS, 2019).

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/prof.slavoj.zizek/>, publicado em: 30 jun. 2019.

¹⁹ Desde a primeira edição dos três ensaios sobre a sexualidade, Freud explica que a pulsão sexual não se reduz às simples atividades sexuais, mas é um impulso do qual a libido constitui a energia (PLON; ROUDINESCO, 1998, p. 629).

Nos ensaios que se seguiram nos anos seguintes: “*Totem e tabu*” [1912-1914], “*Psicologia das massas e análise do eu*” [1920-1923] e “*O futuro de uma ilusão*” [1927], Freud foi categórico ao afirmar que o antagonismo se tornou irremediável frente às exigências da sociedade e à moção pulsional. E vai mais além ao concluir que esta incompatibilidade se tornou uma ameaça constante à sobrevivência da civilização, visto que os impulsos agressivos e hostis sempre procuram um meio para se expressar.

Dentro desta trilogia há um destaque para “*Totem e tabu*” [1912-1914], obra que inaugurou a sua teoria sobre o fundamento do social e da cultura. Freud afirmou ser este o seu mais importante, melhor e talvez o último bom trabalho, pois desde “*A interpretação dos sonhos*” nada havia escrito com tamanha convicção (ENRIQUEZ, 1991, p. 27).

A análise de Enriquez (1991) mostra que a compreensão dos fenômenos tabus e totêmicos, a partir de Freud, constituiu-se a via real para a exploração do vínculo social. Sob essa perspectiva, “*Totem e tabu*” marca o surgimento de uma teoria radical sobre a humanidade, a qual é originada a partir de um crime de parricídio, cometido em conjunto.

Resultante de uma profunda elaboração, tendo como apoio as informações acerca das teorias dos povos e da sociedade, Freud ([1912-1914], 2012) compôs um diálogo com as obras de antropólogos da sua época, incluindo as de Darwin, com o intuito de mostrar como se deu a passagem dos seres humanos, desde uma vida primitiva para aquela em coletividade.

E, a partir da sua observação, concluiu que em todas as culturas e povos, ao longo das suas histórias, um aspecto aparecia constante, repetindo-se tal qual uma marca em todas as épocas: a existência do horror ao incesto, ou seja, o sexo entre pessoas da mesma família. Nos estudos etnográficos dos povos polinésios havia uma clara expressão em relação às interdições, denominadas tabus, em que algumas coisas não podiam ser tocadas, alimentos que não podiam ser comidos, coisas que não podiam ser feitas e assim por diante. Por outro lado, em certos momentos específicos, a liberação dessas interdições acontecia, mas apenas consoante determinados rituais.

Com esses elementos de observação e análise, o pai da Psicanálise propôs um mito para refletir sobre o processo de humanização²⁰, ou a história mítica da fundação da

²⁰ A estrutura do mito de Totem e Tabu é assim relatada: no começo, os humanos se agrupavam em hordas comandadas por um pai violento – o pai totêmico – que expressava, de maneira irrestrita, uma grande violência através da proibição das mulheres aos demais membros da tribo, eram de sua propriedade, e a expulsão dos filhos quando chegavam à idade adulta, para que não fosse uma ameaça ao seu domínio. Em algum momento dessa comunidade ou clã, os homens que já haviam sido excluídos se reúnem e a partir da elaboração de uma espécie de pacto primordial acabam por assassinar a este pai, devorando-o num banquete totêmico como forma de obter seu poder e de se identificarem com ele. Se individualmente os vencidos e expulsos pelo pai primevo não se sentiram fortes o suficiente para enfrentá-lo, reunidos mostraram-se capazes de eliminá-lo e ainda devorá-lo canibalisticamente. No entanto, após o assassinato o pai retorna representado na forma sagrada de um totem

civilização. Uma história que é reeditada por cada um quando necessita rever as questões paternas com o incesto, com a hostilidade. Recriando um pai, uma base de um totem, todos se submetem às ordens do mundo social.

Em relação à crise ambiental, as consequências desse mito freudiano são sombrias. Segundo Žižek (2010), a figura de autoridade paterna, ou seja, do pai totêmico, não consegue mais operar na atualidade. Em seu lugar, o que se tem são sujeitos que não estão mais organizados a partir de proibições aos desejos excessivos, perversos ou imorais, ou seja, que estejam constituídos pelo papel do pai edípico. Sua constituição inclui um pai que pressiona o sujeito na direção de uma satisfação ilimitada, com a promessa de felicidade plena. Nesse contexto, o autor aponta um importante paradoxo, pois ao contrário de sentir-se livre, o sujeito sente-se pressionado. O pensamento de Žižek (2010) é confirmado por outros psicanalistas e filósofos, como Safatle (2005), Zupančič (2006) e Khel (2009), cuja lógica não é mais a da liberdade, mas da imposição, que dita o que deve ser feito, o quanto (muito e de tudo) e, caso isto não esteja acontecendo, o sujeito não será feliz.

Se os indivíduos renunciam a alguma coisa para entrar no Contrato Social, a instância psíquica do supereu, que rege essa participação, não conhece limites e, por isso, continuará sua exigência infinda. Por outra via, pode-se afirmar que se o que encarna a exceção paterna é o capitalismo, como expõe Žižek (2010), a forma de produção incessante, o consumo, a exigência será sempre de que se continue a fazer isso, o que é totalmente fora da realidade, visto que não leva em consideração a realidade dos limites que a natureza impõe.

Em 1914, quando Freud (2010a) apresentou a sua “*Introdução ao narcisismo*” – uma das suas mais importantes produções, a discussão do tema da civilização assumiu novos contornos. Essa teoria foi elaborada a partir do mito grego, escrito por Ovídio, poeta romano que viveu entre os séculos 17 e 18 a.C. sobre o apaixonamento de Narciso por sua própria imagem ao vê-la refletida num lago. Nesse mito, Narciso morre pelo feitiço que a bela ninfa Eco, perdidamente apaixonada por ele não tem o seu amor correspondido. O belo e formoso jovem, incapaz de amar, acaba por definhando no leito do rio.

animal, planta ou mesmo um objeto. A partir deste momento se estabelece uma sociedade fundada no parricídio em que novas regras se impõem, dentre elas a da interdição do incesto e da exogamia, ou seja: não é possível ter todas as mulheres, é necessário que uma seja perdida, ou seja, talvez seja possível se ter mais de uma mulher, o que não se pode é ter todas, ao menos uma tem que ser renunciada. A regra totêmica da interdição que Freud traz neste mito é a representação das nossas limitações de parentesco, ou da castração, instituindo a família, as regras sociais primárias baseadas num sistema de circulação entre homens e mulheres. (FREUD, [1912-1914], 2012).

A partir dessa narrativa, Freud propôs um modelo para entender o que seria a origem do eu²¹, enquanto uma instância psíquica. Para a Psicanálise, os seres humanos, ao nascerem, apesar de terem certa consciência de si e alguns esquemas corporais, não possuem um eu, que deve surgir de um novo ato psíquico ou com a travessia de uma experiência.

Esta experiência constitutiva é o que Freud ([1914-1916], 2010a) denominou de “narcisismo”: o tempo entre um momento inicial autoerótico, onde as pulsões têm livre satisfação, e um momento em que o sujeito pode amar e escolher o outro como uma totalidade.

As marcas da sociedade contemporânea possuem origem eminentemente narcísica, ou seja, é uma sociedade voltada ao excessivo investimento e valorização do individualismo e dos afetos que, na sua essência, circunscrevem, justamente, a perda da individualidade, referindo-se a um “eu ameaçado com a desintegração e por um sentido de vazio interior.” (LASCH, 1987, p. 47).

Na sociedade narcísica, o sujeito busca, de forma grotesca, o seu próprio engrandecimento e, para isso, a eliminação daquele lhe resiste e faz obstáculo ao seu gozo é quase uma banalidade (BIRMAN, 2007).

Há, também, maior valorização dos ideais do que da realidade, ou seja, se o ideal é o que está fora da realidade, pode servir como um parâmetro que orienta a formação da realidade, mas, por outro lado, não pode sacrificar a realidade a quem orienta. O que acontece na sociedade do narcisismo, portanto, que em parte Freud sempre criticou, é a substituição da realidade por uma fantasia de desejo num completo afastamento do que é real.

Nesse sentido, a perspectiva de que o narcisismo se consubstancia no corpo capitalista surge dentro do próprio sistema, na forma como este funciona, no afastamento da realidade em nome de metas cada vez maiores ou mais exigentes. Nessa perspectiva, vê-se como os desastres ou tragédias representam um conjunto de perdas mensuráveis financeiramente ao sistema, além do modo de funcionamento do modelo de civilização, que é repleto de marcas de violências que desprezam a alteridade.

²¹ Esse termo designou, num primeiro momento, a sede da consciência. O eu foi então delimitado num sistema chamado primeira tópica, que abrangia o consciente, o pré-consciente e o inconsciente. A partir de 1920, o termo mudou de estatuto: é entendido como uma instância psíquica, no contexto de uma segunda tópica, que abrangia outras duas instâncias: o supereu e o isso. O eu tornou-se, então, em grande parte, inconsciente (PLON; ROUDINESCO, 1998, p. 210). “O eu é instância em movimento, em constante elaboração, mas também passivo e atuado por forças impossíveis de dominar, fazendo com que seja enganado pelo isso. São muitas as funções do eu: operar um recalamento; sede das resistências; tenta gerir a relação ‘princípio de prazer’ e o ‘princípio de realidade’; participa da censura, ajudado nisso pelo supereu, isso; representa aquilo que se poderia chamar de razão e de bom-senso, em oposição ao isso, que tem por conteúdo as paixões.” (CHEMAMA, 1995, p. 65).

“Marianas e Brumadinhos” representam exatamente o ultrapassamento do limite de exploração inaceitável, exercido na perspectiva do impossível, sob o modo de funcionamento (perverso), visto que elimina no real o que era de fato um obstáculo no simbólico ao seu desempenho: vidas humanas e demandas inerentes à ocupação de um território.

Além disso, esse tipo de catástrofe parece representar uma falta de limite da própria atividade em questão, ou seja, a atividade exploratória da natureza não se pauta por um limite de restrição real, mas, ao contrário, ela só se pauta pelo desenvolvimento da sua autoimagem, para a qual, fundamentalmente, não há limites. Esses são dados apenas na ocorrência da devastação, no acidente, em suma, na própria catástrofe, uma situação na qual, ao invés de indicadores, planos de contingenciamento, institucionalizam-se os desastres como limites ao extrativismo predatório.

O lado narcísico da sociedade, portanto, mostra a divisão do eu que sabe existir uma falha, pois senão existiriam os ideais, mas ao mesmo tempo a ignora. O ideal de eu apaga condições de limitações, exigindo que dê mais um passo ou, literalmente, se explore mais um pouco, apenas mais um pouquinho, numa equação infinitesimal até o auge do ponto de rompimento.

Freud ([1914-1916], 2010a) desvelou, com essa teoria, a face mais assustadora do narcisismo, demonstrando que, em nome da beleza se mate e se morra; que em nome de uma ideia muito boa se sacrifique o seu portador. Esse é um aspecto que pode ser referido à natureza, cuja relação com o homem não é natural, tendo sido deformada ao longo dos tempos, pois está sobredeterminada por exigências não naturais.

Sob esse ponto de vista, Raulet (2002, p. 76) insiste que há uma espécie de desvio da civilização em relação ao seu curso “que se estabelece e se mantém entretendo e aumentando considerável e inevitavelmente em seu seio uma força destrutiva”, como parte da própria definição de narcisismo.

Em 1915, sob o impacto dos sentimentos de perplexidade e desilusão causados pela Primeira Guerra Mundial, Freud ([1914-1916], 2010b, p. 215) se interrogou sobre a desilusão causada pela guerra, que terminou por desconstruir a ilusão iluminista da modernidade civilizatória, expondo seu assombro:

Derruba o que se interpõe no seu caminho, em fúria enceguecida, como se depois dela não devesse existir nem futuro nem paz entre os homens. Ela destrói todos os laços comunitários entre os povos que combatem uns aos outros, e ameaça deixar um legado de amargura que por longo tempo tornará impossível o reestabelecimento dos mesmos.

Nessa exteriorização da sua perplexidade está a constatação de que no plano coletivo, a guerra se tornou a expressão privilegiada do dismantelamento do pacto social, da destrutividade que retorna ao seio de qualquer cultura e civilização, onde não existe nenhuma referência ao progresso e nem à evolução que vislumbre um bom desfecho.

Essa mesma constatação se oferece hoje, pois não há dúvidas de que a crise ambiental é consequência típica da atual forma de vida. Neste sentido, concorda-se com Birman (2014, p. 47) ao destacar que o sujeito que se encontra na posição de desamparo é tomado pelo excesso e por uma “pressão constante das forças pulsionais” que o inundam e o colocam em diferentes direções. Deste modo, o destino possível do seu desamparo passa por seu evitamento, mas, em contrapartida, é invadido por aquilo do qual quer evitar, dando, assim, um destino funesto para esse desamparo. Pela via do evitamento do desamparo são produzidas subjetividades que privilegiam a violência e a servidão, elementos que constituem, sem dúvida, a crise ambiental (BIRMAN, 2014).

A segunda obra da trilogia freudiana, “*Psicologia das massas*”, de 1921, é uma referência cada vez mais atual para os estudos sobre ascensão de políticas autoritárias e totalitárias no século XXI, em que Freud é categórico ao afirmar que o indivíduo não existe fora do campo social:

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde grande parte de sua agudeza se a examinamos mais de perto. É verdade que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter a satisfação para suas pulsões; mas ela raramente, em posições excepcionais, pode abstrair das relações deste particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o Outro é, via de regra, considerado enquanto modelo objeto, auxiliador e adversário e, portanto a psicologia individual é, também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado. (FREUD [1920-1923], 2011a, p. 14).

Sua declaração tornou insensata a pretensão de querer ignorar o psiquismo individual e coletivo na explicação dos fenômenos sociais, não sendo mais possível reunir sujeitos apenas a partir de suas características socioeconômicas semelhantes, uma vez que essas não permitem prever as condutas dos indivíduos ditos semelhantes. Ao contrário, explica Enriquez (1991), será preciso estudar, em cada circunstância, como se comportam os diferentes sujeitos que compõem um grupo, seu grau de consciência dos diversos problemas, sua percepção da realidade em que se encontram, os conflitos que os dividem e os acordos que os associam.

A ideia de narcisismo também está presente nas argumentações sobre as dificuldades em se reconhecer e simbolizar a diferença, ou seja, sobre o reconhecimento de que todo o

encontro com o outro traz consigo um grau de intolerância e hostilidade, reiterando o que já foi colocado neste mesmo capítulo. Freud ([1920-1923], 2011a), propôs, portanto, uma crítica ao tipo de laço narcísico que comporta violência contra aqueles que não participam dos parâmetros que foram estipulados para igualdade do grupo.

Sob essa ótica, pode-se aprender muito com a tragédia de Mariana (MG). Zhouri *et al.* (2016) observam que, em geral, o tratamento institucional dispensado aos atingidos se constituiu no principal fator capaz de engendrar mais sofrimento aos afetados. Por esse ângulo se revela como as distintas instituições envolvidas no processo não foram capazes de impor aos agentes corporativos, de forma contundente, medidas para a restauração das condições de vida das comunidades afetadas. Num movimento contrário, aquelas pessoas foram e continuam sendo tratadas sem levar em consideração, à parte das questões materiais, o fato de que a destruição aniquilou seus territórios enquanto base de sua reprodução social, cultural e econômica, que estavam assentadas em condições socioecológicas específicas, num processo totalmente excludente.

A densidade da escrita freudiana sobre a civilização continua seis anos após a escrita de “*Psicologia das massas*” e depois de trinta anos da publicação de seus primeiros ensaios, agora com a obra “*O futuro de uma ilusão*”, em 1927. Mais um importantíssimo aporte à discussão do papel da cultura no processo civilizatório em que Freud discutiu o lugar e a dinâmica da crença no mundo moderno ou, ainda, o modo como os indivíduos adotam e se detêm a uma proposição ou premissa para a verdade, uma opinião formada ou convicção. Aproximou-se, então, ao fato de que aquilo que orienta a vida dos homens possui a estrutura do *credo quia absurdum* (creio por ser absurdo), ou seja, crenças fortemente investidas de desejo, reguladoras da conduta humana, que estão fora da realidade.

Freud ([1927], 2014) aborda as crenças a partir da religião, as quais também operam no capitalismo, pois se crê na perspectiva de um crescimento econômico ilimitado, mesmo que esse seja um absurdo. Percebe-se como o pai da Psicanálise retoma o mesmo tema acerca do sacrifício de si mesmo em nome de um ideal e que, portanto, os elementos fundamentais da atividade civilizatória são da natureza de crenças absurdas.

Em 1930, com o prenúncio de tempos mais sombrios se espalhando pela Europa, tendo como pano de fundo a crise econômica dos Estados Unidos, a instauração do fascismo na Itália e a ascensão do nazismo na Alemanha, Freud ([1930], 2010c) apresenta sua obra monumental, “*O mal-estar na cultura*”.

Roudinesco (2016) escreve que nessa obra Freud está mais pensativo, observando uma Europa envolvida exatamente naquilo que ele mais havia escrito nas últimas décadas: uma

pulsão de destruição. É nesse clima que o *Her Professor* consolidou a sua tese de que não há mais conciliação possível, mas sim desilusão; o homem, em sua condição de total desamparo interroga-se sobre o futuro da civilização na humanidade construída sobre os destroços da liberdade individual, assegurando a dissonância entre as exigências da pulsão e da civilização.

2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste item foi tecer um fio condutor sobre a construção do pensamento freudiano, desde os idos anos de 1895 até 1930, numa tentativa de articular a gênese da civilização à cultura e, com isto, trazer o fato à discussão. Inicialmente, as discussões trataram sobre a construção da tese, as quais orientaram de imediato a leitura e a análise de textos, entendidos como “os textos sociais de Freud”²². À medida, porém, que se debruçava mais profundamente sobre tais estudos, buscando semelhanças, correlações, analogias e homologias, essa situação mudou. De forma inequívoca, Freud estabeleceu, desde a origem do seu pensamento, uma teoria do nascimento da cultura e da civilização, suas manifestações míticas, as condições de seu funcionamento, bem como os seus destinos possíveis, fosse a destruição ou o progresso à espiritualidade.

Traçou-se, nessa perspectiva, um caminho em relação à crise ambiental no sentido em que essa é manifesta, não somente nas faces em que pode ser contemplada fisicamente, mas, também, nos meandros que envolvem o estabelecimento e a dinâmica dos laços sociais. É no coletivo, ensinou Freud, que se percebe que a vida em sociedade nada mais é do que unidades amplas e obedientes às mesmas leis que marcam o indivíduo.

Os destinos da cultura, após mais de um século do nascimento da Psicanálise, delineiam, portanto, o “mal-estar ambiental”: a insatisfação da sociedade e seu movimento mortífero de consumo exacerbado, a passagem ao ato violento nos conflitos socioambientais de forma cada vez intensas e frequentes, a ausência de proteção das instituições que deveriam proteger a todos, e a medicalização do sujeito submetido ao impacto das tragédias e crimes ambientais²³.

²² “*Atos obsessivos e práticas religiosas*” [1907], “*Doença nervosa moderna e moral sexual civilizada*” [1908], “*Totem e tabu*” [1912], “*Psicologia das massas e análise do eu*” [1920], “*Futuro de uma ilusão*” [1927] e, finalmente, “*Mal-estar na civilização*” [1930].

²³ A angústia que assola os moradores se reflete no sistema de saúde municipal que passou a distribuir 80% a mais de ansiolíticos e 60% a mais de antidepressivos. A quantidade de tentativas de suicídio ou de suicídio que chegaram ao êxito também atingiram números alarmantes. Esta mesma medicalização sutura o sujeito e deixa um resto que também destrói o ambiente, destruição além da satisfação das necessidades básicas, tendo a indiferença como a negação da alteridade. (FREITAS; FIÚZA; COSTA, 22 jul. 2019).

A partir da reflexão sobre a face narcísica da atividade civilizatória percebeu-se que todos esses elementos expressam a dificuldade com que o processo tem sido concebido, e que uma civilização orientada por uma idealização de si mesma gera horrores. Adorno (1995) já havia exposto isso ao falar sobre *Auschwitz*.

A Psicanálise mostra justamente o que a civilização tenta esquecer, ou seja, o que está por detrás dos paradigmas comuns, expressos pela busca da sustentabilidade para todos a partir da eliminação dos maus hábitos e maus comportamentos, o que transformará o mundo num paraíso. Esta é uma concepção do ponto de vista psicanalítico que, segundo demonstrou Freud, é da ordem do impossível no processo de constituição do sujeito na cultura, pois visa legitimizar a sua autodestruição.

Entende-se, assim, que a crise ambiental deve ser compreendida naquilo que ela desvela sobre a mentira da civilização, ou seja, que tudo estava em ordem, que não era preciso se inquietar, que havia uma ordem estatal que estava a cuidar de todos, que o desenvolvimento econômico se derramaria sobre todos os habitantes do planeta e que a tecnologia serviria para sanar todos os males que acometem aos cidadãos do mundo.

Freud, ao trazer elementos que permitem uma análise dos meandros constitutivos do processo civilizatório, faz com que a Educação Ambiental se depare com mais uma pergunta: o que os ensinamentos de hoje têm a oferecer para a vida amanhã? É certo que não se trata apenas de ser sustentável, mas sim o que se pode oferecer como uma proposta de aprendizado, fora da resignação e indiferença geral.

Esta, talvez, seja uma boa questão para a Educação Ambiental do século XXI. Se a catástrofe, dentro da dimensão pulsional do processo civilizatório, faz parte do sintoma de uma vida idealizada, a educação que se tem proposto preza pela manutenção do impossível. Uma educação que inclua o impossível na sua aprendizagem significa aprender a viver com o impossível e não contra o impossível.

3 PSICANÁLISE E MEIO AMBIENTE

No capítulo anterior analisou-se a relação entre a construção histórica de Freud acerca da civilização e as questões ambientais. A partir de agora se passa a apresentar os autores que têm se valido da metapsicologia freudiana para compreender as questões ambientais, assim como outros pensadores que tenham levantado a importância dessa dimensão na crise ambiental.

A etapa inicial foi a usualmente utilizada em trabalhos científicos, a qual prevê um levantamento bibliográfico de autores e suas obras. Para tanto, utilizou-se, inicialmente, a rede global de computadores, em busca dos termos-chave *psicanálise e meio ambiente*, *psicanálise e consumo*, *psicanálise e mudanças climáticas*, *Freud e meio ambiente*, *subjetividade contemporânea e meio ambiente*, além de outras combinações dessas mesmas palavras. Fez-se, assim, um levantamento aleatório, explorando trabalhos científicos como teses, dissertações, resumos, artigos ou capítulos de livros, disponíveis para acesso *online*.

Na segunda etapa realizou-se um levantamento sistemático a partir das palavras-chave nas seguintes bases de dados: Portal Capes, PePSIC, SciELO, Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente do PPGMADE, Google Acadêmico, Banco de Teses e Dissertações da Capes, *Scielo*, *Scopus Preview*, *Mendeley*, *Academia.Edu*, *Web of Science* e *Science Direct*, com data final em maio de 2018.

Essas buscas iniciais revelaram uma diversidade muito grande de materiais (mais precisamente 18.300 publicações) que tratam das mais diversas abordagens sobre a relação homem x meio ambiente. Num primeiro olhar, os temas pareciam pertinentes, mas na medida em que se fazia uma tentativa de afunilamento dos resultados (a exclusão foi realizada a partir da análise dos resumos²⁴), o número de publicações foi reduzindo drasticamente, sendo que a maioria era pouco ou nada relacionada aos conceitos da metapsicologia freudiana.

Freud é bastante citado em muitos artigos, não apenas da área Psicanalítica, o que exigiu uma leitura mais atenta. Numa análise mais apurada, porém, percebeu-se que o texto em questão não fazia correlação com os fundamentos da teoria freudiana.

Destarte, passa-se a apresentar os resultados dessa pesquisa, cujos dados foram julgados importantes à construção desta tese. Ressalta-se que a grande maioria dos trabalhos está dispersa em áreas do conhecimento distintas entre si, o que tornou inexequível a tentativa de realizar um balizamento teórico-metodológico para compreender o seu alcance.

²⁴ Para esta etapa contou-se com o apoio da acadêmica Vanessa Krubniki, do curso de Psicologia da UFPR, cuja ajuda foi valiosa diante da quantidade de informações que surgiram.

Destaca-se a obra de Enrique Leff (2011), um dos mais importantes pensadores latino-americanos da atualidade no tocante às discussões não somente à epistemologia socioambiental, mas, também, no âmbito da ecologia política. O autor inseriu, ao longo da sua extensa obra, as inquietações sobre o tema Psicanálise e Meio Ambiente, saindo das formas atuais de argumentação, além das estruturas convencionais da Ciência no tocante às questões ambientais.

As provocações e inquietações desse pensador se articulam com a proposta de que o ambiente é o objeto verdadeiro de reflexão, não em seu aspecto ecológico, mas, sim, na complexidade do mundo, abrindo novas fronteiras para a construção do “saber ambiental”:

O saber ambiental é uma epistemologia política que busca dar sustentabilidade à vida; constitui um saber que vincula os potenciais ecológicos e a produtividade neguentrópica do planeta com a criatividade cultural dos povos que o habitam. O saber ambiental muda o olhar do conhecimento e com isso transforma as condições do saber no mundo na relação que estabelece o ser com o pensar e o saber, com o conhecer e o atuar no mundo. O saber ambiental é uma ética para acarinhar a vida, motivada por um desejo de vida, pela pulsão epistemofílica que erotiza o saber na existência humana. (LEFF, 2011, p. 18).

Leff (2011) é disruptor na sua abordagem ao entender que a crise ambiental, incorporada na episteme do mundo, acaba escondendo as causas, a raiz dos problemas, tornando os sujeitos impotentes para visualizar outros caminhos possíveis, presos a uma racionalidade econômica e instrumental que forjou a modernidade. Na Psicanálise, esta situação se denomina “sintoma”, ou seja, algo que impele a ver determinadas coisas, mas, também, impede de ver “outras”. Esse seu ponto de vista foi determinante à construção da hipótese de que crise ambiental se constitui num sintoma.

O posicionamento do autor sobre a necessidade de subverter a lógica do discurso ambiental, que naturaliza ideias como progresso, desenvolvimento, esquecendo a diversidade, a multiplicidade, a heterogeneidade de visões possíveis, abre a porta, literalmente, ao diálogo com a Psicanálise.

Sua obra não expressa somente a radicalidade das suas ideias, mas, também, aquilo que fortemente caracteriza a obra freudiana: o desejo ferrenho de saber. Este desejo de interlocução com as novas fronteiras do conhecimento é uma marca do pensador que, desde o início da construção da sua epistemologia socioambiental, faz dele o maior e mais importante intérprete de Freud e Lacan no sentido de propor o encontro do saber ambiental com a Psicanálise, ressaltando que não se trata do terreno da Psicologia:

O saber ambiental surge nos espaços de externalidade dos paradigmas dominantes do conhecimento, transformando os conceitos e métodos de diferentes disciplinas. [...]. Também, a psicologia vem se ambientalizando: analisa as formas como as condições ambientais afetam as capacidades cognitivas, mobilizam os comportamentos sociais e causam impacto à saúde mental. Além disso, contribui para a análise das percepções e interpretações das pessoas sobre o seu meio ambiente, vinculando-se ao terreno da psicologia social no estudo da formação de uma consciência ambiental. Contudo, o encontro do saber ambiental com a psicanálise se apresenta num espaço que não é o da complementaridade nem da articulação de seus saberes, mas de seus paralelismos, suas solidariedades e suas disjunções. (LEFF, 2011, p. 187).

Entende-se que Leff (2011) estabelece uma espécie de paradigma ao propor uma relação com o saber ambiental, algo da ordem da emergência de um saber “insabido”. Separa a abordagem da Psicologia e da Psicanálise. Sobre a Psicologia, coloca-a como terapia de ajuda ao sofrimento daqueles atingidos por tragédias ambientais, e a Psicanálise como uma posição política que desvela as dinâmicas de conflitos dentro dos laços sociais.

Leff (2011) reclama por uma postura decidida acerca das implicações sobre as representações da natureza em decorrência dos discursos, estruturas de poder e práticas de sua apropriação. Expressa, dessa forma, seu entendimento sobre a proposta de encontro, frente a frente, entre o saber ambiental e a Psicanálise enquanto modo de se constituir como crítica. Freud justamente aborda o tema da responsabilidade na sua obra o “*Mal-estar na cultura*”.

Nesse sentido, amplia-se a perspectiva de Leff (2011) no sentido de que a Psicanálise tem a contribuir com os fatos inconscientes, expostos no discurso do desenvolvimento sustentável (sustentável para o que e para quem?).

“Na psicanálise a verdade fala sem poder dizer-se”, afirma Leff (2011, p. 195) e, por essa lógica, apoia-se para afirmar que a crise ambiental expressa esta verdade, mesmo que não dita. Conclui o autor que o “saber ambiental e a psicanálise, a partir de seus enfoques tangenciais, desconstroem as certezas da modernidade, abrindo novos horizontes de possibilidades à vida e à história.” (LEFF, 2011, p. 195). Justamente, neste aspecto, se entrelaça a conexão mais visível, absolutamente importante, entre a proposta freudiana e a originalíssima intenção do autor: a necessidade de se assumir as consequências éticas e políticas em relação à crise ambiental. O pensador retoma mais recentemente o tema da Psicanálise sob a ótica da Ecologia Política e Psicanálise.

Na esteira de pensar as questões subjetivas em relação ao meio ambiente surgem outros autores que, em síntese, buscam delimitá-las, principalmente em função do momento histórico, que amplia a premência dos temas socioambientais.

Nessa linha, julga-se interessante trazer o fato de que, na época de Freud, Lou-Andreas-Salomé²⁵, psicanalista, possuidora de brilho intelectual e carisma pessoal, bastante próxima a Freud, expressou preocupação com a questão ambiental em alguns de seus textos.

Ferreira²⁶ (2000) escreve que Lou-Salomé (1982) sempre manteve relação de cumplicidade com a natureza, como se pode ver em seus livros, publicados postumamente, os quais revelam a sua tristeza ao perceber que a especulação imobiliária começava a devastar as colinas que cercavam a sua cidade de Gottigen, na Alemanha:

É verdade que há muito tempo as coisas haviam mudado: os loteamentos de pós-guerra tinham modificado perspectivas de campos semeados de pequenas cabanas, e nosso horizonte era um bairro da cidade – mas a paisagem ao redor do jardim afogava tudo isso, quase a negava por seu modo de dar a palavra ao céu, acima e além dos montes. Mas agora constroem-se apressadamente quase oitenta casa e algumas ruas, até a cerca viva do jardim e a claridade do outono desvenda essa metamorfose [...]. (ANDREAS-SALOMÉ, 1982 *apud* FERREIRA, 2000).

Para Ferreira (2000), Lou-Salomé considerava a natureza uma fonte de símbolos, agente de um diálogo com o mundo exterior que penetra em todos. Sobre o narcisismo – uma das categorias da metapsicologia freudiana – Lou-Salomé dizia que “nós repousamos, por assim dizer, como outrora, no ventre da mãe, quase somos separados do que nos cerca, englobando-o em nós mesmos e ao mesmo tempo, incorporados a ele”.

A relação de Lou-Salomé com a natureza faz lembrar uma pequena mas belíssima crônica de Maria Rita Kehl sobre as reservas ambientais, exatamente como reservas do imaginário, tal como pequena pista acerca da importância da relação com o meio ambiente na estruturação da dimensão subjetiva:

[...] reservas de mistério, de desconhecido, reservas para nosso fascínio e nosso medo. Reservas de escuridão. Reservas de humildade, onde devemos ser lembrados da insignificância de nossa condição no universo. Reservas de instintos, de pulsões, de fúria, de desamparo. (KEHL, 2011a).

No começo dos anos 1960 destacou-se o trabalho do psiquiatra americano Harold Searles, renomado especialista em esquizofrenia, numa obra intitulada “*O ambiente não humano: no desenvolvimento normal e na esquizofrenia*”²⁷, particularmente endereçada aos que trabalham com pacientes esquizofrênicos e psicóticos (SEARLES, 1960).

²⁵ Lou-Andreas-Salomé foi uma das personagens femininas mais interessantes do movimento psicanalítico estruturado por Freud, de quem era amiga, confidente e colaboradora.

²⁶ Professora da Universidade Federal de Pernambuco, Luzilá Gonçalves Ferreira escreveu duas obras sobre Lou-Andreas-Salomé: “*Lou Andrea Salomé: cinzas no jardim*” (1982) e “*Humana demasiado humana*” (2000).

²⁷ Traduzido do original: “*The non-human environment: in normal development and in schizophrenia*”.

Lertzman (2009) faz uma excelente reconstituição do trabalho de Searles (1960), sustentando que foi a primeira vez que o tema das questões ambientais tinha sido apresentado a uma comunidade psicanalítica dos Estados Unidos. Segundo Lertzman (2009), a abordagem de Searles (1960) expressa o fato de que o ambiente – não humano – constitui-se num importante ingrediente da existência psicológica humana que se articula como uma fonte ambivalente de sentimentos, apesar da tentativa de se ignorar o seu mérito, mesmo diante de seu bem-estar psicológico. Ressalta-se um duplo sentido, pois, a princípio, Searles (1960) estava se referindo ao ambiente enquanto uma paisagem, mas se for considerado que na década de 1950 e 1960, época em o médico consolidou sua clínica nos Estados Unidos, houve o surgimento da importante figura de Rachel Carson, suas pesquisas adquirem uma conotação interessante.

A ativista Rachel Carson, que se tornou conhecida em 1962, com a publicação do seu livro “*Primavera silenciosa*”, já desenvolvia e acompanhava as questões ambientais no país há bastante tempo, especialmente aquelas relacionadas à contaminação de ambientes por agrotóxicos.

Em 1972, Searles escreveu o artigo intitulado “*Processos inconscientes da crise ambiental*”²⁸, onde afirmava que o estado atual da deterioração ecológica é tal que provoca “ansiedades” inconscientes e de diferentes variedades, como características dos vários níveis da história do desenvolvimento do eu de um indivíduo. Sobre a apatia, conclui o autor ser uma defesa do eu, amplamente inconsciente, contra a ansiedade causada pela degradação.

A partir da década de 1980 os estudos se ampliaram, surgindo mais autores se propondo a realizar uma articulação entre os processos do inconsciente e a crise ambiental, principalmente a partir de psicanalistas europeus. No contexto da história ambiental, esse movimento se alinhou ao que vinha acontecendo nos EUA desde os anos 1950 e 1960.

Nesse caso, percebe-se que a participação de ao menos uma parte do movimento psicanalítico marca, literalmente, uma tentativa de inserção nas discussões ambientais.

Destaca-se, então, a conferência realizada pelo *Freud Museum*, em Londres, em 1992, intitulada “*Pensamentos introdutórios sobre a loucura ecológica*”, promovida pelo seu diretor, Ivan Ward. A conferência expressou as dúvidas sobre os argumentos recorrentes acerca do domínio adequado da Psicanálise como uma teoria e terapia, enquanto uma comunicação intersubjetiva entre paciente e terapeuta e as suas relações com as questões ambientais. Essa foi uma clara tentativa de estimular o pensamento e causar algum impacto na

²⁸ Traduzido do original “*Unconscious processes in relation to the environmental crisis*”.

forma como o debate é conduzido pela Psicanálise, criando diferentes caminhos. O autor finalizava dizendo:

Em vez de argumentar por uma mudança de comportamento através dos métodos de condicionamento – ou seja, mudar o sistema de recompensas e punições que governam nosso comportamento manifesto – defendemos uma atitude analítica. A psicanálise é essencialmente uma disciplina autorreflexiva. É possível mudar o comportamento através do entendimento melhor de nossas esperanças e desejos, e mais especialmente nossos medos – e afrouxar as cadeias que nos unem a um modo de vida que ameaça não só a nós mesmos, mas às gerações futuras? (WARD, 1993, p. 10)²⁹.

Em 2002, Shierry Weber Nicholzen publicou o livro *“O amor à natureza e o fim do mundo: as dimensões não ditas acerca da questão ambiental”*³⁰, o qual aborda o tema num viés mais político, a partir do que chama de “bloqueios psicológicos”. Fundamentada em autores como Harold Searles, Wilfred Bion, Donald Meltzer e D.W. Winnicott, além de diversos filósofos, entre eles Merleau-Ponty, a autora propõe que uma resposta eficaz ao ecocídio catastrófico seria reconhecer a destruição do atual modo de vida e da própria implicação profunda no processo social global.

Para Nicholzen (2002), essa consciência é dolorosa e angustiante, podendo suscitar sentimentos de medo, ansiedade e culpa tão ameaçadores que provocam todas as defesas humanas psíquicas: evita-se essa consciência reprimindo-a, evitando-a ou projetando-a.

A partir da metade dos anos 2000, caracteriza-se uma demanda que vem do próprio movimento ambiental ligado à conservação e proteção da vida selvagem.

Apesar de não se relacionar diretamente com a teoria freudiana, julga-se pertinente mostrar essa aproximação com a Ciência Comportamental (*behaviorista*), um esforço que ocorre para tentar diminuir o potencial de escolha de produtos oriundos do tráfico de animais selvagens (BROAD; BURGESS, 2016). Destaca-se aqui uma produção do WWF – *World Wide Fund For Nature*³¹, denominada *“Redução do desejo por marfim de elefante”*³², uma espécie de guia psicossocial que aborda o consumo desse material a partir de uma nova lente, cujas campanhas de conservação e seu público assumem dimensões complexas, ou seja, psicológico, cultural, social e emocional (WWF, 2016).

²⁹ “Instead of arguing for a change of behaviour through the methods of ‘conditioning’ - changing the system of rewards and punishments which govern our manifest behaviour -we were arguing for an analytic attitude. Psychoanalysis is essentially a self reflexive discipline. Is it possible to change behaviour through understanding ourselves better – our hopes and wishes, and more especially our fears - and so loosen the chains which bind us to a way of life that has endangered not only ourselves, but future generations?” (Tradução livre da autora).

³⁰ “The love of nature and the end of the world: the unspoken dimensions of environmental concern”.

³¹ “Fundo Mundial para a Natureza”.

³² “Reducing Desire for Ivory: a Psychosocial Guide to Address Ivory Consumption”.

Outras abordagens surgem e tratam do tema das mudanças climáticas e da relação com os sentimentos de medo e apatia que essas têm suscitado. As mudanças climáticas têm estimulado publicações sobre o assunto no âmbito do território americano, provenientes de autores que não são necessariamente psicanalistas, mas que se apropriam da abordagem nas suas reflexões, a exemplo de Mary-Jayne Rust, “*Climate on the Couch*” (2007); Rosemary Randall, “*A New Climate for Psychotherapy?*” (2005) e “*Loss and Climate Change*” (2009).

Em 2011, Joseph Dodds, psicanalista membro da *Psychoanalytical Society* de Praga e da *International Psychoanalytical Association* lançou o livro “*Psychoanalysis and ecology at the edge of chaos: Complexitytheory, Deleuze-Guattari and psychoanalysis for à climate in crisis*”³³ O autor discorre sobre os vários campos e ramos de estudos psicológicos que fazem a interlocução entre meio ambiente e a ecopsicologia, a psicanálise, a teoria do caos, apropriando-se, também, do pensamento de Deleuze e Guattari. Trata-se do reconhecimento que uma abordagem única não é mais adequada para enfrentar a crise ambiental.

Ainda no cenário americano, ressaltam-se, também, os trabalhos de Renné Lertzman, especialista em comunicação estratégica, que tem um foco nas dimensões psicológicas das mudanças climáticas e na forma como se articulam com a comunicação. Em 2015, Lertzman lançou a obra intitulada “*Environmental Melancholia: Psychoanalytic Dimensions of Engagement*”³⁴ que mostra a sua tentativa de correlacionar o que chama de “Mito da apatia” em relação às mudanças climáticas, ressaltando a necessidade de criação de novos modelos de engajamento a partir de elementos da vida psíquica.

No contexto do pensamento filosófico contemporâneo, todavia, a contribuição de Slavoj Žižek é, sem dúvida, a mais ampla e a mais provocante, audaciosa e revigorante. O fato é que esse pensador, desde sempre, considerou a Psicanálise muito além de uma clínica da subjetividade. Žižek, dentro de uma miríade de assuntos e informações, instiga às mudanças estruturais, com sua crítica atrelada à Psicanálise e à cultura, necessariamente política, expondo de maneira direta as contradições e as misérias que circunscrevem as questões socioambientais na extensão de toda a sua obra. Nesta tese, as elaborações do autor orientam, em grande parte, as reflexões que foram feitas.

Da aproximação à literatura pertinente ao tema percebe-se de imediato que há um movimento, por parte da própria comunidade psicanalítica, para lidar com as questões ambientais. Por outro lado, porém, evidencia-se a “ausência” (ou relutância?) de grande parte

³³ “*Psicanálise e ecologia à beira do caos: teoria da complexidade, Deleuze/Guattari e psicanálise para um clima de crise*”.

³⁴ “*Melancholia ambiental: dimensões psicanalíticas do envolvimento*”.

do movimento ambientalista para buscar esta ou mesmo outras abordagens de diferentes disciplinas.

Por certo que não é tarefa fácil, mas se constitui uma “lacuna” (duplo sentido de lacuna: vazio? ou brecha?), de qualquer forma um campo vazio, vasto, a ser preenchido tanto por psicanalistas como por ambientalistas.

4 A METAPSICOLOGIA DA CRISE AMBIENTAL

A caracterização feita até aqui fundamenta a construção deste capítulo, cujo objetivo é propor um estatuto metapsicológico da crise. A partir da contextualização de alguns conceitos freudianos, busca-se a confirmação da hipótese desta tese de que a crise ambiental é metapsicológica, possuindo, portanto, uma dimensão tão psíquica quanto ambiental e sociopolítica.

O termo “metapsicologia” foi utilizado pela primeira vez por Freud, em 1896, para designar o conjunto teórico dos conceitos de inconsciente, pulsão, recalçamento, sintoma, entre outros, como ele próprio explica: “Proponho que seja denominada metapsicológica uma exposição na qual consigamos descrever um processo psíquico em suas relações dinâmicas, topológicas e econômicas.” (FREUD [1915], 2010a, p. 121). Destarte, a metapsicologia é aquilo que permite modelar conceitualmente o psiquismo a partir dos pontos de vista de sua localização em instâncias (eu, isso, supereu), da distribuição dos investimentos (ponto de vista econômico) e do conflito das forças pulsionais (ponto de vista dinâmico).

Cardoso (2017, p. 16) se refere à metapsicologia como uma das mais importantes noções do sistema de categorias psicanalíticas, “a ponto de atravessar de cabo a rabo a obra freudiana, muitas vezes confundindo-se com a própria essência de seu projeto.” A metapsicologia, especifica o autor, constitui o sistema de pressupostos teóricos que organizam a experiência psicanalítica enquanto experiência e enquanto analítica, determinando a ordem de sua práxis. Esse sistema abriga conceitos práticos e não teóricos, o que significa que todos e cada um deles não visam “designar”, sendo, portanto, carentes de denotação ou referência, constituindo-se em concepções que orientam e circunscrevem o âmbito de uma atividade. O autor afirma, ainda, que a metapsicologia ajuda a colocar em primeiro plano “um espaço intervalar, enfatizando que a psicanálise opera exclusivamente nesta estranha região de borda, nesta espécie de espaço fronteiro entre os registros da natureza e da consciência, ou seja, o inconsciente” (CARDOSO, 2017, p. 28).

A complexidade desse conjunto teórico é tal que Laplanche e Pontalis (2000, p. v) enfatizam a necessidade de se reconhecer que a Psicanálise precisa de palavras próprias, e que a linguagem comum não tem vocábulos que designem estruturas e movimentos psíquicos que não existem aos olhos do senso comum.

Some-se, ainda, o fato de Freud ser um grande escritor, utilizando-se de vasta variedade de imagens, metáforas e comparações que serviam, à primeira vista, para fins didáticos. Segundo Mezan (2010, p. 45), entretanto, seria ingênuo atribuir apenas a essa razão

a utilização desses elementos tão essenciais na escrita freudiana, e que o uso da figuração é mais do que um recurso pedagógico apreendido por Freud: é um verdadeiro traço de estilo, não apenas em sentido literário, mas também como estilo de pensamento.

É usual, segundo Rocha e Iannini (2019), que muitos comentadores de Freud se utilizem de termos como “Alquimia, utensílios”³⁵ para intuir como ele buscava trabalhar os estados mórbidos afetivos que, literalmente, amarram o sujeito, deixando-o impotente frente aos desafios da sua vida. Uma sistemática para nomear aquilo que no sujeito não tem uma representatividade positiva que lhe recaia sob o peso da repetição.

Nesse contexto, portanto, é fácil compreender porque, em 1937, no texto “*Análise terminável e interminável*”, Freud afirmou:

Temos que dizer: ‘Então é preciso chamar a bruxa afinal’, a bruxa Metapsicologia³⁶. Sem a especulação e a teorização metapsicológicas – quase disse ‘fantasiar’ –, não daremos nenhum passo à frente. Infelizmente, também desta vez as informações da Bruxa não são muito claras nem muito detalhadas. (FREUD [1937-1939], 2018, p. 287).

A invocação de Freud não somente mostra o impacto da obra de Goethe na sua formação, mas confirma o que Mezan (2010) afirmou sobre a amplitude do seu estilo de pensamento. Nessa passagem, Freud se refere à conversa entre Fausto e Mefistófeles³⁷, desenvolvida na cozinha da bruxa, onde o personagem está a se dizer aborrecido pelo fato de que o conhecimento não o tinha conduzido à felicidade e, por isso, quer remoçar e gozar a vida. Numa interessante alegoria, a qual parece sugerir, inclusive, os benefícios que são ofertados decorrentes de uma vida “sustentável”, Mefistófeles lhe responde:

[...] Guapa receita. E curativo grátis, sem precisar Doutor, nem feiticeira. Ponha-se fora; vá-se aos campos; are; cave; enclausure-se, alma e corpo, em solo dadivoso mas parco; esteie a vida com frugal passadoio; aprenda e exerça co’os seus brutinhos o viver nativo; não julgue desairar-se, em repartindo por suas mãos o adubo ao chão que o nutre. Fie-se em mim: se há coisa que descargue de oitenta anos, é isto. (GOETHE, [1800-1875], 2003, p. 114).

³⁵ Esta citação de Rocha e Iannini (2019) está contextualizada dentro da obra de Freud, “*O Infamiliar*”: “[...] não terá dificuldades em constatar como Freud desbrava, solitariamente e com os utensílios de sua metapsicologia, os mesmos territórios, ou, pelo menos, seus *fueros*. Em ‘*Das Unheimliche*’, Freud busca liminarmente discernir, a partir de temas clínicos ou estéticos, um regime de afecções que cingem o sujeito com a tarefa de nomear, designar ou elaborar algo que nele não se faz representar positivamente, a despeito do fato de sobre ele recair com o peso da repetição, essa inquietante modalidade de determinação, passível de contornos performativos estéticos e que só poderia evocar uma ética na vertente do desamparo [...]. ‘*Das Unheimliche*’ é um pequeno tratado que visa, também, por meio das “alquimias metapsicológicas”, divisar a enigmática amálgama do devir ético do sujeito a partir de suas modalidades de expressão estética.” (ROCHA; IANNINI, 2019, p. 179).

³⁶ Consta no texto de Freud a seguinte nota de rodapé: “Goethe, Fausto, parte I, ‘*So muss denn doch die Hexe dran!*’.”

³⁷ Fausto, Quadro VII, cena I (GOETHE [1800-1875], 2003).

A cura para o mal de Fausto, segundo Mefistófeles, estaria na existência saudável, viver em harmonia com a natureza, dedicar-se às lides agrícolas, no entanto, não é isso o que Fausto quer e, portanto, o demônio lhe responde “que venha a bruxa, amigo!” (GOETHE, [1800-1875], 2003).

Para Cardoso (2017), esta é a melhor denominação do que seja a metapsicologia, pois, na medida em que Freud a aproxima com o saber de uma “bruxa” também sustenta que a Psicanálise maneja um saber que é estranho à ordem científica, portanto, muito mais uma prática, de certa maneira, artesanal. Desta forma, “a bruxa possui um saber, obviamente racional e constituído por noções e categorias, mas que também se vale do domínio preservado, possuidor de algo de misterioso, enigmático, tal qual são os desejos e as paixões dos indivíduos.” (CARDOSO, 2017, p. 31). Por isso, é sintomático que a resposta de Fausto expressa: se por um lado ele sabe qual a receita certa para bem viver, por outro ele não a quer, inserindo-se no domínio do enigmático, pois se “sabe o que é melhor, por que não quer?” Reafirma, dessa forma, a conclusão de Cardoso (2017, p. 32) acerca de que:

[...] o campo metapsicológico está situado não no determinismo da natureza, mas na dimensão ético-normativa da linguagem; posicionado aquém da dimensão da transparência e unidade do entendimento, o registro das representações simbólicas, desvinculado de sua tradicional dependência da consciência, desdobrando-se em um regime marcado por sua autonomia.

Percebe-se que o autor reforça o caráter fronteiriço do campo metapsicológico que se apropria do simbólico, não como mera casualidade, mas sim como sua própria essência, enquanto um tratamento que se utiliza da palavra para tratar a dificuldade em viver.

Tais considerações vão esboçando o caminho da dimensão metapsicológica da crise ambiental: sabe-se que ela é grave, no entanto, há uma recusa a esse saber ou ao enfrentamento das consequências delas advindas.

Por conseguinte, tomando por empréstimo as reflexões de Cardoso (2017), compreende-se que, de maneira análoga, a crise ambiental também circunscreve esse espaço de estranheza que interroga o saber acerca dessa negação que golpeia a existência humana no planeta.

Por essa razão, propõe-se uma analogia com a *práxis* psicanalítica: é necessário escutar o que significa a degradação do planeta, o que se esconde por detrás da manutenção dessa posição e qual a história que se conta sobre o que aconteceu até se chegar ao atual estado.

Alinham-se aos pressupostos metapsicológicos da crise ambiental, tal qual uma alquimia, mediante a pesquisa e produção de experiências formativas a partir desses campos distintos, a Educação Ambiental, Psicanálise e a Ecologia Política³⁸.

Posto isso, ao encontro dos objetivos desta tese, expostos no capítulo da Introdução, apresenta-se alguns dos conceitos da Metapsicologia, vistos sob a especificidade da crise ambiental, a saber, a pulsão, o Além do princípio do prazer, o supereu e o sintoma, num cotejo constante com as questões ambientais, mediadas, pode-se dizer, pelo saber da “bruxa”.

4.1 A PULSÃO

Com o conceito de pulsão somos lançados no redemoinho queimante do caldeirão da bruxa — a bruxa metapsicologia. (GARCIA-ROZA, 2008, p. 79).

A pulsão é o exemplo conceitual metapsicológico por excelência e, justamente por isso, inicia-se por ele esta descrição. Apresentado num texto de Freud, chamado “*A pulsão e seus destinos*” ([1914-1915], 2013), é considerado um dos mais notáveis da teoria psicanalítica. Dunker (2013, p. 155) avalia que este texto “não é apenas axial, mas uma verdadeira síntese dos processos semiológicos que fundamentam a clínica psicanalítica [...], está para a Psicanálise assim como a Anatomia e a Fisiologia estão para a Medicina.”

Dos 12 artigos metapsicológicos que Freud planejava escrever, o conceito de pulsão aparece em primeiro lugar, de maneira tão fundamental ou mais, quanto o próprio conceito de inconsciente. Anterior ao aparelho psíquico, Freud ([1914-1915], 2013, p. 24) assim a definiu:

[...] então nos aparece o *Trieb*³⁹ como um conceito fronteiro entre o anímico e o somático, como um representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que alcançam a alma, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao anímico em decorrência de sua relação com o corporal.

A pulsão, portanto, foi apresentada por Freud como elemento de ligação entre o corpo e a psique, possuindo caráter de borda e operando de maneira indeterminada entre o que não é possível de distinguir. Garcia-Roza (2008) afirma, ainda, que a pulsão não é um estímulo psíquico, mas um estímulo “para” o psíquico, ou seja, algo que de fora faz uma exigência de

³⁸ Concorde-se com Leff (2019) ao ponderar que a esses dois campos se somam, também, a Ecologia Política. Segundo suas palavras, é “porque, se podemos considerar que os sujeitos ressignificam seu sentido existencial em um ‘espaço’ de educação ambiental, impulsionado pela Psicanálise, a Ecologia Política é o campo em que o conhecimento de pessoas e povos em processos políticos é confrontado e colocado em jogo que abrem os caminhos da história em direção à sustentabilidade da vida.”

³⁹ Pulsão, em alemão.

trabalho ao aparato psíquico. Além disso, sendo exterior, não está regida por princípios que regulam o funcionamento do aparato, a não ser a partir do momento em que é capturada por ele. Nessa perspectiva, portanto, a biologia não mais determina de modo exclusivo e direto as ações dos indivíduos visto que a pulsão se origina e se realiza no corpo, ou seja, o corpo é o suporte do inconsciente, independente de qualquer vontade.

Com a publicação, em 1933, da “*Nova série de conferências introdutórias à Psicanálise*”, Freud ([1933], 2010d, p. 241). anunciou que “A doutrina das pulsões é, por assim dizer, nossa mitologia. As pulsões são entes míticos, grandiosos em sua indeterminação. Em nosso trabalho não podemos ignorá-los um só instante, mas nunca estamos certos de vê-los com precisão.” Além de confirmar que o conceito de pulsão possui uma característica fronteira ou de indeterminação, agora o associa à mitologia e, dessa forma, à ordem da cultura.

Operacionalmente, o conceito de pulsão é uma ficção teórica que organiza a experiência do sujeito, retirando-a do campo absurdo ao estabelecer a conexão entre elos dispersos, tão bem retratados na obra de Freud ([1933], 2010d), como os sintomas que não são físicos, palavras incongruentes, atos falhos, chistes, etc., tornando fenômenos díspares compreensíveis e unificando a experiência.

A pulsão, diferente de instinto, com o qual é usualmente associada, não tem por finalidade manter a vida ou a autoconservação (GARCIA-ROZA, 1986). O autor reforça que a pulsão deve ser entendida, no psiquismo, como um desvio do instinto enquanto representante de um estímulo a ocorrer num órgão ou parte do corpo, alcançando a mente como uma exigência de trabalho em consequência de sua ligação com o corpo.

Esse movimento pode ser compreendido a partir de componentes ou características que se encontram intimamente conectados entre si na pulsão: a pressão, ou seja, o impulso (*Drang*), o alvo (*Ziel*), o objeto (*Objekt*) e a fonte (*Quelle*). A pressão se refere ao fator motor, ou seja, a soma da força ou a quantidade de exigência de trabalho psíquico que, segundo Freud ([1933], 2010d), será ininterrupta, constituindo-se na sua própria essência.

A meta última da pulsão é sempre a mesma, ou seja, alcançar a satisfação pela via da descarga das excitações mediante a suspensão da estimulação iniciada na sua fonte. E, embora possa desviar-se do seu trajeto, utilizando metas intermediárias que se combinam e se substituem mutuamente, inibindo a sua finalidade, sofrendo adiamentos e interdições, em todos os casos a pulsão sempre realiza uma satisfação.

O objeto é aquilo ou o meio, nunca fixo, que a pulsão utiliza para chegar à satisfação, podendo satisfazer várias pulsões ao mesmo tempo, além de sofrer deslocamentos e

substituições. Além disso, não precisa ser obrigatoriamente um objeto externo visto que até uma parte qualquer do próprio corpo pode servir como tal, mas se trata do objeto para sempre perdido (PAIVA, 2019). Quanto à fonte da pulsão, essa somente será reconhecida por meio de sua meta, portanto retroativamente, explica a psicanalista.

Dessa forma, finaliza Paiva (2019), o circuito da pulsão demarca um percurso muito particular: parte de um impulso (*Drang*), que é sua origem, pressupõe um trajeto, e o alvo (*Ziel*) retorna finalmente à fonte (*Quelle*) para recomeçar outra vez, o que a leva a afirmar:

[...] a pulsão não cessa, gira em torno de si mesma, é infinita em um corpo finito. Circular e infinita. Pulsão é linguagem [...]. A qualidade é dada pela fonte. A qualidade está na zona erógena. É o outro que me apresenta a zona erógena, portanto, sou passivo diante da pulsão. O encontro com o objeto estimula e não sacia, por isto será sempre frustrado. [...] Algo em você que é mais do que você. (PAIVA, 2019, p. 34).

A afirmação da autora se afina com o movimento da cultura que também gira em si mesma, visto que, da mesma forma que é preciso renunciar às pulsões para fazer parte de uma civilização, também é preciso transformá-la através da sua ligação com as representações. Esse é um movimento que não ocorre sem o encontro com o outro, o qual também será sempre da ordem da insatisfação. Desta forma, por mais que a cultura avance, sempre repetirá o fracasso, pois esse processo traz a marca do originário e repete dentro de si esse componente (pulsão).

Em 1920, com publicação do “*Além do princípio de prazer*”, Freud (2010e) introduziu o conceito de morte, agora também no domínio da civilização, substituindo a oposição “*pulsões sexuais x pulsões do eu*” pela nova oposição “*pulsões de vida x pulsão de morte*”, a partir da reviravolta na teoria psicanalítica causada pelo surgimento do conceito de narcisismo.

As pulsões de vida, como define Nasio (1999, p. 70), “são aquelas que têm como objetivo a ligação libidinal, isto é, o atamento dos laços, por intermédio da libido, entre nosso psiquismo, nosso corpo, os seres e as coisas” que, com sua tendência a investir em tudo libidinalmente, garantem a coesão das diferentes partes do mundo. Por outro lado, a pulsão de morte é o seu contrário, pois visa o despendimento da libido dos objetos, seu desligamento e o retorno inelutável do ser vivo à tensão zero, ao estado inorgânico.

Ressalta-se que a pulsão de morte nem sempre é sinônimo de guerra ou agressão, mas pode, sim, ser representante da calma, do silêncio, do repouso ligado à morte, numa tendência à inércia.

Os dois grupos de pulsão não apenas trabalham em conjunto, mas, também, mostram a dicotomia da relação entre natureza e cultura, algo que levou Freud a não esconder seus temores quanto ao futuro da humanidade:

A questão decisiva para a espécie humana é saber, e em que medida, a sua evolução cultural poderá controlar as perturbações trazidas à vida em comum pelas pulsões de agressão e autodestruição. [...] Atualmente, os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle que não lhes é difícil recorrer a elas para se exterminarem até o último homem. [...] Eles sabem disso; daí, em boa parte o seu atual desassossego, sua infelicidade, seu medo. (FREUD [1930-1936], 2010d, p. 122).

O que disse Freud ([1930-1936], 2010d) é que a pulsão de morte, enquanto parte da natureza profunda dos homens – não no sentido ecológico – insiste em ressurgir, irromper de maneira destrutiva na violência contra si, contra o semelhante, contra a natureza.

Assim, ainda que se considere os sujeitos constituídos pelas leis da cultura/civilização, existe algo em si que não se harmoniza, tornando-se permanente desassossego, algo que está sob o registro das pulsões, no registro do inconsciente. Cada movimento que a civilização faz no sentido do seu aprimoramento traz consigo aquilo que é da ordem do primitivo, ou seja, um resto pulsional.

Nessa perspectiva diz-se que a crise ambiental, enquanto integrante do processo civilizatório, delimita um espaço que não é mais da ordem da contingência, da fatalidade, mas, sim, de um registro mortífero, pulsional.

Nesse caminho, a tentativa da civilização é de caminhar para solucionar a crise, mas ao desconsiderar o conflito – o pulsional (o recalcado) – a solução encontrada sempre será da ordem de um fracasso, dando origem a um movimento de se tentar mais uma vez, e mais, e mais.

Ora, a crise ambiental, também se torna uma experiência do absurdo, pois seus fenômenos expressam a falta de lógica de um sistema hegemônico (ou ainda, um excesso de logos, para a Filosofia), *no sense*, caos. No “estranho mundo”, a crise ambiental faz pessoas morrerem por lixo contaminado, a conviver com o mercado negro do tráfico de animais e de pessoas, com o mercado negro da água, das guerras e com a destruição, ou com os contaminantes que destroçam ambientes. Enquanto isso, poucos seguem sem se responsabilizar, denotando exclusão em todos os âmbitos.

A crise ambiental nitidamente mostra, sob estes aspectos, o lado pulsional da civilização e, como se verá mais adiante, este é considerado um sintoma civilizacional.

Justifica-se, assim, a razão pela qual se iniciou a discussão da metapsicologia da crise ambiental pela categoria da pulsão, pois se essa serviu a Freud para situar o sentido da experiência humana, entre o que é da ordem do corpo e o psíquico, ela também estabelece a própria noção de crise ou conflito do sujeito em relação a si mesmo. A crise ambiental expressa essa divisão, ou melhor, ela revela a experiência do sujeito em se deparar não com uma crise da natureza, mas com o fato de que ele próprio está em crise e, conseqüentemente, coloca em risco a própria existência.

Por fim, as pulsões constituem o indivíduo enquanto sujeitos, mas também os desnaturalizam e, talvez, o meio ambiente seja o próprio nó que enlaça a teia do coletivo, do comunitário, justamente o ponto frágil dos laços sociais.

4.2 O ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER E AS EXIGÊNCIAS DO SUPEREU

[...] Uma tarefa desmedida, ao que parece; diante dela é natural perdermos o alento. Aqui está o pouco que consegui entrever. (FREUD [1930-1936], 2010d, p. 61).

A discussão da dimensão pulsional, enquanto componente do processo civilizatório, veio a confirmar uma das dificuldades desta tese: tendo em vista o modo como se entrelaçam os conceitos freudianos, a tarefa de analisá-los, num cotejo com os aspectos socioambientais é, seguramente, bastante árdua. Por outro lado, esse entrelaçamento se mostra positivo, pois reforça a complexidade da constituição das estruturas que compõe a subjetividade do sujeito e, conseqüentemente, estende-se ao social contemporâneo. Aumenta, portanto, a convergência à hipótese defendida de que a crise ambiental pode ser interpretada enquanto homóloga a um sintoma psicanalítico, dando amostras do desafio que se impõe à Educação Ambiental.

Nesse sentido, duas categorias da metapsicologia também fazem parte da complexidade desse entrelaçamento, a saber, o “*Além do princípio do prazer*” e a figura do “*supereu*”, alicerçando o que Safatle (2005) chamou de “sociedade da insatisfação administrada”, com importantes repercussões em relação à questão ambiental.

4.2.1 O além do princípio do prazer

Ao elaborar o “*Além do princípio do prazer*”, Freud ([1917-1920], 2010e) traçou uma inflexão, essencial à sua teoria e prática clínica, demonstrando a descoberta de uma satisfação pulsional que se situa mais além do princípio de prazer. Nesse sentido, apresentou a impossibilidade do princípio do prazer abranger todo o funcionamento psíquico, declarando-o

insuficiente por si mesmo. O que escapa e é mais forte, impondo-se além do princípio vital, é a pulsão de morte.

Os fundamentos dessa discussão, ou seja, os conceitos do princípio de prazer e de realidade haviam sido propostos por Freud ([1911], 1984) no ensaio “*Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*”, de 1911, situando-os como aqueles que regem o funcionamento do aparelho psíquico.

Em sua concepção, o princípio do prazer é o propósito dominante dos processos inconscientes, direcionando toda a ação psíquica e orgânica com a intenção de atingir um prazer idealizado, ignorando ou mesmo evitando as frustrações. É o que regula a busca pela satisfação, levando em conta as condições impostas pelo mundo externo, manifestando-se a partir da adaptação sociocultural e da formação dos conceitos morais e éticos. Permite ao indivíduo entender o funcionamento da descarga pulsional e, com isso, respeitar os limites que lhe são impostos. Já o princípio da realidade regula a busca pela satisfação, levando em conta as condições impostas pelo mundo externo, substituindo o princípio de prazer como uma proteção, não como uma destituição desse último.

Como se viu anteriormente, o princípio do prazer possui uma limitação ou insuficiência, expressa por Freud já nas primeiras páginas de “*Além do princípio do prazer*”:

Sabemos que o princípio do prazer é próprio de um modo de funcionamento primário do aparelho psíquico, e que, para a autoafirmação do organismo em meio às dificuldades do mundo externo, já de início é inutilizável e mesmo perigoso em altos graus. (FREUD [1917-1920], 2010e, p. 165).

Freud ([1917-1920], 2010e), nessa afirmação, sustenta que o princípio do prazer se relaciona à cultura, ou seja, às dificuldades do mundo externo, portanto, se torna perigoso. Nesse sentido, tudo aquilo que estiver “além”, porta uma verdade que prevê alguma coisa da ordem de uma transgressão infinita desde já entendida como impossível, portanto, destinada ao fracasso, como aponta Safouan (1988, p. 11): “[...] a verdade do prazer é que ele é prazer da privação, é prazer do desprazer, da ausência da coisa. Repetir sempre o eterno fracasso do encontro, reconsumar a falta, eis o verdadeiro princípio do prazer ao qual o homem está fadado.”

O que Safouan (1988) está a dizer é que a condição do fracasso desse princípio está relacionada ao fato de que a satisfação com o objeto nunca será de pronto atendida, visto que não é o prazer que se busca, mas sim o prazer da privação encadeando um movimento repetitivo. Em 1930, Freud ([1930-1936], 2010f, p. 30) reafirmou:

Como se vê, é simplesmente o programa do princípio do prazer que estabelece a finalidade da vida. Este princípio domina o desempenho do aparelho psíquico desde o começo; não há dúvidas quanto a sua adequação, mas seu programa está em desacordo com o mundo inteiro, tanto o macrocosmo como o microcosmo. É absolutamente inexecutável, todo o arranjo do Universo o contraria; podemos dizer que a intenção de que o homem seja “feliz” não se acha no plano da “Criação”.

Nesse sentido, o pai da Psicanálise ratifica que o fracasso do princípio do prazer ou aquilo que está “além” é o que direciona uma escalada positiva por um incremento contínuo de prazer, colocando os sujeitos, inconscientemente, em busca da realização de todas as suas fantasias, as quais serão, desde sempre, impossíveis de serem correspondidas, fadadas ao malogro, pois estão em completo desacordo com os limites do mundo.

Uma assunção que se ajusta ao modelo capitalista e ao seu amplo sistema de mercadorias descartáveis e suas metas de crescimento exponencial, como no caso do Produto Interno Bruto, que a cada ano deve crescer mais e mais, expectativa que não se sustenta em si mesma, a perdurar a velocidade atual da extração de recursos naturais. Leff (2011, p. 192) entende isso como a complacência da economia em relação ao progresso e sua embriaguez de crescimento que “conduz à morte antrópica do planeta”. O autor, nesse caso, circunscreve esse “fracasso” em questão a partir dos limites: seja pela entropia, enquanto a lei limite da natureza seja o próprio limite da vida humana no seu encontro com o Real⁴⁰.

Ora, se aquilo que orienta o indivíduo na vida visa o impossível, nitidamente, sua exigência é uma fantasia, ou seja, é a expectativa de um cenário impossível e, por isso, sustenta-se que seu correlato na realidade é a destruição.

É no “*Mal-estar na cultura*” que esta tese encontra maior apoio, ante a declaração de Freud ([1930], 2010c, p. 30) acerca da busca pela felicidade. Segundo a sua compreensão, os indivíduos têm duas maneiras de encontrá-la: na “ausência de dor e desprazer e na vivência de fortes prazeres”. Com isso, endereça uma questão sobre a finalidade do querer dos homens:

[...] o que revela a própria conduta dos homens acerca da finalidade e intenção de sua vida, o que pedem eles da vida e desejam nela alcançar? É difícil não acertar a resposta: eles buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes (FREUD [1930], 2010c, p. 28).

⁴⁰ O Real não é a realidade, mas sim tudo aquilo que não pode ser simbolizado totalmente na palavra ou na escrita e, por consequência, não cessa de não se escrever. Segundo a teoria freudiana, o Real é encontro com o traumático (GARCIA-ROZA, 1984). Ainda sobre esse ponto Leff (informação escrita na qualificação), em suas considerações iniciais para a qualificação dessa tese, avança apontando a necessidade de “*también un encuentro positivo de mi propuesta de la racionalidad ambiental y la reincorporación del cuerpo humano y de la biosfera a una ontología de la vida impulsado por una libido llevada por la pulsión de vida, por la voluntad de poder [...] querer la vida, más allá del principio del placer y los labirintos inconscientes del goce*”.

Julgando essa finalidade “menos ambiciosa” Freud ([1930], 2010c), no sentido mais exato de seu texto, assegura que não se trata de anular um estado anterior de desagradodesprazer, mas, sim, de aumentar esse prazer de tal maneira que qualquer nível atingido será sempre insatisfatório. Nesse caso, não bastam os artefatos da cultura para reduzir o desprazer em viver, é preciso, também, um incremento, um *plus*.

Pode-se, de uma maneira bastante simples, utilizar o exemplo da água: sentir sede e buscar saciá-la está relacionado a uma necessidade do ser humano. Por outra via, se não há um prazer comedido a reger esse ato, a simples saciedade não bastará e haverá algo a mais, um *plus*, que não se pautará por tal, mas, sim, por esse incremento a ser obtido. Dessa forma, a necessidade se transforma numa exigência de prazer e, então, é a água que terá que se adequar ao paladar daquele que a experimenta. Essa exigência prosseguirá num nível crescente que, em algum momento, a melhor água será mais difícil de ser obtida ou terá maior valor agregado de mercado, conforme os padrões econômicos⁴¹.

Da mesma forma, isto pode se estender a outros objetos de consumo, os quais, ao invés de se aterem às necessidades básicas de suprir a vida, comportam, ainda, o discurso de uma promessa de felicidade cada vez maior aos sujeitos. Por conseguinte, vê-se como o encontro com o objeto não é da ordem da satisfação, exigindo “um além”.

Se, portanto, o princípio do prazer é um prazer comedido, o “além” – o *plus* – torna-se a sua radicalidade ao lado da cultura, dos ideais, ou seja, da ordem da fantasia e das crenças.

As consequências são perceptíveis, cabendo lembrar aqui o que já se falou sobre os contaminantes emergentes da mineração, do uso do plástico, dos desastres ambientais, da indústria da fome e assim por diante. Nem todo o prazer que o corpo pede, ou que a mente imagina, é permitido pela sociedade ou mesmo pode ser experimentado sem deixar um “resto” – pulsional –, um resíduo sobre o qual todos têm responsabilidade.

A ligação imediata entre o além do princípio do prazer e a instância do supereu é praticamente imediata na sociedade contemporânea. Zupančič (2006) afirma que, em primeiro

⁴¹ A água mais cara do mundo deve seu preço principalmente à sua garrafa, que é feita de ouro e prata. Criada pelo designer Fernando Altamirano em tributo a Modigliani, a garrafa é inspirada em uma escultura do artista italiano. A água é obtida de uma fonte em Fiji, na Indonésia. A garrafa foi leiloadada pelo equivalente a R\$ 120.000,00. Outra marca – Bling H₂O – sofre nove processos de purificação antes de ser engarrafada e suas garrafas são decoradas com cristais Swarovsky e, dependendo da versão, podem custar de R\$ 56,00 até R\$ 5.200,00 cada uma (EXAME.COM, 2012).

lugar, o encontro com o prazer excedente é um acidente, algo da ordem da contingência, mas a seguir é largamente determinado por um imperativo de gozo⁴². A autora afirma que

[...] vivemos numa sociedade do gozo, não apenas no sentido de que nos satisfazemos em todo tipo de gozo enquanto negligenciamos ou ignoramos deveres e responsabilidades sociais, mas mais ainda no sentido de que o gozo se tornou nosso dever mais proeminente e inexorável. (ZUPANČIČ, 2006, p. 14).

O que Zupančič (2006) mostra é que, ao além do princípio do prazer, associa-se a figura do supereu enquanto instância internalizada, assustadora e punitiva, que nunca acaba, sempre exigindo mais renúncia, manifestando-se na culpa. É, por excelência, a figura herdeira do nome do pai e dos ancestrais que estabelece a ordem moral e a civilização e, portanto, está relacionada à origem da consciência moral, do sentimento de culpa, dos ideais sociais do eu e da internalização da lei simbólica. Torna-se, de fato, também, o testemunho de que os sujeitos, ao adentrarem na Cultura, devem renunciar aos seus instintos pulsionais.

A sobredeterminação desses dois elementos – o *plus* e o supereu – é o que articula a constituição da “sociedade da insatisfação”, expressão utilizada por Safatle (2005), resultante da sua articulação entre o pensamento de Freud e de Max Weber, como se verá a seguir.

4.2.2 A sociedade da insatisfação

Quando elaborou a gênese do supereu, Freud incidiu acerca da ambivalência e dos conflitos dentro da família tradicional burguesa, mostrando que o reconhecimento do sujeito como objeto de amor implicava, necessariamente, numa resignação à proibição parental (SAFATLE, 2005).

Esse pressuposto possui forte impacto no âmbito da primeira socialização dos indivíduos de que se o supereu pudesse condensar os imperativos que o compõem numa única fórmula, ordenaria ao “eu”: “Deseja o absoluto a que terás que renunciar, porque ele te é proibido e perigoso.” (NASIO, 1999, p. 131).

A obra freudiana, em toda a sua extensão, sustentou que tal influência não está limitada apenas ao sujeito, mas pressupõe, também, um correlato estrutural com outras formas de vínculo social, como Freud ([1920-1923], 2011a) já havia aclarado em “*Psicologia das*

⁴² O uso comum do vocábulo “gozo” faz dele sinônimo do prazer. Lacan (1992, p. 81) se opõe a essa ideia e o considera tanto um excesso insuportável de prazer, como uma manifestação no corpo que traga sofrimento. “Eis porque podemos conceber que o prazer seja violado em sua regra e seu princípio, porque ele cede ao desprazer. Não há outra coisa a dizer – não forçosamente à dor, e sim ao desprazer, que não quer dizer outra coisa senão o gozo.”

massas”. Mais tarde, no “*Mal-estar da cultura*” ([1930], 2010c, p. 68) apontou, ainda, que os problemas de socialização, relativos ao primeiro campo de experiências do sujeito, acarretariam tensões em esferas mais amplas, tornando irrefutável a afirmação freudiana de que o sentimento de culpa “seria o problema mais importante na evolução cultural.”

É com base nesses elementos que Safatle (2005) descreve as consequências dos novos arranjos ao problema do supereu na sociedade contemporânea. Tal constatação permite, no contexto desta tese, compreender importante relação com as questões socioambientais.

Analisando Weber, Safatle (2005) afirma que este reiterava que a racionalidade econômica dependia fundamentalmente da disposição dos sujeitos em adotar certos tipos de conduta, assumindo que não haveria capitalismo sem a internalização psíquica de uma ética protestante do trabalho e da convicção. Dessa feita, o trabalho que marcava o capitalismo como sociedade de produção não visava exatamente o usufruto do serviço dos bens, mas uma acumulação obsessiva, pois “[...] não retiram nada de sua riqueza para si mesmo, a não ser a sensação irracional de haver cumprido devidamente a sua tarefa.” (WEBER, 2005 *apud* SAFATLE, 2005, p. 56). Sob esse registro histórico, Weber já demarcara a existência de uma sanção psicológica que o próprio conceito de trabalho impunha como vocação. Assim, o melhor meio e, muitas vezes, o único para a realização de um trabalho de fim em si mesmo era o ascetismo, ou seja, a renúncia ao prazer (SAFATLE, 2005).

Apoiando-se, então, na afirmativa de que a lei moral sustentava a disposição dos sujeitos em adotar certos tipos de conduta econômica, Safatle (2005) sustentou que a figura do supereu estaria vinculada a uma economia libidinal da sociedade de produção. No entanto, na época contemporânea, com o surgimento de novas configurações da sociedade, agora nitidamente não repressivas, vinculadas à universalização das práticas de consumo, o supereu se organizou a partir de novas configurações. No entendimento do filósofo, se o mundo do trabalho estava vinculado à ética do ascetismo e da acumulação, a contemporaneidade, frente a uma sociedade voltada ao consumo solicita, por sua vez, uma ética de direito ao gozo. Tal demanda, por sua vez, “impulsiona a plasticidade infinita da produção das possibilidades de escolha no universo do consumo.” (SAFATLE, 2005, p. 127).

Sob a mesma ótica, Zupančič (2006) afirma que se estrutura uma nova economia psíquica, uma mutação que se desloca de uma cultura fundada pelo recalque a uma outra organizada pela exibição do gozo e pelo apagamento dos limites.

Sobre as consequências dessas modificações, Safatle (2005) se mostra categórico ao afirmar que essa infinita produção de escolhas que impulsiona a sociedade é o que verdadeiramente irá destruí-la. Diante disso, afirma que ao invés de uma sociedade de

produção deve-se entender a sociedade contemporânea e seus traços a partir da temática do consumo. Nessa perspectiva, o que irá direcionar todas as formas de interação social e de desenvolvimento subjetivo é o estímulo a esse modo de viver (consumista), o qual se torna o ponto central da questão econômica.

Para compreender seus argumentos, à luz da temática ambiental, é preciso retomar as modificações a partir dos anos 1920, especialmente nos Estados Unidos. Lasch (1987) descreve esse momento como o ponto de surgimento da cultura consumista, posterior à transformação das indústrias em corporações institucionalizadas, ajustada a uma eficiente estratégia de mercado e à consequente difusão da obsolescência dos bens. Com o incremento tecnológico a serviço das grandes indústrias, o modo capitalista se tornou cada vez mais presente, sofisticando a possibilidade – fantasiosa – dos sujeitos alcançarem a felicidade eterna pelo consumo.

Nesse mote segue a indústria automobilística, por exemplo, em que a compra de um carro inscreve, de forma inconsciente, algo que não diz respeito à mobilidade ou transporte, mas remete um “algo a mais”, uma experiência de profundo prazer. Uma estratégia que, atualmente, é praticada por todos os segmentos produtivos e de oferta de serviços.

As transformações ocorridas também apresentam consequências psíquicas, ou seja, nessa passagem para uma sociedade de consumo, a repressão ao prazer não mais existe, mas sim a sua transformação numa obrigação: goze! Safatle (2005) identificou essa assunção como uma marca do discurso contemporâneo que sustenta os vínculos socioculturais da modernidade, e sugere a tese de que não há somente uma incitação ao gozo, mas, também, a sua administração, transformando-se naquilo que realmente impulsiona a economia pulsional da sociedade de consumo.

Não há, segundo Zupančič (2006), impeditivos para essa economia pulsional, exemplificando: doces sem açúcar, assados de porco sem gordura, café sem cafeína, bebidas sem álcool e assim por diante. Destarte, se por um lado o imperativo superegóico exige o puro prazer, por outro, o mercado atende a essa demanda, disponibilizando um sistema de mercadorias cada vez mais descartáveis.

Em última instância, Safatle (2005) afirma que se consolida a passagem de uma “sociedade da satisfação administrada” para uma “sociedade da insatisfação administrada”, em que não há realmente uma crença nas promessas de gozo veiculadas nos produtos, visto que são colocados para serem descartados. O imperativo do gozo deixa de ser um direito para se tornar um dever. Isso significa gozar a qualquer preço, mesmo que isso represente a

destruição do outro, que será consumido em prol de uma satisfação momentânea e destituído da possibilidade de continuidade.

Assim, não importa o que ou quem é consumido, se é uma mercadoria ou se é um semelhante, tampouco o objeto de consumo, pois o que comporta a noção de objeto é a sua forma de satisfação pulsional no sentido de silenciar o sentimento de solidão, vazio e desamparo, não enquanto noção de objeto material.

Outras consequências de cunho mais perceptível também surgem, mas nem sempre relacionadas a tal evento, como a ansiedade enquanto exigência de troca de objetos cada vez mais rápida, e a depressão enquanto fracasso do sujeito na participação da cultura do narcisismo e do espetáculo.

Compõe-se, assim, um quadro dessa passagem da sociedade de produção a uma sociedade de consumo que sugere estreita, delicada e complexa relação com os limites do planeta: de um lado tem-se uma sociedade moderna, alienada, marcada por um imperativo de gozo e estímulo incessante ao direito ao prazer e ao entretenimento; de outro, a limitação física do sistema Terra, com sua incapacidade de persistir na estabilidade em que se manteve durante cerca de dez mil anos do período holocênico, a partir da incidência do homem como um expressivo agente de modificação geológica.

Essa composição ainda faz refletir sobre a existência de um “ideal do eu da civilização”, que não leva em consideração a finitude dos recursos ambientais, como se o indivíduo não devesse nada ao planeta, como se pudesse se artificializar totalmente, como se não precisasse de água, de ar, de nada que venha dos ambientes naturais, ou seja, numa negação dele próprio enquanto sua parte “natural”,

A civilização e o modo como ela mesma se vê indicam um processo que ultrapassa os seus ideais, impulsionando uma destruição tão grande – seja dos laços ou do ambiente – em busca da felicidade, que Freud ([1930], 2010c, p. 30) concluiu ser apenas episódica, algo que a intuição de cada um também comprova:

Aquilo a que chamamos ‘felicidade’, no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico. Quando uma situação desejada pelo princípio do prazer tem prosseguimento, isto resulta apenas em um morno bem-estar; somos feitos de modo a poder fruir intensamente só o contraste, muito pouco o estado. Logo, nossas possibilidades de felicidade são restringidas por nossa constituição.

A felicidade eterna enquanto finalidade da vida é algo que está em desacordo com o mundo e consigo mesmo. Por conseguinte, do ponto de vista da economia libidinal, a

atividade vital está em desacordo com o planeta, sendo também inadequada a si mesma. Sabe-se que somente é possível ser feliz de maneira episódica e querer mais do que o episódico é querer a própria negação de si mesmo.

Um importante aprendizado decorrente dessa reatualização da articulação entre clínica e cultura, segundo Safatle (2008), serve para lembrar que Freud foi capaz de fornecer uma forte crítica a um processo de modernização social, justamente baseado na imbricação entre socialização e repressão. Hoje, o que se pode esperar disso, conclui o filósofo, é que ela esteja à altura de sua nova tarefa, ou seja, de fornecer uma crítica tão virulenta quanto contra um processo de racionalização cínica das promessas humanas de gozo. É o que se espera, da mesma forma, em relação à crise ambiental.

4.3 A CRISE AMBIENTAL ENQUANTO SINTOMA

A partir do exposto nas seções anteriores, já se pode assegurar que a crise ambiental, em suas mais diferentes facetas, encontra-se não somente entrelaçada nos modos de vida contemporânea como, também, na própria conformação do modelo ambiental, utilizado na apropriação dos recursos do planeta.

As aproximações realizadas autorizam, desde já, entender a crise ambiental como homóloga ao sintoma, no sentido descrito por Freud nos idos de 1895, quando se deparou com o fenômeno das histéricas.

Para melhor entender este cenário, apresenta-se algumas das referências da proposição freudiana sobre o que seja este conceito, e como ele expressa um mal-estar contemporâneo⁴³ que desvela uma verdade sobre os laços sociais na relação entre sujeitos e natureza.

⁴³ Godino Cabas traz uma importante reflexão sobre a subjetividade contemporânea em seu livro “*O sujeito na Psicanálise, de Freud a Lacan*”, ao levar em conta o fato de que se fala muito nos problemas que marcam e definem a contemporaneidade. Diz o autor: “E o fato novo que agita a contemporaneidade é nada menos que a descoberta da existência de ‘novas formas’ do sintoma. Um argumento irrefutável. Porque se há algo que caracteriza o sintoma é ter um esqueleto e também uma aparência. Afinal, sejam quais forem suas raízes de gozo, o sintoma é feito para aparecer a céu aberto. E tanto é assim, e tanto ele aparece, que foi como resposta ao sintoma histérico, ao seu surgimento no contexto diagnóstico da neurologia vienense, que o inconsciente ingressou no campo do saber, dando origem à Psicanálise. Era o sintoma histérico vindo a público e pedindo passagem no findar do século XIX. Era o sintoma histérico ingressando no domínio público bem na época em que a era moderna definhava. Quer dizer, na época em que a modernidade cedia a vez à contemporaneidade. Freud, que desde o início soube se haver com o sintoma, optou por dar-lhe um estatuto de embaixador. O embaixador do Isso junto ao governo da consciência. Um estranho interior. Mas Freud, que também se importava – e muito – com os detalhes formais das suas manifestações, soube reconhecer e sistematizar as variações dos fenômenos clínicos. Uma dimensão que Lacan identificaria – seguindo as indicações de Clerambault – por meio da expressão *o invólucro formal do sintoma*. Pois bem, o novo, hoje, e a constatação de que existem ‘novos invólucros’, é de um modo tal que as novas apresentações formais do sintoma prefiguram uma fenomenologia em que as novas roupagens dominam a paisagem. No fim, resta a evidência de que essa fenomenologia feita de novos invólucros definiria a contemporaneidade. Irrefutável.” (CABAS, 2009, p. 8).

Aborda-se, a seguir, o “mal-estar” no tocante às questões ambientais a partir de algumas considerações expressas no texto “*O mal-estar na cultura*”, que trata da dificuldade intrínseca de se viver no âmbito da coletividade. O texto situa, ainda, as consequências de pensar a patologia mental como uma espécie de expressão do impasse no campo de alocação de posições até o limite do civilizatório ou até os laços do pertencimento.

4.3.1 Sintoma em Psicanálise

O sintoma é um conceito que perpassa a obra de Freud e, também, a prática psicanalítica, a qual enoda toda a metapsicologia freudiana. Nas “*Novas conferências introdutórias*”, Freud afirmou que “partindo do sintoma, o caminho analítico nos conduziu ao inconsciente, à vida pulsional e à sexualidade.” (FREUD [1930-1936], 2010d, p. 75). Desse modo, criou-se as condições para a formulação de outras teorias, de fundamental importância na construção da teoria psicanalítica, como a teoria do recalque e, consequentemente, do inconsciente, da “*Primeira tópica*” (onde foi demonstrada a divisão psíquica entre inconsciente, pré-consciente e consciente): da sexualidade infantil, das fases da libido, das teorias sexuais infantis, das fantasias ou fantasma, do complexo de Édipo como núcleo das neuroses, assim como também a existência da pulsão de vida e pulsão de morte, da “*Segunda tópica*” (apontando a existência das instâncias eu, supereu e o isso): da identificação, do narcisismo primário e secundário, da transferência, da resistência e da repetição.

É sempre pelo sintoma que o sujeito busca uma análise para elaborar “aquilo” pelo que sofre demais, aquilo que desconhece, de que tem medo, do que lhe soa sinistro, causando um profundo desassossego, de maneira repetitiva. Talvez este seja, desde já, o primeiro ponto a se destacar em relação à crise ambiental, pois de maneira análoga, tem causado dor e sofrimento e colocado perspectivas sombrias nos laços sociais que amparam a vida no planeta.

A crise ambiental, portanto, possui o mesmo estatuto da formação do inconsciente, no qual, inclusive, por definição, há dificuldade em se reconhecer. A crise, enquanto um sintoma, espelha uma verdade sobre o sujeito e interroga o sentido de uma civilização.

Há que se fazer uma ressalva frente às reflexões trazidas por Leff (2011, p. 192) que, de certa maneira, já havia evidenciado o caráter sintomático da crise ambiental no seu trabalho “*Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*” quando expressou que “A crise ambiental atual mostra esta negação dos limites da produção que, em vez de ressignificar a vida econômica, persiste em sua compulsão à repetição numa obsessão pelo crescimento infinito.”

Compreende-se a fala de Leff (2011) ao se referir à obstinação do modelo hegemônico em exceder os limites da produção extrativa, numa insistência compulsiva, cujos efeitos somente acirram a crise ambiental.

Historicamente, Freud ([1893-1895], 2016) iniciou seu caminho de elaboração sobre o sintoma a partir do que as histéricas de Salpêtrière e os enigmas em seus corpos tentavam “falar”. No final do século XIX, as histéricas, na sua grande maioria, eram mulheres que apresentavam distúrbios diversificados, geralmente passageiros, desde simples perturbações motoras até enxaquecas, anestesia de partes do corpo, cegueira, surdez, insônia, desmaios, dentre outros, constituindo-se em um desafio para a Medicina, pois nelas não se encontravam vestígios de lesões.

O jovem médico, ao iniciar a sua atividade como neurologista, tomou como objeto de seus estudos a proposição de refletir e entender a forma de tratamento da histeria, que permanecia enigmática há séculos, mesmo diante de todo o conhecimento médico. Num primeiro momento buscou a cura por intermédio da hipnose, mas desde aquela época, sua escuta e o rigor de seu olhar lhe davam condições de supor a existência de certos processos psíquicos, escondidos da consciência, o que denominou de “recalque”⁴⁴. A partir de seus estudos de caso, como *Emmy Von N. e Elisabeth Von R.*, Freud abandonou o método hipnótico, entendendo que os sintomas histéricos expressavam uma demanda de fala. Com isso, passou a privilegiar a escuta, num processo que incluía, ainda, a associação livre por parte de seus analisantes.

Este esforço de Freud, enquanto médico, foi de tal forma disruptivo que, ao invés de confirmar o saber médico acerca desses sintomas, acabou por extrapolar este conhecimento de tal maneira que se transformou em outra disciplina – a Psicanálise. Como consequência imediata, a histeria, até então tida como uma patologia mórbida, que resistia aos preceitos da Medicina, passou a ser tratada por um saber não médico que incluía a escuta, a fala e a associação livre. A própria natureza do saber disponível para tratá-la não era mais a mesma de quando começou, numa legítima alteração epistêmica sobre o saber médico.

A Psicanálise tornou-se um novo discurso da verdade sobre a causa e a condição humana, desvelando o enigma do desejo por meio da escuta e da observação de suas manifestações singulares, como o sintoma. Nesse caso, o sintoma histérico foi considerado sinônimo de indício, um sinal da existência de algo, uma forma de expressão do sujeito, que tinha origem em suas representações recalçadas.

⁴⁴ Processo de afastamento das pulsões às quais é rejeitado o acesso à consciência (CHEMAMA, 1995).

Em 1926, em *“Inibição, sintoma e angústia”*, o pai da Psicanálise apresentou a seguinte definição: “o sintoma é um sinal e um substituto de uma satisfação pulsional que permaneceu em estado jacente; é uma consequência do processo de recalque.” (FREUD [1926], 1976, p. 112). Para ele, se há presença do sintoma o recalque não foi totalmente eficaz, pois permitiu, de algum modo, que a satisfação pulsional encontrasse um substituto, apesar dele. Importante notar que o sintoma tende a manter a sua existência fora da organização do eu, sem, no entanto, deixar de ter incidências sobre ele, tal qual “um corpo estranho que mantém uma sucessão constante de estímulos e reações no tecido no qual está encavado.” (FREUD [1926], 1976, p. 120). De ordem interna, mas ao mesmo tempo estranho ao sujeito, mantém uma dinâmica própria de manifestações.

Freud ([1926], 1976) avançou acerca do sintoma, pois se este é uma manifestação do inconsciente deve ser escutado e não eliminado, portanto, que seja posto o que o sujeito tem a dizer sobre a sua dor, sob o risco de adoecer, caso não o faça. A Figura, a seguir, pode ajudar a entender o que é o sintoma e a sua relação com o recalque.

Figura 1. A relação entre o sintoma e o recalque



Fonte: Andersen (2019).

A caracterização lúdica de Andersen (2019) mostra o que acontece na realidade. O que está escondido e a tentativa de extirpá-lo é uma desordem a ser abolida ou algo a ser

esquecido (recalcado), ou seja, é uma operação fadada ao fracasso. Desse ponto de vista, isso não é diferente em relação à crise ambiental.

O conceito de sintoma foi, muitas vezes, reescrito ao longo da obra de Freud, adquirindo função norteadora para a própria evolução da *práxis* psicanalítica. Suas características intrínsecas permitem sustentar a hipótese sobre a sua homologia com a crise ambiental, a saber: o caráter repetitivo, a multiplicidade de causas, a sobredeterminação, o caráter de ambiguidade e o funcionamento como solução de compromisso.

A seguir passa-se a apresentar algumas situações que confirmam essa hipótese. Sua escolha decorreu, justamente, por serem (aparentemente) desconectadas mas trazerem as características anteriormente mencionadas.

Fato 1: O surto de morte por heroína

Em 2017, dois importantes canais de comunicação global – a GloboNews⁴⁵ e o *The New Yorker*⁴⁶ – trouxeram reportagens e documentários sobre o que tem sido considerado uma das grandes tragédias humanas do mundo contemporâneo a assolar os EUA nos últimos anos: o aumento sucessivo de mortes por overdose de heroína.

As informações trazidas a público mostram que o lado oeste do Estado da Virgínia tem as maiores incidências desse tipo de morte nos EUA, sendo um dos locais mais atingidos a pequena Martinsburg, com 17 mil habitantes. Além da maior incidência de morte por heroína a cidade tem cerca de 50 a 60% da sua população dependente da droga.

Para compreender o cenário, é preciso, primeiro, se reportar à economia local da região, que tornou Martinsburg grande produtora de carvão. Ao final dos anos 1990, as minas da região foram fechadas, afetando, por conseguinte, toda a indústria local e regional, o que literalmente deixou a economia em colapso.

A diminuição na produção de carvão iniciou com demandas, por parte da sociedade civil, por energias mais limpas, o que levou a rígidas políticas e regulamentações ambientais, estabelecidas pela *United States Environmental Protection Agency* (EPA). As consequências foram diretas sobre os empregos: somente entre os anos de 2011 e 2015 os empregos na região diminuíram em torno de 37% (HODGE, 2016).

⁴⁵ GLOBONEWS. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/globonews/v/6230558/>. Acesso em: 17 set. 2019.

⁴⁶ THE NEW YORKER. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2017/06/05/the-addicts-next-door>. Acesso em: 17 set. 2019.

Instalada nos Montes Apalaches, castigada pela decadência da indústria do carvão, a região se tornou cercada de pobreza e de fábricas enferrujadas, dispersas “como túmulos pela paisagem da nossa nação”, como caracterizou Donald Trump em seu discurso de posse em 20 de janeiro de 2016.

A massa de trabalhadores oriunda desse cenário apresentava quadros de dores de origem crônica, os quais passaram a ser tratados com remédios à base de opióides, como a morfina, codeína, metadona, usualmente prescritos para esse diagnóstico. É interessante notar que os efeitos da utilização dos opióides, além da analgesia, trazem, também, sensação de euforia e bem-estar, o que vai ao encontro das possíveis circunstâncias depressivas daqueles que perderam os seus empregos.

Números da indústria farmacêutica americana mostram que, de 2007 a 2012, o mercado da Virgínia Ocidental foi inundado com cerca de 780 milhões de pílulas, um equivalente a 433 comprimidos por habitante.

Quando a prescrição passou a se tornar um problema, a heroína – mais barata e de mais fácil acesso nas ruas – passou a ser utilizada por quem se tornou dependente dos remédios e não conseguiu mais as receitas de forma legal. Esse comportamento se alastrou rapidamente, transformando-se numa epidemia de mortes.

Fato 2: A origem da indústria para dor e seus heróis ou heroicos

A heroína – cujo nome químico é diacetilmorfina – foi originalmente sintetizada pelo químico britânico C.R. Alder Wright, em 1874. A Bayer, empresa farmacêutica alemã por trás da *Alka-Seltzer* (bicarbonato de sódio) e da *Aspirin*, comprou os direitos da diacetilmorfina, comercializando-a com o nome de “Heroína”, em 1895, numa alusão aos primeiros testes realizados em que os pacientes relatavam a sensação de serem “heróis” ou “heroicos”^{47,48}.

Em 1898, a Bayer passou a realizar uma campanha massiva visando a comercialização desse “medicamento”, originalmente vendido como um supressor de tosse para o qual não havia necessidade de receita, visto que não possuía efeitos colaterais problemáticos – vício – similares a tratamentos alternativos com morfina e codeína. Até aquela época não havia a percepção de que este medicamento, quando ingerido, se convertia em morfina, tornando-se ferozmente viciante.

⁴⁷ NARCONON. Disponível em: <https://www.narconon.org/drug-information/heroin-history-1900s.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

⁴⁸ THE INDEPENDENT. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/cocaine-use-in-britain-so-high-it-has-contaminated-our-drinking-water-report-shows-9350477.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

Desta forma, em 1899, ao mesmo tempo em que a Bayer estava produzindo uma tonelada de heroína, exportando a droga para 23 países, enviando amostras gratuitas a médicos, começaram a surgir os primeiros relatos de dependência.

Naquele mesmo ano, a empresa lançou o *Aspirin*, que viria a se tornar um dos medicamentos mundiais mais populares e amplamente usados no alívio da dor. Nos EUA, desde 1907, medicamentos contendo heroína são oferecidos no balcão de farmácias ou de similares, com o aval da Associação Médica Americana.

Em 1914, com a constatação do avanço da dependência causada pela heroína, acompanhada de uma verdadeira avalanche de relatos de overdoses, a sua utilização sem receita médica passou a ser ilegal. Naquele mesmo momento, a Bayer, após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, e devido ao Tratado de Versalhes, em 1919⁴⁹, perdeu alguns dos seus direitos de marca tanto para a heroína quanto para a aspirina.

A partir de 1924 tornou-se completamente ilegal a utilização da heroína, e os médicos já não mais podiam prescrever a droga, o que levou os fabricantes a trabalharem de forma clandestina.

No Reino Unido, até 1959, a diacetilmorfina ainda era prescrita aos usuários que estivessem abandonando o vício, no entanto, naquele ano a lei foi suspensa após a constatação de que o número de viciados continuava a aumentar significativamente.

Na década de 1980, o fornecimento de heroína causado por um influxo súbito e barato do Paquistão, favoreceu o ambiente perfeito para uma geração sem limites, imersos nas drogas, conhecida como geração *Trainspotting*, em referência ao filme do mesmo nome, em que são contadas as histórias de viciados em heroína que vivem num subúrbio de Edimburgo, na Escócia.

Hoje, o maior produtor de ópio, necessário para criar heroína, é o Afeganistão, seguido de perto pelo México, que entre 2007 e 2011 aumentou a sua taxa de produção em seis vezes. Oficialmente, a diacetilmorfina é uma substância controlada e continua sendo usada em cuidados paliativos para o tratamento da dor aguda, como em casos graves de trauma físico, pós-cirúrgico e dor crônica, bem como aliviar os portadores de doenças terminais.

⁴⁹ Tratado de Paz assinado pelas potências europeias, encerrando oficialmente a Primeira Guerra Mundial.

Fato 3: Os efeitos da mineração de carvão no meio ambiente

Os passivos resultantes de áreas exploradas para obtenção de carvão se encontram entre os mais expressivos dentre todas as atividades de mineração, deixando “restos” físicos e sociais. A literatura sobre as consequências são extensas e detalham de maneira inequívoca os impactos negativos sobre este tipo de exploração, a exemplo de Gonçalves e Mendonça (2007). Os autores, a partir de estudos realizados em Criciúma, Santa Catarina, uma das maiores regiões carboníferas do Brasil, descrevem como principais pontos a poluição hídrica, do ar e do solo, além da degradação da fauna e da flora regional. Associadas a essa degradação se observam inúmeras doenças que afetam a população local e regional, particularmente a população mais pobre, cuja exposição aos riscos e às vulnerabilidades tornou-se mais intensa.

No caso de Martinsburg, nos EUA, isto não foi diferente. As marcas das operações inerentes ao processo extrativo estão registradas na contaminação da água das drenagens locais pelos resíduos tóxicos de processamento de carvão e no ambiente como um todo (HENDRYX, 2011). Além dos efeitos nocivos, estudos mais recentes, como de Zullig e Hentrix (2010), destacam forte correlação com a depressão e com o sofrimento psíquico.

O *National Institute for Occupational Safety and Health* (2011) também aponta que as taxas de mortalidade por pobreza são mais altas do que nos municípios sem mineração, o que no caso do Brasil não é diferente.

Fernandes, Alamino e Araújo (2014), num importante levantamento sobre os impactos socioambientais do setor de mineração no Brasil, descrevem como os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, considerada a maior província mineral do planeta – 18 bilhões de toneladas, suficientes para 250 anos – possui uma desigualdade social expressiva em Parauapebas: 20% mais ricos concentram 60% da riqueza e os 20% mais pobres somente 3,5%, além de 15% da população permanecer na linha de pobreza. Mesmo sendo berço de grande riqueza mineral, além das grandes reservas de água, o Pará é o antepenúltimo no *ranking* nacional medido pelo IDH, com o índice 0,646 (IBGE, 2010).

Diante disso, certamente não é por acaso que o “*Atlas da violência*”, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) apontou Altamira como a cidade (com mais de 100 mil habitantes) mais violenta do Brasil, decorrente dos conflitos relacionados à construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

Fato 4: A indústria farmacêutica

A Bayer, empresa química e farmacêutica de origem alemã, que atua nos setores globais de saúde e agronegócio, obteve lucro líquido de 1,24 bi de euros (US\$ 1,39 bi) no primeiro trimestre de 2019, conforme informações da empresa disponíveis nas mais diversas fontes (ISTO É DINHEIRO, 2019). As vendas aumentaram 42,4%, chegando a 13,02 bilhões de euros em comparação com 9,14 bilhões de euros no primeiro trimestre do ano anterior, em 2018. Segundo a Companhia, o desempenho trimestral foi influenciado por encargos pontuais associados à aquisição da norte-americana Monsanto, cerca de 492 milhões de euros, e por custos relacionados à sua reestruturação, em torno de 393 milhões de euros.

Atualmente, a multinacional alemã enfrenta 13,4 mil processos judiciais envolvendo o *Roundup*, herbicida à base de glifosato, produzido pela Monsanto. O número de processos subiu em 11 de abril de 2019 em comparação com 11,2 mil ações no fim de fevereiro deste ano. A Bayer não informa a provisão de custos com a defesa ou possíveis indenizações resultantes do litígio, mas ressalta que continuará se defendendo vigorosamente em todas as ações judiciais.

Em termos de sustentabilidade corporativa, a empresa é reconhecida internacionalmente, estando entre as mais atuantes, com inúmeros projetos sociais e ambientais, certificada por inúmeros prêmios. Algo, no entanto, desvenda-se, pois, se por um lado a empresa assume compromissos globais com a sustentabilidade do planeta, por outro, com pleno conhecimento sobre a epidemia de morte por heroína, continua a promover a massiva prescrição de opiáceos, num total desprezo pelos riscos implícitos no seu uso.

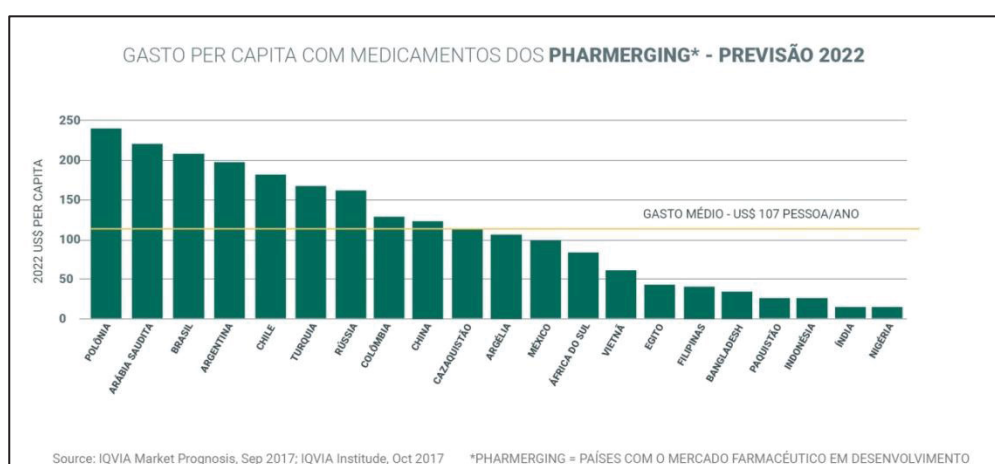
Outro exemplo, na mesma linha da Bayer, é o da *Purdue Pharma*, fabricante do OxyContin, formulado a partir do opióide oxycodona. A *Purdue* foi condenada, em 2007, a pagar mais de 600 milhões de dólares de multa, depois de provado que a empresa aconselhou médicos a aumentarem as doses dos opióides. Ao invés de reduzirem o tempo entre uma ingestão e outra, a empresa distribuiu cupons aos médicos para que seus pacientes recebessem amostras grátis de opiáceos para o tratamento de um mês (OUTRAS PALAVRAS, 2018). Da mesma forma, afirma que continuará a se defender vigorosamente das ações impetradas contra ela.

A *Johson & Johson* também nega, desde 1971, saber da presença de amianto na elaboração de seus produtos, acumulando em torno de 10.000 processos de mulheres que dizem ter sido vítimas da fibra cancerígena devido à utilização de seu produto *Johnson's Baby Powder*.

Nesse contexto, impressionam fatos como o cenário das desigualdades, dos conflitos socioambientais, do aumento expressivo da degradação ambiental, os quais têm impulsionado o crescimento da indústria farmacêutica em nível extraordinário.

A Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA, 2018) reúne dados das principais indústrias farmacêuticas do mundo, como *Pfizer*, *Novartis*, *Roche*, *Merk* e *Bayer*. A Figura 2, a seguir, mostra a projeção do gasto médio dessas indústrias com medicamentos, chegando a alcançar US\$ 107/pessoa em 2022.

Figura 2. Gasto médio com medicamentos/pessoa em 2022



Fonte: Interfarma (2018).

Além disso, a proliferação de farmácias não para de crescer, fortalecendo o incentivo da medicalização para aqueles que sofrem o impacto das tragédias, como modo de lidar com as consequências. O Brasil, nesse aspecto, segue em plena cultura da medicalização, como se pode perceber em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A cidade possui 5,3 mil farmácias e drogarias comerciais e, em 2017, ocupava a oitava colocação no *ranking* das capitais brasileiras com maior número desses estabelecimentos. Desde 1997, quando possuía 2,3 mil estabelecimentos, esses números aumentaram 128%, segundo dados do Conselho Regional de Farmácia (CRF, 2018) do Estado.

Em relação ao carvão, apesar dos estudos científicos confirmarem as consequências perigosas à vida, especialmente quanto ao seu ciclo de exploração e produção, há, em curso, uma tendência ao incremento da sua utilização. Esse retorno à atividade vem sendo estimulado por Donald Trump, nos Estados Unidos, cujo exemplo político vem sendo seguido pelo Brasil.

Desde o início de 2019, o governo do Rio Grande do Sul tem como objetivo utilizar o seu potencial carbonífero, sendo que detém, aproximadamente, 90% das reservas brasileiras de carvão mineral. O discurso é imperativo, mostrando ser absolutamente necessária a exploração com responsabilidade, mediante o emprego de novas tecnologias. Para tanto, a discussão com a sociedade deve ser ampla, com a criação de postos de emprego, renda e progresso por meio de investimentos no setor e garantia de proteção ao meio ambiente (GOV.RS, 2019).

Nitidamente neoliberal, o discurso é, sobretudo, repetitivo e paranoico (é preciso criar empregos e trazer progresso!), enquanto a intenção oculta é impor projetos com alto nível de degradação, mantendo a lógica de beneficiar a poucos, impactando as comunidades mais vulneráveis. A mineração de carvão no Rio Grande do Sul deve atingir um dos principais mananciais de abastecimento de água de Porto Alegre e Região Metropolitana – o Delta do rio Jacuí (SUL21, 2019).

No círculo vicioso da repetição, o qual segue o caminho da prosperidade em detrimento de pessoas e do meio ambiente, estão outros sistemas produtivos que amparam a vida em sociedade, trazendo conforto e bem-estar, como, por exemplo, a indústria do plástico.

Se, por um lado, há um esforço para promover a educação com vistas à reciclagem e à diminuição do consumo de plástico, por outro, o *lobby* de grandes indústrias como a *Shell Polymers*, a *LyondellBasell*, a *Exxon Mobil*, a *Chevron Phillips*, a *DowDuPont* e a *Novolex*, luta contra as restrições (THE INTERCEPT BRASIL, 2019)⁵⁰.

Em cada um desses contextos pode-se observar a repetição da marca da expressão do sintoma: lucros exorbitantes, utilização do poder financeiro, retórica paranóica sobre a necessidade de empregos e a promoção do progresso, efeitos negativos acumulativos, desastres.

Dessa forma, a tragédia em que a pequena cidade norte-americana Martinsburg se encontra imersa não pode ser entendida como um fato isolado, pelo contrário. A epidemia de mortes é a expressão do “não dito”, do recalque, como se fosse uma passagem ao ato em substituição da impossibilidade da fala de tudo o que lhe acomete.

Outra característica dessa tragédia é a multiplicidade de causas envolvidas, sejam ambientais, sociais ou econômicas, num processo sobredeterminado, ou seja, que não apresenta uma relação de hierarquia, mas, sim, de encadeamento complexo, motivado por suas possibilidades de associação e processos defensivos. Além disso, há um caráter de

⁵⁰ Extensa reportagem sobre as contradições da indústria do plástico e o lobby milionário utilizado para tal (THE INTERCEPT BRASIL, 2019).

ambiguidade no seu sentido, colocando lado a lado elementos distintos, reunidos sob a mesma formação, mas que apresentam aspecto nitidamente contraditório entre si.

Numa analogia a Dunker (2014, p. 79) ao se referir ao sintoma histérico, percebe-se que todos os elementos se estruturam entre si, admitem a existência de certos sintomas e a inexistência de outros, mesmo estando ligados “ao modo da relação entre sílabas e letras na formação das palavras, prescrevendo certas possibilidades e vetando outras combinações.”

O autor explica que o sintoma pode ser lido como uma sentença, o que reforça a interpretação de que a leitura do sintoma da crise ambiental elucida a realidade, denunciando a sua condição de verdade mentirosa e a solução de compromisso imposta para que tudo permaneça da mesma maneira, numa repetição mortífera.

A crise ambiental é esse resíduo de morte, sofrimento, exclusão, degradação, que denuncia que o processo civilizatório não se faz sem perdas, e que possui uma face por meio da qual nunca quer reconhecer.

Afirma-se, assim, segundo a teoria freudiana, que a crise ambiental é a pulsão de morte da civilização, enquanto o corpo (metafórico) do planeta é a sua expressão. Deixar de tratá-la nas suas causas sobredeterminadas é apenas uma tentativa de resolver, de maneira demasiadamente simples, uma questão complexa.

4.3.2 A crise ambiental – um dos nomes do mal-estar

Se a atmosfera do século XIX, que propiciou o nascimento da Psicanálise, reformulou os critérios que sustentavam toda a tradição ocidental, o século XX, sob os auspícios da modernidade, guarda a marca do desencantamento (BIRMAN, 2007). Confirma-se uma ausência de poder das tradições, pois o que norteava o homem não faz mais sentido ante a pulverização do sentido simbólico da organização social. Delimita-se o desamparo na experiência de duas grandes guerras, emergindo um sujeito sem a menor pretensão de harmonia. É nesse cenário que Freud escreveu o seu livro “*O mal-estar na civilização*”, em 1930. Um livro que não somente é o mais “lido e traduzido, o mais sinistro, sem dúvida, mas também o mais luminoso, lírico e político.” (ROUDINESCO, 2016, p. 393).

No entendimento de Roudinesco (2016), Freud ([1930], 2010c) captou a inquietude do momento presente, a expressão de um princípio de destruição com o extermínio de uma raça, que visava o aniquilamento da espécie humana, mas, acima de tudo, fez um manifesto acerca da felicidade dos povos. O pai da Psicanálise compreendeu, de maneira profunda, que Ciência

e Tecnologia protegem os homens das forças da natureza, trazendo bem-estar e mudanças consideráveis à civilização. Por outro lado, concedem poderes desmedidos aos “lobos”⁵¹.

Fucks (2003, pp. 40-41) expõe que, no dizer de Freud, a dominação da natureza na modernidade tornou o homem uma espécie de “deus de prótese”, mas “ainda que munido de invenções mortíferas, com as quais realiza as mais remotas pulsões destrutivas da espécie, não se sente feliz na sua semelhança a Deus.”

O mal-estar traduzido por Freud ([1930], 2010c), mais atual do que nunca, manifesta uma problemática mais abrangente da qual, em pleno século XXI, a crise ambiental também faz parte. Para explicar a sua origem, o pai da Psicanálise se valeu do exercício ficcional sobre a constituição da *Roma Quadrata*⁵². Ao refletir sobre o emaranhado da grande metrópole, em sua época, observou que os vestígios de ruínas e edificações antigas lá permaneceram, preservando o passado, o qual podia, inclusive, ser acessado por meio de sítios históricos. Concluiu, então, que a cada nova edificação, algo permaneceu das construções anteriores, um raciocínio simples, mas de grande impacto sobre a compreensão dos sujeitos.

Propôs o psicanalista, a partir desta observação, que tal situação se estende à vida psíquica: em um passado, igualmente longo e rico, nada do que veio a existir chegou a perecer, sendo que, na última fase de desenvolvimento, todas as anteriores se fazem presentes (FREUD [1930], 2010c).

Do ponto de vista do realismo, isso pode se configurar como um absurdo, no entanto, do ponto de vista psíquico, não somente é possível, como assim o é.

Do mesmo modo, Freud ([1930], 2010c) compreendeu, então, o processo civilizatório, trazendo ao longo do seu desenvolvimento, a origem de onde emergiu o sujeito e que deixou vestígios, similar ao processo da *Roma Quadrata*. Sua teoria foi de que, se na origem o eu – instância responsável pela constituição da atividade de pensamento e juízo dos sujeitos – se estabelece a partir de uma cisão, ou seja, de um fundo mortífero indiferenciado, confuso e intolerável, o processo civilizatório traz em si algo dessa antinatureza.

Isso o levou a concluir que o “mal-estar” não é algo que está fora do processo civilizatório, mas, sim, que pertence a ele mesmo. Quanto mais a cultura avança, mais o seu lado regressivo se mostra, seja pela ignorância, violência, obscenidade, indiferença, etc. O

⁵¹ *Homo homini lupus* [O homem é o lobo do homem]; quem, depois de tudo o que aprendeu com a vida e a história, tem coragem de discutir essa frase? Via de regra, essa cruel agressividade aguarda uma provocação, ou se coloca a serviço de um propósito diferente, que poderia ser atingido por meios mais suaves. Em circunstâncias favoráveis, quando as forças psíquicas que normalmente a inibem estão ausentes, ela se expressa também de modo espontâneo, e revela o ser humano como uma besta selvagem que não poupa os de sua própria espécie (FREUD [1930], 2010, p. 77).

⁵² Trata-se da Roma mais antiga, um povoamento situado no Monte Palatino (FREUD [1930], 2010, p. 22).

progresso, em sua concepção, é o afastamento da origem bárbara mas traz consigo, em seu interior, o problema de pertencimento e do estabelecimento dos laços, de vínculos, conflitos, agressividade, repetindo a experiência de cisão ao qual todos os indivíduos são submetidos na sua origem⁵³.

Nessa perspectiva, entende-se a apropriação da natureza ao trazer benefícios e, também, ao se fazer acompanhar de destruição e sofrimento, trazendo consigo a marca do primitivo, da antinatureza. Assim, é lícito afirmar que a crise ambiental expressa um mal-estar, enquanto o reconhecimento tácito e intuitivo da situação revela que o problema ambiental retorna dentro da sua própria solução, numa forma não refletida ou não tematizada, ou seja, sem consciência da situação.

A crise ambiental passa a ser a nomeação, ou o diagnóstico, da experiência que, como “homóloga ao sintoma psicanalítico”, tem produzido sofrimento real, principalmente aos mais vulneráveis social e ambientalmente, desprovidos de voz e de singularidade.

Dunker (2015, p. 152) se refere ao mal-estar como “a impossibilidade de uma clareira no caminhar da floresta da vida.” Interpretando as suas palavras, diz-se que a crise ambiental é a situação de desamparo e de fracasso do processo civilizatório, desvelando a dinâmica, intrínseca às modernas relações sociais, como Leff (2011), em sua obra, já havia denunciado.

No sentido mais contundente é no “*Mal-estar da cultura*” que Freud ([1930], 2010c) introduz um dos problemas fundamentais do mundo moderno: a dificuldade com a união, com os vínculos e laços de pertencimento na relação dos indivíduos com outros indivíduos. Mesmo que os homens aspirem à união, ela, no entanto, não é um dado originário, mas um sonho, um ideal. O psicanalista trouxe, a partir dessas reflexões, um tema que lhe foi caro em toda a sua obra, que é a dificuldade de viver: “de onde se retira a força da vida? Por que viver é tão difícil? A vida para os seres humanos traz demasiadas dores, decepções, tarefas insolúveis” (FREUD [1930], 2010c, p. 28) e, portanto, só faz sentido se houver paliativos para suportá-la.

⁵³ No início do texto “*O mal-estar da cultura*”, Freud apresenta sua tese de que a formação da comunidade não reside num sentimento imediato, desde o início orientado para isso, não há instinto gregário, ou seja, não há uma experiência originária de comunhão. A questão da vinculação está relacionada à emergência do EU (instância que surge se diferenciando do ISSO – fonte pulsional), portanto, um resto permanece que não se transformou, que ficou para trás, pois não cedeu às injunções do discurso do Outro, que o convocava a ser alguém. A criança, neste sentido, é uma multiplicidade de pulsões parciais (isto é, a sua sexualidade infantil) que passa a existir enquanto sujeito pela unificação imposta artificialmente pela linguagem. Há uma universalidade na cisão, ou seja, todos terão que passar por ela, mas a cisão irá se fazer para cada um segundo a sua história (FREUD [1930], 2010c).

Ao citar Theodor Fontaine⁵⁴, Freud ([1930], 2010c) faz referência às “construções auxiliares”, numa tradução ao fato de que, se por um lado, para os animais o que basta para a sua sobrevivência são as suas capacidades biológicas, para o homem só faz sentido viver se houver uma espécie de função simbólica que ancore essa experiência – uma função exercida pelas ficções ou crenças humanas, suportada pelos objetos da cultura, desde a ciência, economia, política, tecnologia, drogas, festas, religião, arte. Todos esses recursos dão suporte à vida, sem deles poder prescindir.

Freud ([1930], 2010c, p. 28) ainda mostra a relação de que são essas construções auxiliares ou “as poderosas diversões que nos permitem fazer pouco de nossa miséria, gratificações substitutivas, que a diminuem, e substâncias inebriantes, que nos tornam insensíveis a ela.”

Neste campo, a cultura tem sido suficientemente habilidosa, disponibilizando um infinito sistema de mercadorias, como se viu anteriormente, no modelo hegemônico capitalista, que serve para levar a cabo a tarefa de produzir tais sensações. Mas não somente isso: serve, também, para afastar ou mesmo isentar os indivíduos da responsabilidade consigo mesmos e dos laços sociais, ou a responsabilidade em relação ao outro, tal como foi demonstrado nos capítulos anteriores.

A reflexão de Žižek (2011a) sobre o desastre causado pela *British Petroleum*, empresa multinacional, sediada no Reino Unido, atuante no setor de energia, sobretudo de petróleo e gás⁵⁵, serve como exemplo do que foi dito anteriormente.

Segundo o psicanalista, o verdadeiro culpado não é a empresa (embora ele acredite que deva ser punida o mais severamente possível), mas a demanda que empurra à produção de petróleo, ignorando as considerações ambientais. O que deveria ser feito, propõe, são as perguntas básicas sobre o moderno estilo de vida, mobilizando o uso público da razão, o que seria uma tarefa de todos, uma vez que diz respeito ao bem comum, o substrato natural de vida. Este problema, continua Žižek (2011a, p. 52), “deve ser visto como de todos e nada nem ninguém vai resolvê-lo por nós. A lição das grandes catástrofes ecológicas é que nem o mercado nem o Estado farão esse trabalho.”

A indústria da fome no mundo também pode ser vista sob essa mesma ótica, como se aprende com Caparrós (2016, p. 419) quando afirma que

⁵⁴ “Sem ‘construções auxiliares’ não é possível, disse Theodor Fontaine.” (FREUD [1930], 2010c, p. 28).

⁵⁵ Trata-se da explosão da plataforma de petróleo semissubmersível *Deepwater Horizon*, no dia 20 de abril de 2010, uma terça-feira, no Golfo do México, nos Estados Unidos. Operada pela *British Petroleum*, a plataforma afundou na quinta-feira seguinte à explosão, depois de ficar dois dias em chamas, originando uma grande mancha de óleo que se espalhou até a Louisiana e outros Estados. Houve 22 trabalhadores feridos e 11 faleceram (ŽIŽEK, 2011a).

a igualdade de comer todos os dias é modesta [...] em um mundo onde nada se legitima mais do que ser vítima, a fome produz vítimas – muitíssimas vítimas – sem carrasco aparente. E o que é uma vítima sem carrasco? – questiona o jornalista. Um ato sem agente, um fato que ninguém provocou.

As consequências de ambos os cenários – sejam no campo dos repetitivos desastres ambientais ou no caso da indústria da fome – mostram a ruptura do pacto social, em que não há “um” responsável, visto que são “todos”. Caparrós (2016) lembra, portanto, o quanto se está “inebriado”, esquecendo da própria miséria humana e material, de que o indivíduo não existe sozinho, mas sempre em relação a um grupo, seja por pertencimento ou por exclusão.

O tema dos laços sociais, sob a ótica da crise ambiental, aponta justamente a ausência da responsabilidade sob essas duas vias, ou seja, do ponto de vista daqueles que podem participar das benesses sociais e dos que estão excluídos do suporte social que favoreça o sentimento de pertencimento, em situações-limite de precariedade da vida humana.

Nas reflexões de 1930, Freud foi além e tratou da relação do sujeito com os outros, dizendo se tratar do sofrimento mais penoso entre todos os sofrimentos. Demonstrou, dessa forma, que há um fracasso naquilo em que é preciso apenas que ele fique frente a sua vontade, onde o campo é o da liberdade e não da causalidade natural.

Esta é uma perspectiva de suma relevância à crise ambiental visto que não é o mundo externo, tampouco a forma como os sujeitos padecem do ponto de vista das intempéries da natureza, mas sim, como eles se posicionam diante dela. A crise ecológica não é uma crise da natureza, mas a experiência do sujeito perceber que ela reflete a sua própria crise ou o seu estado de crise.

Sem dúvida, o modelo econômico é opressivo, fortalecendo processos colonizadores a incidir sobre esta situação. O capitalismo, porém, enquanto sistema que se apropria dessa dimensão, pode ser visto como uma relação social de seres humanos.

Para Freud, o homem descartou o seu instinto de autoconservação e, ao fazê-lo, sacrificou o seu bem-estar, se autodestruindo, e isso lhe gerou grande prazer. Nesse sentido, apenas tratar o problema ambiental na expressão dos seus fenômenos é esconder a verdade do sintoma, de maneira análoga ao que Dunker (2015, p. 190) expressa:

E a verdade do sintoma, segundo nossa hipótese, é seu mal-estar. O sintoma é essa emergência da verdade no real, esse ponto de exceção, isso a que Nuno Ramos chamou de ‘camada de poeira que recobre as coisas’⁵⁶ e que impede que toquemos o real direta e imediatamente.

⁵⁶ “Há uma camada de poeira que recobre as coisas, protegendo-as de nós. Polvilho escuro da fuligem, fragmento de sal e de alga, toneladas de matéria em grãos que vão cruzando o oceano transformam-se em fiapos

“Recobrir”, segundo Dunker (2015), é um modo de manter a crise em pleno funcionamento, escondendo o seu suplemento libidinal, o suplemento invisível, ou seja, tudo aquilo que não se quer ver.

A descoberta freudiana do mal-estar não deve ser entendida, no entanto, como da ordem do pessimismo. Aponta, na realidade, a saída, pois se tudo isto não é da ordem do determinismo da natureza também pode ser desfeito. O que Freud ([1930], 2010c, p. 43) fez foi um chamamento à responsabilidade do sujeito diante do processo civilizatório:

[...] até agora a nossa investigação sobre a felicidade não nos ensinou muita coisa que já não fosse conhecida, tal conhecimento não produz um efeito paralisante; pelo contrário, ele mostra a nossa atividade à direção que devemos tomar. Se não podemos abolir todo o sofrer, podemos abolir parte dele e mitigar outra parte – uma experiência milenar nos convenceu disso.

Em suma, assumir a responsabilidade na compreensão de que o desenvolvimento da civilização trouxe – e traz – avanços inegáveis para o bem-estar humano, requer assumir a fragilidade nas tessituras da trama social, exposta na forma da degradação ambiental, na exacerbação da pobreza, da segregação social e do sofrimento.

A crise ambiental, seja numa perspectiva mais ampla ou mais restrita, em seu caráter ambíguo, revela que há muito a aprender sobre o seu significado e sentido, assim como as relações com as suas origens. Sob essa temática, Rey-Flaud (2002, p. 19) lembra que “À semelhança do mestre Delfos, a verdade de fato não condena nem absolve, não enuncia nem prescreve: ela diz.” Das palavras do autor se entende que a verdade não está no lugar da culpa e nem da absolvição, mas senão em sua própria fala. É preciso lidar com isto.

A necessidade de o homem intervir no mundo natural, por um lado tornando mais complexa a civilização e, por outro, tentando lidar com seu desprazer, negando as suas pulsões, tem o afastado da compreensão dos limites de destruição a que está exposto.

Mesmo diante do trágico, contudo, é inegável que o olhar freudiano coloque o sujeito frente a um paradoxo que revela a sua orfandade e, também, a possibilidade de se recriar, como exprime Safatle (2016). O autor lembra de que o desamparo que acompanha o sujeito também é a sua emancipação, sendo, portanto, algo contra o que não se luta, mas sim algo que se afirma. “Podemos fazer com o desamparo coisas bastante diferentes, como transformá-lo em medo, em angústia social ou a partir dele produzir um gesto de forte potencial libertador” (SAFATLE, 2016, p. 18).

Este é, sem dúvida, um dos grandes legados dos escritos de Freud de 1930, que propõem, em suma, que diante do estágio aonde se chegou não há como alegar ignorância, tampouco indiferença, pois se o ser humano é parte do problema, também é a parte da solução. Quiçá um fardo esta responsabilidade, quiçá um privilégio.

5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PSICANÁLISE

Ao longo desta tese dirigiu-se o olhar para a crise ambiental sob o viés das contradições, do sofrimento e da exclusão social – elementos inegavelmente inseridos no processo civilizatório. Insistiu-se, também, em reforçar que esses não estão situados “fora”, mas sim que agem como forças internas e contrárias ao próprio processo. Numa alegoria poder-se-ia afirmar que aquilo contra o qual se luta é constitutivo do próprio interior. Este é um debate que deve estar inserido nas Ciências Ambientais a partir do seu instrumento maior – a Educação Ambiental.

É este caminho que sustenta a discussão a seguir, que inicia por uma contextualização acerca do tema da Educação dentro da Psicanálise e, na sequência, discutem-se os caminhos atuais da Educação Ambiental. Num terceiro momento trata-se da violência psíquica e do sofrimento enquanto uma fronteira a ser explorada no âmbito da Educação Ambiental. Ancorada nesses pontos, abre-se, então, a perspectiva do sujeito na questão ambiental e seu papel ou função na crise ambiental, caso exista.

A complexidade dos temas apresentados exigiu, ainda, que se colocasse em cena experiências orientadas pela Psicanálise enquanto possibilidades de serem ampliadas às práticas de Educação Ambiental. Para isso, abraçou-se o trabalho da Clínica da Escuta, realizado em Belo Monte, e as Oficinas de Rap para jovens em privação de liberdade, desenvolvido pelo Núcleo de Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS.

Ressalta-se que, ao abordar as inquietações do campo da Psicanálise e da Educação Ambiental tomou-se como ponto de partida o fato de que a relação entre ambas não fosse de aplicabilidade de uma sobre a outra. O efeito que se desejou caminha por uma via política subversiva, com o forte intuito de causar questões nas quais os sujeitos possam vir a se implicar. Esse é o movimento que se busca.

Antes de se iniciar, contudo, traz-se o relato que justifica a escolha da Educação Ambiental enquanto possível saída para contribuir na travessia da crise ambiental.

Então... por que a Educação Ambiental?

Desde o início da construção desta tese uma interrogação se fazia presente: em que a condição metapsicológica da crise ambiental contribuiria com as questões ambientais? Para qual campo social? Notadamente, as possibilidades mais imediatas se direcionavam às questões da ética ou, ainda, à relação com a política.

Esse território espinhoso de reflexão, associado à escassez de discussões teórico-práticas, fez com que no ano anterior à etapa da qualificação, a direção da tese ainda mantivesse certa indefinição.

A Educação Ambiental parecia uma saída, mas a possibilidade de concatenar a analogia com a Psicanálise ainda era distante. Sabe-se, com Freud, que o inconsciente “fala”, e isso Lacan (1982, p.66) consolidou ao assumir que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”.

Neste caso, o inconsciente da autora desta tese falou em tom significativamente alto e claro no registro de um significante, que atravessava todas as discussões e leituras até então realizadas: o sofrimento, a exclusão, a desigualdade que, sobretudo, permeiam a questão ambiental.

Desta feita, ao assistir o documentário “*Central: o poder das facções no maior presídio do país*”⁵⁷, exatamente um dia antes de uma (pré) sessão da discussão sobre o andamento da tese com o professor Maurício, o inconsciente emergiu, dando voz ao desejo.

O encontro com as imagens, com as falas dos presidiários e daqueles que administram a instituição deu-se frente à maneira brutal de constituição dos laços sociais⁵⁸. Esses laços se fundam tanto pela sua ausência (pelo lado da sociedade que, seguramente, rompeu os vínculos com aqueles que lá estão), como pela consolidação interna (a manutenção da vida dentro do presídio se dá justamente pelo fortalecimento de laços, dos mais variados tipos). Foi neste ponto, sob a confluência de todos esses afetos que surgiu a maioria das questões que nortearam a escolha do campo social.

O documentário, em sua essência, mostra a dimensão das disputas de poder entre as facções, os conceitos de violência simbólica e econômica, segregação e vulnerabilidade social e, ao mesmo tempo, os modos de vingança privada, elementos entrelaçados entre si, caracterizando uma espécie de universidade do crime.

Pela via do pensamento freudiano, trata-se da expressão máxima do desamparo humano. Chamaram a atenção, durante a exibição do filme, as falas dos administradores da

⁵⁷ DORNELLES, Renato. **Central – O poder das facções no maior presídio do Brasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dj2-a39Ocbc>, inspirado no livro “*Falange Gaúcha - a história do Crime Organizado no RS*”. Recebeu os prêmios de melhor documentário de língua portuguesa no FESTin – Portugal (2016), de melhor documentário no 33º Prêmio dos Direitos Humanos de Jornalismo (2016) e de Finalização FAC-RS (2014).

⁵⁸ Cavalcanti e Poli (2015) definem laços sociais como a busca de uma solução para o *desamparo*, visto que a sua energia provém de um dos desejos mais prementes da humanidade – “a necessidade de proteção através do amor” (FREUD [1927], 2014, p. 39). O reconhecimento desse paradoxo fundamental indica nos laços sociais a fonte principal do mal-estar (CAVALCANTI; POLI, 2015, p. 58).

instituição acerca do que seria o presídio: ilha de exclusão, fábrica de *bandidos*⁵⁹, sistema do século XIX em pleno século XXI, punitivo e de vingança, em que as drogas servem como forma de contenção ilícita, sem as quais o sistema implodiria, sistema de baixo custo para o Estado dadas as condições degradantes às quais aqueles seres humanos estão submetidos.

A afirmação mais chocante – por ser portadora de uma verdade cruel – foi a fala de um “carcereiro” ao dizer que “nós mantemos este tipo de sistema para que outros possam ir ao shopping”. Ora, esse sistema é mantido para instituir/preservar a exclusão, indicando se tratar do complemento de um sistema de exclusividade, ou seja, a exclusão é o correlato de um sistema de exclusivos, posicionando o mundo como de pertencimento a poucos, como está exposto na página virtual da OXFAM⁶⁰.

Nessa perspectiva, compreende-se a importância de avançar o tema da exclusão e do sofrimento psíquico, numa analogia à situação do presídio. Para aqueles que são deserdados de seus territórios, que não têm condições dignas de vida, que estão sob o impacto de lixões, que moram em áreas de grande risco ambiental, tal situação não é uma espécie de encarceramento?

Ainda: do que se trata o projeto de Belo Monte e da grande maioria dos projetos de hidrelétricas do Brasil? Para quem são os parques, as praças, as praias, as cidades? Como descrever o estado em que vivem as pessoas das comunidades atingidas pelos projetos de mineração no Estado de Minas Gerais, submetidas ao horror diário na perspectiva de ter mais uma barragem rompida, ao estilo de Mariana e Brumadinho? Como o Estado tem amparado aqueles atingidos pelo flagelo ambiental? O que está por detrás do abandono dos órgãos de “proteção ambiental”?⁶¹

⁵⁹ Qual a definição de bandidos? Que sujeitos são estes? Para responder a essas questões buscou-se o correlato com o trabalho de Sylvie Le Poulichet (1996, p. 19) quando aborda a questão da toxicomania. Diz a autora que a toxicomania é designada como um flagelo social que constitui o objeto de uma lei jurídica mas que, ao final, esta denominação se torna como se fosse um cartão de visitas. No entanto, para a psicanálise aceitar este “cartão de visitas” significa ignorar a dimensão subjetiva e enigmática do sujeito. Assim, sob a ótica desta tese, aceitar a designação de bandido para esses sujeitos seria igualmente ignorar essa dimensão. Por isto, entende-se pertinente esta correlação feita por Gurski (2017, p. 49): “Algumas figuras sociais, produzidas pelo discurso capitalista e pelo laço neoliberal, parecem catalisar o medo, evocando, na atualidade, a dimensão do *Homo homini lupus* (O homem é o lobo do homem), tratada por Freud em ‘*O mal-estar na civilização*’. Eles são os denominados: sem-teto, sem país, sem família e, sobretudo, sem um espaço no Outro social.”

⁶⁰ Neste momento, o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%, e apenas oito bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população no planeta. Por outro lado, a pobreza é a realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo. Trata-se de uma situação extrema. A desigualdade e a pobreza não são inevitáveis. São, antes de qualquer coisa, produtos de escolhas políticas injustas que refletem a desigual distribuição de poder nas sociedades (OXFAM, 2018).

⁶¹ No atual cenário brasileiro, um dado revelador da profundidade das concepções governamentais de desenvolvimento e suas relações socioambientais seriam as despesas orçamentárias anuais do Ministério do Meio Ambiente (MMA), num trabalho realizado pelos economistas Carlos Eduardo Young e Marcio Alvarenga Júnior, do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEMA-UFRJ). Disponibilizados ao portal Eco, os dados mostram que pelo menos desde 2003,

O que se configura e se consolida, portanto, é uma estrutura de poder para dar continuidade à exclusão e não para reduzi-la.

A reflexão, oportunizada pelo presídio, levou a outras perguntas: para que e para quem se preserva o meio ambiente se há uma sociedade de exclusão? Quem precisa de meio ambiente? Para que serve uma Educação Ambiental? A quem serve a Educação Ambiental? Para quem se faz uma Educação Ambiental? Qual humanidade ou que geração futura se está condenando ou punindo? A Educação Ambiental poderá fazer – ou tem feito? – uma *escuta* do sintoma da exclusão, expresso pela crise? Se o número dos excluídos aumenta significativamente, a quem se destina, afinal, o direito à vida? Ou o direito à permanência no planeta? Ou a um meio ambiente saudável?

Refletir sobre as questões ambientais do ponto de vista dos excluídos e dos que sofrem à margem de todo e qualquer benefício social é uma árdua tarefa, que desde já se sabe será incompleta. Por outro lado, porém, essa é uma demanda que retorna, de acordo com o pensamento de Floriani e Knechtel (2003), de que a epistemologia socioambiental reforça a necessidade de haver uma ruptura com o pensamento hegemônico. Uma necessidade que também está impressa em toda a obra de Leff (2011).

Esses elementos, ao configurarem a incoerência de parte do discurso ambiental conciliatório, ajustado à permanência do modelo hegemônico predominante e que a crise ambiental contribui para desvelar, direcionaram a tese ao seu objetivo maior: o de que, a partir da Psicanálise se possa contribuir com a Educação Ambiental. Corroboraram, também, com o pensamento de que a Psicanálise deve partilhar, para além dos aspectos cognitivos, da responsabilidade na reorganização do campo simbólico desses sujeitos no que se refere aos bens naturais enquanto instrumentos de intervenção coletiva em esferas públicas.

5.1 FREUD E A EDUCAÇÃO

O tema “Educação”, semelhante às questões ambientais, não aparece diretamente na obra freudiana. Por outro lado, existem vários comentários sobre a matéria, desde a pedagogia de sua época até sobre a sua própria experiência como jovem escolar, demonstrando o quanto esta lhe foi fundamental (KUPFER, 2000).

há uma estagnação no orçamento discricionário do MMA, isto é, os recursos não destinados ao pagamento de despesas fixas mantiveram-se no mesmo patamar, mesmo nos períodos de crescimento econômico, vindo a apresentar uma queda brusca de 2014 a 2016. Para os economistas, a estagnação pré-crise do orçamento refletiria a desvalorização da pasta, ao mesmo tempo em que haveria um aumento da demanda em razão dos processos de licenciamento ambientais dos grandes projetos de infraestrutura (OECD, 2017).

Renato Mezan, filósofo e psicanalista brasileiro, citado por Kupfer (2000), destaca pelo menos três motivos para a inclusão do tema. Em primeiro lugar, o tradicional amor de Freud aos estudos, característica dos judeus que representava, na Viena da época, igualmente uma oportunidade de ascensão social. Freud precisava dessa ascensão, já que pertencia a uma família com recursos econômicos precários e, ademais, era judeu. Depois, porque a Educação lhe introduziu na cultura de um círculo de vienenses cultos ao qual não pertencia. E, finalmente, porque precisava ter acesso aos domínios do conhecimento de seu tempo, acrescentando sua própria contribuição à Ciência:

Some-se a isso a curiosidade e a tenacidade judaicas, uma determinação inquebrantável de contribuir de modo original para a Ciência, uma educação clássica primorosa, contatos apaixonados com seus mestres, a passagem da paixão pelo mestre para ‘ser o mestre’. Resultado: uma obra de vulto, descobertas, a criação de uma nova disciplina – a Psicanálise. (KUPFER, 2000, p. 32).

Os efeitos se fizeram sentir desde a fase inicial da obra de Freud nos textos “*O interesse científico da Psicanálise*” (1913), “*O método analítico de Oskar Pfister*” (1913), “*Contribuição à história do movimento Psicanalítico*” (1914), em que mostrou a aplicação da Psicanálise a outros campos do saber.

Para o psicanalista, era evidente que o interesse dos profissionais pelo tema da Educação ocorria em função das revelações psicanalíticas sobre o desenvolvimento infantil, o acesso aos desejos e aos pensamentos da criança, além da compreensão da sexualidade infantil em suas manifestações físicas e psíquicas. Freud insistia que esse conhecimento poderia auxiliá-lo a atuar de modo a não superestimar a dimensão pulsional da criança ou mesmo tentar ocultá-la. Sua compreensão, nesse aspecto, foi de que a Educação devia agir de maneira profilática, de forma a evitar tanto a neurose quanto a perversão. Traçando um paralelo entre a Educação e a terapia, afirmou que a primeira cuida para que certas disposições infantis não produzam nada indesejado para o indivíduo ou para a sociedade, enquanto a segunda se ocupa de tais disposições já manifestadas, a produzir sintomas patológicos. Alertou, ainda, sobre o fato de que o educador deve estar atento à sua responsabilidade de impor seus ideais em indivíduos em formação, visto que o material infantil é mais sensível à influência.

Há que se lembrar que, nesse período, Freud ainda não havia elaborado os conceitos de pulsão de morte e supereu, tampouco a tese do mal-estar e, por isso, alguns anos mais tarde, essa compreensão seria modificada definitivamente.

Em 1925, no Prólogo de “*A juventude abandonada*”⁶², reconhecendo as limitações da própria Psicanálise, Freud afirmou que as possibilidades de sua influência dependem da “situação analítica ou dispositivo analítico”, ou seja, do lugar onde surgem as estruturas psíquicas específicas.

Em “*O mal-estar na civilização*”, Freud ([1930], 2010c, p. 106) assim expressou a sua opinião: “A educação se conduz como se enviasse a uma expedição polar pessoas vestidas com roupa de verão e equipadas com os mapas dos lagos italianos.” Essa declaração ocorreu em meio às suas reflexões sobre o sentimento de culpa e, portanto, sua conclusão foi de que a Educação erra em ocultar ao jovem o papel que a sexualidade terá em sua vida, entendendo como “um abuso de exigências éticas”, pois conduz esse mesmo jovem a acreditar que o restante da sociedade é virtuosa e por isso ele também o deve ser.

Em 1933, na Conferência XXXIV, intitulada “*Explicações, aplicações e orientações*”, momento em que a Psicanálise já possuía avanços significativos no trabalho com crianças, Freud ([1933], 1996) assumiu que a única preparação adequada para o educador realizar o seu trabalho com a criança – sob pleno desenvolvimento na efervescência das pulsões – seria ele ter passado pela experiência da análise em si mesmo.

Cabe uma ressalva sobre a citação do *Her Professor* no Prólogo do livro de August Aichhorn, em que declarou que “a seu ver, existem três profissões impossíveis: educar, curar e governar” (FREUD [1925], 2011b, p. 2). Essa colocação foi reafirmada no texto “*Análise terminável e interminável*” (FREUD [1937], 2018), sendo uma das suas frases mais conhecidas sobre o tema da Educação, a qual tem suscitado uma interrogação à Psicanálise sobre a que, efetivamente, estava ele se referindo.

Para Mirelle Cifali, psicanalista francesa, Freud realçava algo que é próprio da *práxis* psicanalítica, ou seja, a ausência da garantia de sucesso das três profissões, visto que, em todas elas não é possível endossar que os resultados sejam satisfatórios de antemão, tornando o fim sempre incerto. Diz a autora: “Fazendo incidir o impossível sobre a finalidade, Freud confronta o ato da psicanálise a uma não finitude fundamental, de alguma forma constitutiva.” (CIFALI, 2009, p. 153).

Se, portanto, sob o olhar da Psicanálise, a Educação é impossível desde a sua origem, o mesmo será transposto à Educação Ambiental. Por mais variados os esforços dos processos educativos para conter a crise ambiental, não há garantias de que esses serão bem sucedidos

⁶² August Aichhorn, psicanalista austríaco, decidiu se dedicar ao trabalho da Pedagogia e dos problemas da delinquência infantil e juvenil. Em 1925 escreveu o livro “*Juventude abandonada*”, para o qual Freud escreveu o Prólogo (PLON; ROUDINESCO, 1998).

desde o início. Na imensidão da infinitude que lhe é constitutiva, porém, estando sob a égide da imprevisibilidade de tal relação, esses mesmos esforços devem, exaustivamente, prosseguir na sua tentativa de sucesso.

Ao longo da História do movimento psicanalítico, Lanjouquière (1995) descreve que outros importantes autores interrogaram-se ainda hoje sobre as implicações do singular pensamento para a Educação. Dentre esses está Anna, filha de Freud, cuja decidida preocupação pedagógica a conduziu numa direção contrária: em lugar de tentar “esclarecer” a Educação e suas vicissitudes graças à Psicanálise, introduziu um viés pedagógico na teoria do pai, tentando elaborar uma Psicanálise para crianças, ou seja, uma clínica ou terapêutica com seres pequenos ainda sob a guarda de seus próprios pais. O autor ainda destaca outros nomes, como Sandor Ferenczi, primeiro a fazer série, seguido por Melanie Klein, Françoise Dolto e Maud Mannoni.

Françoise Dolto e Maud Mannoni acabaram não somente contribuindo com a clínica de crianças muito pequenas ou com distúrbios psicóticos, mas, também, se engajaram, à sua maneira, no projeto de lançar alguma luz analítica sobre as relações entre adultos e crianças, bem como em projetos institucionais de teor “educativo”: Dolto fundou a *Maison Verte*, em 1979, e participou da experiência em Pedagogia Institucional da “escola” de *Neuville*, enquanto Mannoni sustentou, até antes de morrer, a *Ecole Expérimentale de Bonneuil*⁶³.

Nos anos 1980 foi a vez da psicanalista francesa Catherine Millot, autora do livro “*Freud antipedagogo*” (1987), trazer mais elementos à discussão sobre a Psicanálise e a Educação. Ao percorrer integralmente os trabalhos de Freud e suas abordagens acerca desse tema, a autora concluiu que, após tanto tempo de tentativas de reformas pedagógicas inspiradas na Psicanálise, foi possível confirmar que os conflitos de origem psíquica são inegáveis, deixando cair por terra a ilusão de que, a partir de uma reforma educativa, pode-se almejar a felicidade, seja no âmbito de uma harmonia interior ou pela satisfação plena.

Nesse sentido, Millot (1987) afirma que foi a descoberta do inconsciente que invalidou a tentativa da construção de uma pedagogia reformista, a qual fez evadir a tentativa de dominação, pois, se por um lado a Psicanálise fornece uma compressão dos mecanismos psíquicos, por outro, saber disso não tem como efeito a subjugação.

Essa construção teórica, que reforça a importância do inconsciente, também serve às premissas da Educação Ambiental. Confirma que não se trata de aumentar a capacidade de

⁶³ *Maison Verte*, criada em 1979, é um espaço de acolhimento para crianças de até três anos e seus pais, criado por Dolto; a *Ecole Expérimentale de Bonneuil* foi criada por Mannoni, em 1969, para tratamento e escolarização de crianças autistas e psicóticas.

compreensão, pois, se fosse possível compreender o que é feito em termos das práticas socioambientais, essas deveriam ser evitadas, mas isso não acontece.

Ao final, afirma Millot (1987), resta à Educação ter que lidar com a verdade, enquanto uma ética analítica, ou seja, baseada na desmistificação da função do ideal, enquanto enganosa e contrária a uma lúcida apreensão da realidade. A psicanalista afirma ainda que:

“Amor” à verdade que implica a coragem de apreender a realidade, tanto psíquica quanto externa, no que pode ter de lesiva ao narcisismo, particularmente no que diz respeito à renúncia a toda fantasia de domínio que o reconhecimento da existência de um inconsciente impõe. (MILLOT, 1987, p. 157).

A autora sugere que deve haver uma relação de coragem para o enfrentamento do saber, mesmo que isso possa ferir o sujeito narcisicamente, implicando na renúncia a qualquer espécie de amparo ideológico. Essa compreensão será importante para a Educação Ambiental, como será visto mais adiante.

De maneira geral, as situações que foram aqui apontadas mostram o caminho percorrido pelos mais diferentes autores acerca da relação entre a Psicanálise e a Educação. Servem, sobretudo, para mostrar como Freud estabeleceu essa interlocução ainda que ela não fosse seu primeiro objeto de estudo. A partir da aplicação da sua metapsicologia, Freud a relança, não como uma disciplina exclusiva à qual um saber deve ser aplicado, mas como um lugar no laço com o social, reiterando a dimensão da cultura na constituição dos sujeitos. Ao se desvencilhar da tentativa da sua sistematização, torna-a aquilo que concerne a todo e qualquer sujeito no decorrer da vida (KIERNIEW, 2017).

Tal premissa se ajusta à reflexão de Moschen (2013, p. 394) de que essa articulação freudiana conduz à seguinte questão: “como nos tornamos humanos e como transmitimos essa humanidade às gerações vindouras?” Uma questão que suscita outra diante da crise ambiental enquanto um sintoma: o que seria essa “humanidade” sob o registro do sofrimento, da exclusão, das contradições, da pulsão de morte?

Na perspectiva de Voltolini (2011) não há respostas prontas para tais perguntas. Para ele, a Psicanálise não se coaduna com propostas pedagógicas, tampouco discute a boa relação entre professor e aluno, suas bases metodológicas ou questões normativas no âmbito da Educação. E segue afirmando que:

[...] se envolve com o debate sobre a precariedade inevitável de todo ato educativo, sobre a ignorância particular e insuperável, embora não incontornável, de todo adulto em relação à criança e sobre o campo amoroso que se instala entre o educador e o educando, permeando essa relação com uma atmosfera particular, decisiva quanto ao destino da aprendizagem. (VOLTOLINI, 2011, p. 11).

Voltolini (2011, p. 40) interpreta tais pressupostos como tendo efeitos no estabelecimento de objetivos e finalidades para a Educação, os quais serão “da ordem de um problema, visto que esta carrega em si a marca de um dilema que não é outro senão aquele que existe entre o indivíduo e civilização.”

Existirá, assim, sempre um resto irreduzível a delegar a cada um a responsabilidade de criar saídas possíveis para esse desencontro, como Freud ([1930], 2010c, p. 41) já havia dito: “Não há aqui um conselho válido para todos; cada um tem que descobrir a sua maneira particular de ser feliz.”

Mas é justamente naquilo que a Educação fracassa que ela também é mais bem-sucedida, de maneira que o novo possa emergir enquanto uma reinvenção a partir daquilo que foi transmitido (VOLTOLINI, 2011). O novo, portanto, é reinventar, criar espaços de possibilidades, articulando a subversão do sujeito, ou seja, convidando-o a dizer o que quer, a produzir um saber que somente a ele diz respeito, numa ética ao desejo. “Desejo” não no sentido de “querer”, pois esse se direciona a objetos e o desejo não tem objeto, mas é apenas movimento e, assim, nunca se realiza plenamente.

“Desejo”, numa simplificação última, é “desejo de desejar”. E, para Lajonquière (1995, p. 33), “educar para a realidade é sinônimo de educar para o desejo.”

O pensamento de Freud sobre a Educação é muito mais amplo e extenso do que o quadro ora apresentado. Ao buscar o entendimento de situações de adoecimento neurótico, Freud construiu um corpo teórico sobre a sexualidade infantil, com consequências ainda inimagináveis sobre a concepção de homem. Tecendo críticas ao caráter moralizante da Educação a partir da sexualidade infantil, o psicanalista ensinou que ela participa na formação das forças moralizantes como nojo, vergonha e ideais estéticos, demonstrando que, ao mesmo tempo em que a Educação introduz a moral e contém os processos pulsionais, contribui para a formação dos laços sociais, estimula a formação da neurose, como a causa de adoecimento dos sujeitos.

5.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)

A construção do diálogo entre a Educação Ambiental e a Psicanálise tem como referência os trabalhos iniciais de Farias (2016), Farias, Oliveira e Knechtel (2018) e Farias e Knechtel (2018). As autoras procuram demonstrar que, em que pesem os avanços pontuais, a agenda ambiental segue desalinhada com a construção de um novo tipo de desenvolvimento alicerçado nas potencialidades da megadiversidade biológica e cultural, bem como na

diminuição das diferenças socioeconômicas na sociedade contemporânea. Esse contexto direcionou os trabalhos em novas fronteiras na EA, buscando contribuir com o fortalecimento não somente das relações com outras ciências, mas mediante diálogo de caráter interdisciplinar convergente com as demandas socioambientais da atualidade.

Tal direcionamento se deu em acordo com as preocupações e postura crítica de Knechtel (2019) sobre as fragilidades na EA, que incluíam resistências, poucos avanços na produção científica, nas práticas socioambientais e nas políticas públicas de transformação socioambiental e cultural, questões amplamente discutidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE).

Como um passo além, resultante dessas discussões, a ideia desta tese é que, de maneira fundamental, a EA, enquanto processo educativo voltado às questões ambientais deve partilhar da responsabilidade de incluir a dimensão da subjetividade em suas premissas, assim como novas modalidades de gozo dos sujeitos, tencionando o processo educacional no tocante aos bens naturais.

Reis da Silva (2007) descreve que a construção histórica da EA, de certa forma, se confunde e coincide com uma reflexão mundial sobre o futuro do planeta e da civilização humana. Desde os anos 1970, a Educação Ambiental despontou como a resposta concreta à necessidade de sensibilização da população sobre o desenvolvimento de uma consciência ecológica mundial, assim como a consolidação de novos comportamentos e de práticas sociais menos nocivas ao ambiente.

Historicamente, segundo Farias e Knechtel (2018), a EA já nasceu neutralizada pelo colonialismo eurocêntrico, pois as primeiras discussões sobre a degradação do meio ambiente, realizadas entre diversos países, seguidas de reuniões, encontros, como em Estocolmo, em 1972, e Tbilisi, em 1977, ou a Eco 92, no Brasil, já evidenciavam imposições aos povos. Essa colonialidade, na perspectiva eurocêntrica, ainda exerce, na atualidade, domínio no Brasil, persistindo em oposição à democracia, à cidadania, à nação e ao Estado, num labirinto de sistemas que visam atender interesses de grupos em torno de relações, a exemplo das colônias (QUIJANO, 2005).

Em termos executivos, a Educação Ambiental construiu seu caminho de diferentes maneiras e nos mais diversos espaços, sejam formais ou informais. Sob essa ótica, a definição de EA informal está relacionada a todas as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, em cujo âmbito qualquer cidadão ou mesmo organização pode atuar.

No âmbito formal, a definição de EA se dá a partir da Lei n. 9.795, de 1999, art. 2º: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.” (BRASIL, 1999). A própria Constituição Federal traz um capítulo sobre o meio ambiente, no qual a Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, é dever do Estado: “Art. 225, § 1º, inc. VI: Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Pode-se dizer, então, que a Educação Ambiental, enquanto política pública, é um direito do cidadão, mediado, na maioria das vezes, por discussões biológicas e ecológicas, sem oportunizar a crítica acerca dos modos de produção e a sua relação no âmbito dos limites do planeta, face às condições de suporte à vida humana.

A respeito desse tema, pesquisadores como Layrargues e Lima (2014), Layrargues (2018), Andrade, Neves e Piccinini (2017), Sorrentino (2018), Marques, Raimundo e Xavier (2019) têm alertado sobre o contínuo esvaziamento da Educação Ambiental no âmbito das políticas públicas e no afastamento crítico da Educação das questões próximas ao cotidiano socioambiental das escolas, principalmente públicas (ANDRADE; NEVES; PICCININI, 2017).

A Educação Ambiental, portanto, mesmo sendo uma reconhecida ferramenta utilizada pelas instituições sob a égide do Estado, fundamental na aplicação das políticas ambientais, tem tido, cada vez mais, o seu papel reduzido, justamente por essa instância.

O fato vem ao encontro de uma forte crítica de Layrargues (2018) sobre o cenário brasileiro, que aponta a existência de uma série de situações, conjugadas entre si, como o desmonte e aparelhamento político da gestão ambiental governamental, afrouxamento dos marcos regulatórios da legislação que disciplina o acesso aos recursos naturais, ascensão da retórica desqualificadora do *ethos* ecologista de matriz preservacionista e crítico, ameaças jurídicas e de integridade física, como o assassinato de lideranças ambientais e do campo, e a perda dos direitos territoriais dos povos das florestas.

O autor sugere, ainda, que o esfacelamento das institucionalidades ambientais públicas é tal que propicia o surgimento do Antiecológico⁶⁴, fenômeno que mostra o impasse da

⁶⁴ Layrargues (2018, p. 33) afirma ainda que “sob o signo do Antiecológico, representa o retorno da prevalência econômica, em nome de um ajuste para reequilibrar a relação entre economia e ecologia, posto que a narrativa de sustentação do antiecológico se baseia nos excessos cometidos na era ambiental pelo ecologismo ter sido excessivamente rigoroso com a criação de todo um aparato político-institucional de proteção ambiental, que não mais deveria inviabilizar o crescimento econômico [...]. O Antiecológico é o resultado que prevaleceu dessa tensão que antagoniza a decisão por maximizar a proteção ambiental das florestas e dos serviços

sustentabilidade frente aos seus próprios limites e à configuração de forças em desfavor da proteção ambiental, as quais não constituem um fenômeno isolado, mas, sim, um evento complexo e de grande envergadura.

Layrargues (2018) entende que os pressupostos da Educação Ambiental se vestem de um conservadorismo pedagógico que a torna hegemonicamente reprodutivista, disseminadora dos valores da sociabilidade do capital, omitindo o quadro histórico-crítico sobre o desnudamento das contradições da sociedade capitalista. Afirma, ainda, que, se por um lado a comunidade ambiental tece consistentes críticas reprovando o desenvolvimentismo extrativista predatório, por outro não há registros do mesmo vigor crítico para responsabilizar o modelo desenvolvimentista pelo profundo retrocesso na institucionalização ambiental pública no Brasil. Dessa forma, além da degradação ambiental que está em curso, somam-se perdas irreparáveis nos marcos regulatórios da gestão ambiental pública e dos direitos humanos, tornando a vida ameaçada de uma maneira como nunca se viu antes.

Ao refletir historicamente, Layrargues (2018, p. 34) declara que: “há mais de vinte anos” que o campo da Educação Ambiental brasileira sabia que sua práxis se prestava à realização de projetos societários específicos, demarcados pelos interesses da luta de classes em disputa pela hegemonia do poder. O autor cita Brügger (1994) que, na década de 1990, já havia exposto que a Educação Ambiental se transformou em “adestramento ambiental”, como uma forma de adequação ao sistema social vigente.

Por fim, Layrargues (2018, p. 36) afirma que a Educação Ambiental tem carregado a “intencionalidade persuasiva e domesticadora dos indivíduos, segundo a ótica do ambientalismo de mercado e suas soluções aos desafios ambientais que agradam ao mercado.”

Uma das implicações desse diagnóstico acerca do sentido da crise é o surgimento de indivíduos que passam a se preocupar em “fazer a sua parte na sociedade”. Tal circunstância aponta o surgimento, nas práticas da Educação Ambiental, o que Freud ([1930], 2010c, p. 106) chamou de “abuso de exigências éticas” (já citado anteriormente), visto que o indivíduo se compromete, acreditando que o próprio sistema também está comprometido, enquanto que, na verdade, ele não está. Isso não quer dizer que os esforços individuais não devam continuar sendo feitos, pelo contrário, isso é urgente e necessário, por outro lado, deve ficar explícito que se está bem além do ponto em que esses esforços altruísticos sejam a solução.

Além das consequências descritas anteriormente, ou seja, além da degradação ambiental que está em curso, do retrocesso em marcos regulatório da gestão ambiental

pública, dos direitos humanos, há que se demarcar o “ambiente geral de sofrimento psíquico” existente nas questões socioambientais. Esse ambiente, mais perceptível em situações de injustiça ambiental, configura-se como uma nova fronteira a ser explorada, justamente por ser pouco tematizada pela área ambiental e, por conseguinte, pela EA, como se discute a seguir.

5.3 NOVAS FRONTEIRAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É coerente afirmar que as transformações sociais, econômicas e culturais alcançadas na contemporaneidade modificaram, também, as formas de constituição da subjetividade humana, enquanto forma de apreensão do mundo que influencia as decorrentes decisões e ações. Essas transformações são como um corpo vivo, com forças sempre em movimento que afetam e tocam a todos de maneira única⁶⁵. Compreendê-las pode ser uma tarefa desmedida, mas, sem dúvida, pode fazer importante diferença na reflexão e transformação das práticas sociais coletivas em termos ambientais.

Postula-se, assim, que há uma fronteira a ser explorada pela EA, visto que não é mais suficiente apenas olhar os acontecimentos a partir de suas expressões físicas, ou seja, enquanto catástrofes, desastres ecológicos, perversidade humana, contaminação, etc. É preciso considerar a forma como os sujeitos elaboram esses acontecimentos e como compreendem as suas responsabilidades, cuja opção é mais interessante do que a negação, a vitimização ou culpa.

Nesse contexto faz-se uma introdução ao tema da violência e do sofrimento enquanto componentes da crise ambiental. Para tanto, alinha-se com a proposta de Dunker (2015) de que são necessários novos paradigmas que ultrapassem a redução das modalidades de sofrimento a uma mesma gramática normativa enquanto parte de um processo ideológico. Uniformizar o sintoma, para o autor, anula o potencial crítico que justamente os sintomas psicológicos trazem à compreensão de determinado estado social, bem como o seu papel de produzir novas modalidades de laços sociais (DUNKER, 2015, p. 35).

Nesse caso, o exemplo mais contumaz é o de Belo Monte, que reforça o que Dunker (2015, p. 36) já havia dito sobre ser “importante jamais separar o sofrimento individual dos movimentos sociais lhes deram origem.” Belo Monte, ou sua tragédia, confirma que essa

⁶⁵ Este tópico apresenta parte das reflexões elaboradas em conjunto com a professora e orientadora Maria do Rosário Knechtel, do MADE/UFPR, intitulado “A subjetividade contemporânea: uma nova fronteira para a educação ambiental” (2019). Enquanto exigência da coordenação do PPGMADE foi publicado em dezembro de 2019, no Dossiê “A Educação Ambiental em uma perspectiva da Oceanografia Socioambiental”, disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/issue/view/687>.

separação, naturalizada pelo poder hegemônico no tocante à apropriação da natureza, origina os afetos de desamparo social e o apagamento da força discursiva.

No caso do Brasil, além dos casos de Belo Monte, Brumadinho e Mariana, seguem outros exemplos, como os conflitos pelo uso e ocupação do solo na Comunidade de Amparo, área de proteção ambiental situada na Baía de Paranaguá, litoral do Paraná. Diante das evidências coletadas, “cabe salientar a importância de se desenvolver projetos que tenham em mente o resgate da autoestima dessas populações.” (TOLEDO; GASPARINI, 2015, p. 30).

Os autores prosseguem em suas reflexões denunciando que, em relação às comunidades pesqueiras que secularmente habitam unidades de conservação, “os parâmetros sociais” estão em segundo plano. Dessa forma, o distanciamento das suas tradições, a fragilização de suas identidades, as mudanças em suas cosmologias e cosmovisões, nas suas condições de vida e no relacionamento interpessoal, consubstanciam-se em um lento processo de degradação que lhes tolhe as perspectivas de vida e de futuro, impingindo-os ao êxodo e à migração para os centros urbanos (TOLEDO; GASPARINI, 2015).

Safatle (2016) sustenta que essas estratégias políticas hegemônicas têm justamente a finalidade de destituir o lugar ocupado pelos sujeitos no tecido social, tornando-os desenraizados de si, num desconhecimento enigmático do desejo, sem compreender a sua participação na produção dos fenômenos que os atingem. Seguem com a dificuldade de associar as suas próprias questões àquilo que é erigido contra si, pelo modelo econômico vigente, e que, ao final, estabelece o seu contexto de desamparo social.

Este cenário de injustiça socioambiental causa forte impacto na vida psíquica dos sujeitos, confirmando ser uma nova fronteira para a EA, como é detalhado a seguir.

5.3.1 A violência e o sofrimento

Além das tragédias socioambientais já conhecidas do quadro de temas ambientais ora descritos, há uma série de situações que impõem grande sofrimento aos sujeitos. Algumas dessas situações já foram descritas nesta tese: o desalojamento de comunidades inteiras por ocasião da implantação de grandes empreendimentos, a criação de áreas de preservação ambiental, as ocupações em áreas em situação de elevado risco natural (como encostas, por exemplo), contaminações e assim por diante.

Diante disso, o quadro de dificuldade dessas pessoas ou comunidades se amplia gradativamente por meio de fatores diversos que atuam de forma sinérgica. Dentre esses, cita-se a escassez ampliada dos recursos naturais, as restrições ambientais quanto ao uso do solo e

dos bens naturais, assim como a atuação do poder público em oposição aos mais vulneráveis (RAINHO, 2015; CHEREM; AZEVEDO, 2016; NASCIMENTO *et al.*, 2017).

Uma das principais consequências dessas situações é a migração forçada, especialmente rumo às periferias e favelas de cidades maiores, numa incapacidade de fazerem valer seus direitos e saberes tradicionais sobre o ambiente que habitam. Migrar, nesses casos, deixa uma marca no registro simbólico, visto que não se trata apenas de deixar aquilo que era o seu objeto de trabalho, mas, também, um ambiente que percebem cada vez mais ameaçado, seja pelas grandes empresas ou mesmo pelo poder público que não os protege, tampouco a sua história, a de pessoas queridas e de tudo que compõe a estrutura dos seus laços sociais.

Na grande maioria das vezes é a fala dos próprios moradores locais que conduz a detecção de situações de violência psíquica, como é o caso da comunidade tradicional de Barra do Ararapira, distrito localizado no município de Guaraqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná.

Nessa comunidade, a violência teve origem, principalmente, na imputação das consequências da criação de uma Unidade de Conservação – o Parque Nacional de Superagui – às comunidades, justamente àquelas que já estavam instaladas no local. Sendo uma unidade de preservação com uso restrito, como declara o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), resta à gerência do Parque, que materializa o poder do Estado, impor restrições às práticas produtivas e culturais, como a proibição das roças e as extrações na mata, passando a ditar as histórias daquelas pessoas mediante uma política ambiental excludente, embasada no ideal de natureza intocável (RAINHO, 2015, p. 20).

A política ambiental, neste caso, se consolida como um instrumento de repressão e exclusão daqueles que, usualmente, são marginalizados, limitando-lhes uma única forma de manejar a natureza. Rainho (2015, p. 156) traz o recorte da fala de um dos moradores por ele entrevistados:

O que um cara sentado no escritório sabe? Eles só veem foto de satélite. A gente sabe prever o tempo, a gente sabe quando a água está boa para peixe. Eles não têm o conhecimento que a gente tem. A gente sabe por experiência. A força verde considera a gente bandida. Não temos voz, não temos autoridade nem para pegarmos nossas redes de volta. Era pra sermos aliados deles e não inimigos. O que eles fazem conosco é humilhante! (Edivaldo, entrevista dia 11 set. 2014).

A fala do morador anuncia o sofrimento em circulação e o lugar de “resto” na dinâmica social em que a comunidade está inserida, onde são tratados (e a seus afetos) como anônimos e sem rostos.

No caso de Ararapira há um detalhe: a violência infligida sobrevém, também, da própria natureza inóspita, pois a comunidade está submetida aos impactos da erosão, um agente geológico que atua na dinâmica costeira, modificando significativamente a paisagem onde vivem. Sob esta ótica percebe-se a dupla violência a que são submetidos, ou seja, não somente àquela advinda do Estado, materializada pelo órgão ambiental que entende que devem ser expulsos do Parque, como a exclusão pela própria dinâmica natural do ambiente.

Interroga-se, então, a quem cabe cuidar e proteger essas comunidades? Neste momento ancora-se na própria pergunta de Freud ([1930], 2010c, p. 44) que afirma: “porque as instituições por nós mesmos criadas não trariam bem-estar e proteção para todos nós.”

Pesquisadoras brasileiras, como Losekann (2018) e Giongo (2017), analisam a violência e o sofrimento em comunidades impactadas por grandes empreendimentos, respectivamente, a barragem rompida de Mariana e a hidrelétrica de Itá, no Rio Grande do Sul.

Losekann (2018) relata o sofrimento causado aos moradores do município de Guandu, no Espírito Santo, que foram atingidas pelo impacto da lama tóxica resultante do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em Minas Gerais. Nesse caso, o fato de origem é a chegada da lama ao município, após 11 dias do ocorrido, mais precisamente no dia 11 novembro de 2015, espalhando-se dia após dia em todo o território do Estado, até desaguar no Oceano Atlântico, onde está até hoje, deixando o ambiente natural se corroer numa lenta assimilação mortífera. Dessa forma, os moradores das cidades de Baixo Guandu, Colatina, Linhares, Aracruz e São Mateus, região litorânea do Espírito Santo, subitamente foram afetados pelo rompimento de uma barragem de rejeitos localizada a uma distância de aproximadamente 600 km, que até então nem sabiam que existiam.

Descreve Losekann (2018), ainda, que as comunidades possuíam uma relação histórica⁶⁶ com minério de ferro, que acabou por fortalecer os aspectos subjetivos da tragédia. Gerou, por conseguinte, desde uma grande ansiedade pela cotidiana expectativa da chegada da lama tóxica, como tristeza pela constatação do desastre, luto pela evidente perda de locais queridos, bem como indignação e revolta.

Giongo (2017), por sua vez, desenvolveu seu estudo a partir dos atingidos pela implantação da hidrelétrica de Itá, localizada no rio Uruguai, município de Aratiba, Rio

⁶⁶ Isso se deve ao fato de que a maior parte do minério de ferro extraído em Minas Gerais era transportada através do Estado do Espírito Santo para exportação pelos portos do Estado, sendo o principal porto inaugurado em 1966. Acima de tudo, as pessoas possuíam certa afetividade registrada na regularidade da presença dos trens que transportavam minério de ferro diariamente em vagões abertos que, nitidamente, marcava determinados “tempos” nas suas vidas cotidianas.

Grande do Sul. O autor ressalta a banalização da injustiça e do sofrimento vivenciado por aquelas populações nas interfaces desse processo com os modos de vida e de trabalho dos sujeitos. Suas conclusões sustentam que há uma naturalização do sofrimento das populações atingidas enquanto grupos historicamente invisíveis e vulneráveis, sacrificados pelo discurso do “bem maior”.

O autor enfatiza, também, que é comum os núcleos comunitários serem desfeitos – parentes e vizinhos sejam separados – configurando a perda das lembranças, a saudade de uma vida que já não existe e a transformação das atividades naquele território. Conclui afirmando que o sofrimento das populações atingidas é previsto e planejado enquanto algo inerente ao processo de desenvolvimento econômico, podendo ser gerido por meio de políticas compensatórias de ordem financeira (GIONGO, 2017).

As duas pesquisas têm o objetivo de demonstrar como elementos pouco perceptíveis da afetividade humana (como raiva, ira, alienação e dor) estão presentes não somente em grandes desastres, mas, também, no cotidiano daqueles que estão submetidos a um cenário opressivo, causando impactos pouco discutidos à sua vida psíquica. Além disso, a lei, enquanto instância normativa que deveria amparar e reconhecer as consequências de tais situações acaba sendo completamente distorcida ou mesmo ignorada (BIRMAN, 1996).

Permeados pela matriz econômica, essencialmente neoliberal, é quase “evidente” que os indivíduos se tornem emudecidos, ou seja, que se retirem do espaço político, visto que estão em grande sofrimento psíquico. Dir-se-ia, ainda, que não apenas é evidente como esperado, uma vez que o sofrimento instaurado nessas comunidades, desde a concepção até a implantação de projetos para o desenvolvimento, é visto como natural, assim como a desestruturação das suas organizações simbólicas, que os identifica como “resto” social.

Visto sob essa perspectiva, a violência psíquica traduz-se, segundo Birman (1996), na onipotência dos opressores que acreditam serem capazes de impor seus ideais e instituir a sua lei, sem reconhecimento da singularidade e nem a diferença do oprimido. Uma situação que nega a possibilidade de trocas enquanto algo que marca profundamente a experiência psíquica, constituindo-se numa experiência em que o opressor:

[...] se autoriza a tirar as coisas dos outros quando queira e arrancá-las pela violência eminentemente predatória, tal qual um objeto a ser usufruído, sem reconhecimento da alteridade desse outro, destituído então da sua singularidade, delineado, pois, como um pedaço de carne à disposição do sujeito, para que esse possa manipulá-lo e instrumentalizá-lo para as delícias macabras do seu gozo, já que aquele detém os bens e os objetos que atijam a cobiça voluptuosa do sujeito. (BIRMAN, 1996, p. 125).

Com essa descrição, Birman (1996) revela a potência da intimidação, algo da ordem de uma irrupção que acaba por violar limites, suspendendo o pacto simbólico, inclusive do corpo, dos recursos da fala, anulando o laço e o endereçamento ao outro. A história traz uma verdade que pode e deve ser contada, especialmente no caso de situações de injustiça ambiental.

Nasio (1997) propõe que não se trata de fazer uma interpretação forçada das causas do sofrimento, tampouco consolar o sofredor, e menos ainda estimulá-lo a atravessar sua pena como uma experiência formadora que fortaleça o seu caráter, tal qual os pressupostos de uma “autoajuda”. Pelo contrário, é preciso que sejam nomeados para que possam dar sentido e significado, permitindo àqueles que sofrem contar a sua história, desvencilhando-se da dolorida incumbência de reconstituição compulsiva de um passado idealizado ou de um futuro sonhado. Algo que vai muito além de ser efetivamente apenas uma palavra impressa em processos decisórios, sujeita à compensação financeira.

Em outra circunstância, Maria Rita Kehl (2009), psicanalista, integrante da Comissão Nacional da Verdade⁶⁷, confirma essa assunção quando se refere ao fato de que até hoje a sociedade brasileira sofre os efeitos da repetição da violência social, sucedidos por conta dos três séculos de barbárie escravagista ocorrida entre os séculos XVII e XIX, e duas décadas de ditadura militar, entre 1964 e 1985, com episódios de crueldade, os quais nunca foram reparados e nem elaborados coletivamente. Kehl (2009, p. 25) aponta as consequências desses fatos:

São ‘inconscientes’ em uma sociedade, tanto as passagens de sua história relegadas ao esquecimento quanto as expressões silenciadas de minorias cujos anseios não encontram meios de se expressar. Excluído das possibilidades de simbolização, o mal-estar silenciado acaba por se manifestar em atos que devem ser decifrados.

A posição da autora mostra a necessidade de o sofrimento ser acolhido, também, no sentido histórico, sob o risco de se deslocar em outras formas de sintomas, gerando mais sofrimento. Com isso, reforça o que Dunker (2015, p. 37) afirma sobre ser “um erro supor, que em acordo com aquele velho antropomorfismo sociológico se escuta que o ‘social sofre’, ‘uma comunidade sofre’, ‘uma família sofre’. O que se pretende dizer com tais afirmações?” Tal questionamento do autor leva a supor que entender os afetos – aquilo que afeta o

⁶⁷ Colegiado instituído pelo governo do Brasil em 2012 para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. As violações aconteceram no Brasil e no exterior, praticadas por “agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado” brasileiro.

indivíduo – de maneira homogênea, sem tomá-los em sua singularidade, significa atribuí-los a alguém (algo) que não existe. O que de fato acontece é que os afetos dos indivíduos, por mais subjetivos ou concretos que sejam, são mediados por instâncias simbólicas que vão desde a palavra até a ideologia. Logo, quando se diz que uma comunidade sofre, a bem da verdade, além de posicionar a racionalidade econômica que a oprime, deve-se contar a história desses sujeitos e o seu conjunto de pressupostos para poder expressar o que realmente isso significa.

Para além do sofrimento inerente à dor de existir, aqueles que estão em condições de grande vulnerabilidade socioambiental são alvo de uma violência de natureza psíquica pelas diferentes nuances do poder constituído na forma de vida capitalista a qual estão expostos (SAFATLE, 2019).

O que se pretendeu demonstrar até aqui integra os contornos da atualidade, portanto, é lícito e urgente entender como esses se articulam com as questões socioambientais e o que se pode fazer a respeito, já que se inserem no que Safatle (2017) denominou de uma espécie de economia psíquica do poder, tema a ser abordado na sequência.

5.3.2 A contemporaneidade melancólica

O sofrimento, descrito anteriormente, tem como uma das suas consequências, o silenciamento da voz dos sujeitos que estão excluídos do bem-estar social, e faz parte de um processo de melancolização que atravessa a sociedade atual (SAFATLE, 2017). Para o autor, esse processo, no sentido do conceito freudiano, reflete a inatividade da capacidade humana de imaginação política, vislumbrando uma espécie de economia psíquica do poder ou política da psique, a partir da qual se estabelece um correlato com as questões socioambientais.

Cabe, nesse sentido, introduzir dois importantes conceitos freudianos, a saber: o *luto* e a *melancolia*. De uma maneira geral, Freud situa essas duas categorias como semelhantes nas suas características gerais, tais como a dor, o desânimo e a apatia, uma sensação de pesar e a perda de interesse pelas coisas relacionadas ao mundo, todas elas oriundas de uma falta, ou seja, um objeto que fora amado e que agora não mais existe. Se, porém, o luto abriga uma batalha em que o sujeito busca não sucumbir, mas sim reagir; na melancolia, a dor pela perda é tão profunda que torna o indivíduo inábil, incapaz de produzir qualquer simbolização, ficando o eu remetido ao imenso vazio, completamente indisponível a investimentos externos (FREUD [1915], 1974).

A situação é de tal maneira grave que Nasio (1997, p. 29) afirma que há a possibilidade de o indivíduo paralisar durante toda a vida, caso o luto se torne obstinado:

Compreende-se, então, que se esse trabalho de desinvestimento que deve seguir-se à morte do outro não se cumprir, e se o eu ficar assim imobilizado em uma representação coagulada, o luto se eterniza em um estado crônico, que paralisa a vida da pessoa enlutada durante vários anos, ou até durante toda a sua existência.

A explicação do psicanalista sobre o conceito freudiano mostra que há um apego ao objeto perdido de maneira tão intensa que o sujeito sucumbe, paralisando a sua vida e rebaixando a autoestima em virtude de um empobrecimento do seu eu, colocando-se num lugar de alguém incapaz, indigno e desprezível, rejeitando-se e, muitas vezes, se castigando.

A teoria da melancolia repercutiu de tal forma nas reflexões de Freud que ele acabou por escrever, no mesmo ano, textos como “*Considerações atuais sobre a guerra e a morte*” ([1914-1916], 2010b), fazendo uma investigação filosófico-científica sobre a desilusão (melancolia) que a Primeira Guerra acarretou aos habitantes das supostas civilizações evoluídas do Ocidente (KEHL, 2011).

Safatle (2017) avança a partir desses conceitos, tentando delimitar as estratégias de poder que tornam o sujeito alienado, retirado do espaço político. Para o filósofo, o efeito de um processo de melancolização acarreta na internalização de um princípio de autocontrole, tal qual a ideia de um estado policial dentro de si, de modo que o “poder externo” já não mais precisa atuar fisicamente, mas, sim, de maneira interna aos indivíduos. No seu ponto de vista, o que de fato se interioriza não seria exatamente o que se tem como melhor, aquilo que está em prol do bem-comum, mas, sim, um afeto produzido pela lembrança contínua do vínculo a um objeto que se perdeu, a um ideal, a uma promessa. É nesse instante que a resignação contínua se instaura, originando uma percepção de que tudo o que já havia sido tentado é da ordem de um fracasso, assim como todos os investimentos até então realizados. O modelo de coesão social, de adesão, de aquiescência às normas transmite, de certa forma, que qualquer coisa que acontecer de diferente será pior, gerando, enquanto vínculo social, um afeto melancólico que, em última instância, revela-se na impotência, na inação, na apatia. Os sujeitos olham para si mesmos e se veem marcados pela impotência, bloqueando toda e qualquer imaginação política⁶⁸.

⁶⁸ Isto remete, também, à retórica paranoica do discurso neoliberal à qual a análise de Dunker (2015) afirma que existe uma retórica do perigo, como se a civilização estivesse sob estado de ameaça, sob ataque constante, algo da ordem do “estamos à beira de uma crise, há necessidade de reformas, precisamos fazer alguma coisa”. Ora, não é essa a retórica usual na defesa do desenvolvimento em detrimento das questões ambientais brasileiras, ou seja, “a de que precisamos de mais empregos, precisamos de alimentos, precisamos de crescimento econômico?” de forma a colocar num antagonismo permanente a proteção ambiental e a qualidade de vida das pessoas? As reflexões de Dunker (2015) seguem apontando que há uma frequente confusão na limitação do neoliberalismo como apenas o conjunto de práticas que definem o capitalismo contemporâneo em sua capilaridade globalizada e que isso dificultaria o trabalho de circunstanciar críticas e analisar problemas locais, tornando as objeções ao neoliberalismo como o enfrentamento de um inimigo mais poderoso do que ele realmente é. Por outro lado,

Sob outra perspectiva, o raciocínio do filósofo se alinha ao da psicanalista Miriam Debieux Rosa (2016) ao discutir as consequências do modelo neoliberal sobre aqueles em situação de pobreza extrema e de exclusão social. A autora entende que o sujeito se cala na condição de um impacto traumático, ou seja, ao se sentir notoriamente impotente diante da rigidez daquele que lhe barra o acesso a uma condição de desejante.

Safatle (2017) afirma que existem épocas em que toda uma população entra em paralisia, configurando uma espécie de patologia social, perdendo a crença na sua própria capacidade de produzir saídas e alternativas, o que torna essa discussão eminentemente associada à vida política. Sustenta, ainda, que se está numa época em que uma das funções fundamentais do poder é jogar o indivíduo numa concepção de vida que os gregos chamariam de *zoé*. Desta forma, o poder, na sua estrutura retórica, mostra que a vida no interior do corpo político não tem nenhuma transformação possível, que é um tempo de repetição infundável e de jogos de interesses. Nessa condição é retirado dos sujeitos o direito a uma vida mais plena, mais realizada, como aquela no interior do corpo político.

Na questão ambiental não é diferente. Layrargues e Lima (2014) confirmam a existência dessa retórica quando descrevem a existência de correntes no interior da EA que vinculam às questões ambientais uma neutralidade inexistente, um espaço em que a experiência da intervenção política se torna um grande mal.

Sob o vínculo da melancolia, sustenta Safatle (2017), o espaço de participação política se torna a lembrança da impotência, da incapacidade de transformar e de fazer com que as coisas possam ser de outras formas. Tal circunstância, somada à lógica da retórica ou gramática neoliberal, faz com que os sujeitos acreditem que a sua participação no corpo político de nada irá adiantar.

Essa situação está expressa no estudo de Cherem e Azevedo (2016) em que promovem uma discussão sobre o modo como as comunidades que utilizam a Baía de Paranaguá para pesca são afetadas pela poluição, por dragagens e pelo fluxo intenso de navios. As autoras se referem especificamente à Ponta Oeste, Maciel e Guapicum, locais marcados pela apropriação, seja pelo poder público, atravessadores ou grandes corporações em detrimento dos pescadores.

Mais uma vez a fala dos pescadores denuncia esses eventos, pois fica “muita sujeira de alga verde”, ou seja, poluição e, assim, *“faz dois meses que ninguém ganha nada”*,

continua o autor, há problema inverso, ou seja, o seu subdimensionamento à apenas uma teoria econômica, nascida nos anos 1930. O psicanalista propõe que, nesta zona intermediária, entre uma etapa difusa do capitalismo e uma teoria econômica bem definida, o neoliberalismo seja considerado como uma forma de vida, pois compreende uma gramática de reconhecimento e uma política para o sofrimento (DUNKER, 2015).

agudizando o processo de exclusão para o acesso aos bens naturais, ou seja, “*estão vivendo do defeso e do bolsa-família*”, sentimento de perda da dignidade. Por fim, ainda expõem a condição melancólica da resignação: “*A gente sabe que o país precisa disso, a gente não é contra a modernização.*” (CHEREM; AZEVEDO, 2016, p. 22).

Essas observações mostram como esses sujeitos estão excluídos do discurso social, visto que o que pensam e sentem não é passível de ser assumido como a sua verdade e, por isso, avançam numa “sina”, sem um caminho para si mesmo, seus filhos, sua comunidade⁶⁹.

Nesse sentido, concorda-se com Rosa (2016) de que não se pode permanecer apenas nas constatações acerca dos efeitos devastadores da exclusão, mas, sim, deve-se promover modificações nas estruturas sociais e políticas que sustentam esta situação.

Ampliando as reflexões, Rosa (2016, p. 43) expõe que “[...] a apatia, a solidão, o emudecimento, assim como a reprodução, na subjetividade, da violência e da pobreza afetiva e intelectual” podem se tornar uma barreira, ou mesmo uma suspensão temporária, situação que pode se estender durante uma vida inteira. No entanto, para a autora, isto não seria estrutural, mas um modo de resguardo ante a posição de resto na estrutura social: “uma proteção necessária para a sobrevivência psíquica, uma espera, uma esperança”⁷⁰.

Esta é uma situação particularmente interessante à EA, visto que, se não forem estruturais, são passíveis de mudança, de saída dos sujeitos da condição de “resto” social. Justamente por isso, entende-se que a EA não pode se valer da manutenção de uma posição de inocência e ignorância sobre as determinações de miséria do outro, tornando conveniente um discurso de igualdade⁷¹, enquanto o que está realmente em questão é a exclusão, a privação dos bens naturais a quem de fato pertencem.

⁶⁹ “Pergunta: *O senhor gosta de morar aqui?* Resposta: *Ah, eu gosto mesmo. Só vô sai daqui morto* (J, pescador, 53). Pergunta: *O que você espera do futuro?* Resposta: *Olha, pra falá a verdade, o futuro pra mim, eu imagino mais pros meus filho. Não imagino eles aqui [...]. Eu quero que eles terminem o estudo aqui (a vila, na época, tinha uma escola de 1ª a 4ª série) e vão pra cidade termina o estudo. Não quero que eles sejam pescador, de forma nenhuma. Eu vejo o sofrimento de meu marido, é muito sofrida a vida de meu marido [...]. O pescador não tem segurança nenhuma [...]. Eu quero que eles estudem pra não sofre o que o pai sofre, né [...]* (K, esposa de pescador, 33).” (TOLEDO; GASPARINI, 2015, p. 22).

⁷⁰ Miriam Debieux Rosa traz elementos que ajudam a compreender o impacto da violência quando se refere aos adolescentes e imigrantes: “uma psicanálise implicada não é específica para adolescentes ou imigrantes excluídos, mas diz por meio da experiência deles de um modo de laço social que usa as violências como estratégias de poder, seja para dominar, seja para angariar adesão, pois acena com a possibilidade de salvar-se individualmente do laço perverso e perversor. A perspectiva é de que intervenções nesses casos visem criar condições de alterações do campo simbólico/imaginário – subjetivo, social e político, pois é nessa medida que a psicanálise pode comparecer com elementos para favorecer modos de resistência à instrumentalização social do gozo e a manipulação da vida e da morte no campo social – um terrorismo do ponto de vista do poder soberano.” (ROSA, 2016, p. 30).

⁷¹ Referência ao trabalho de Zhouri *et al.* (2016) numa alusão à estratégia imposta pela empresa Samarco (Vale/BHP-Billiton) de ressignificar as vítimas como partes interessadas, o que permite que ela mesma, enquanto ré, também seja ressignificada. Isto, de certa forma, ocasiona o apagamento das próprias vítimas.

5.4 O SUJEITO DA QUESTÃO AMBIENTAL

Dentre todas as que se propõem neste século, a obra do psicanalista talvez seja a mais elevada, porque funciona como mediadora entre o homem da preocupação e o sujeito do saber absoluto. Isso também se dá porque ela exige uma longa ascese subjetiva, e que jamais será interrompida, não sendo o fim da própria análise didática separável do engajamento do sujeito em sua prática. Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. [...] Que ele conheça bem a espiral que arrasta sua época na obra contínua de Babel, e que conheça sua função de intérprete na discórdia das línguas. Quanto às trevas do *mundus* ao redor do qual se enrosca a imensa torre, que ele deixe à visão mística a tarefa de ver elevar-se ali, sobre um bosque eterno, a serpente putrefaciente da vida. (LACAN [1953], 1988, p. 322).

Em várias situações descritas nesta tese questionou-se a responsabilidade dos sujeitos na origem e manutenção da crise ambiental. Expôs-se que essa situação expressa uma verdade a retornar aos mesmos sujeitos enquanto aqueles capazes de responder sobre o sentido das suas atividades. Analisou-se, também, a forma como agem em relação aos laços sociais e, ainda, que se tem descartado o próprio instinto de autoconservação em nome de um prazer que sacrifica o bem-estar num processo de autodestruição.

Essas discussões, portanto, localizam a existência desse sujeito no cenário da crise ambiental, que faz com que se interroge acerca do seu papel, lugar ou mesmo função no âmbito de tamanha complexidade.

Um sujeito que, nas palavras de Askofaré (2009, p. 166), designa de uma só vez o indivíduo empírico que se submete à experiência do inconsciente como saber. Aponta, no entanto, a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de se estabelecer essa categoria em Psicanálise, apresentando justamente a articulação desse sujeito à história como processo e lugar das diferenças.

Essa dificuldade discriminada pelo autor é pertinente a esta discussão, ou seja, quem ou o que é esse sujeito contemporâneo dentro de um momento específico – a crise ambiental, ligada à época moderna e, portanto, objeto de transmissão da EA. Sob esse escopo, passa-se a apresentar algumas considerações.

Retornando à História, relembra-se que “o sujeito cartesiano” inaugurou um novo modelo de homem quando duvidou da existência de Deus. Nesse ato, deslocou a noção de verdade do dogma transcendental para o pensamento racional. Já o “sujeito contemporâneo” registra as novas formas de gozo, situando-o como aquele marcado pelas condições subjetivas de perda da reflexão frente à mensagem da cultura (MALISKA; REIS, 2019).

Esse pensamento se alinha ao que Lustoza, Cardoso e Calazans (2014) já haviam afirmado acerca da precariedade do homem decifrar os acontecimentos de seu mundo, visto

que, segundo à sua compreensão, a época contemporânea se tornou testemunha do declínio dos referenciais de avaliação que cimentavam o mundo social. Se antes as escolhas dos sujeitos eram estabelecidas pelos códigos de interpretação ofertados pela tradição, pela autoridade ou pela religião, “hoje se observa um desmoronamento das balizas que conferiam coesão à sociedade. O homem se vê, então, sem uma grade de leitura que lhe permita decifrar os acontecimentos de seu mundo.” (LUSTOZA; CARDOSO; CALAZANS, 2014, p. 201).

De fato, se antes o enigma do grande Outro (da cultura) exigia uma interpretação do sujeito e produzia um mistério sobre o objeto, hoje dá lugar a uma mensagem direta, oriunda do consenso social e organizada pelo gozo: “goze, seja feliz”.

Os autores reiteram, portanto, as reflexões de Safatle (2005), já apresentadas anteriormente, de que o sujeito contemporâneo não se satisfaz com a representação dos objetos, mas somente com o objeto real, impondo consequências graves à instauração e manutenção da crise ambiental. Além disso, essa configuração se estabeleceu a partir do surgimento de novas configurações da sociedade, vinculadas à universalização das práticas de consumo.

Propõe-se, nesta tese, que além do que já foi apresentado, na tentativa de clarificar um pouco mais o “sujeito da questão ambiental”, que outros arranjos lhe sejam impostos, enquanto sujeito do inconsciente e integrante do arranjo de forças políticas sob a especificidade da atualidade.

Essa proposição se vale da teoria de José Henrique de Faria (2007), que desde 1978 tem pesquisado sobre o tema do poder e do controle no processo de trabalho na gestão das unidades produtivas capitalistas. O autor demonstra que há um controle sutil, quase sempre imperceptível, das práticas que envolvem a constituição dos laços de pertencimento, relacionadas à subjetividade do sujeito em seus desejos, sua necessidade de pertencer, de se filiar, de sentir-se amado. A essas formas de controle psicológico, disseminadas não só na “esfera cultural” da organização, mas, também, no imaginário coletivo compartilhado na ideologia dominante, o autor denomina de “sequestro da subjetividade”. Seus argumentos são originados a partir de uma complexa análise de situações ocorrentes em grandes corporações (FARIA, 2007, p. 83).

Para o autor, esse sequestro ocorre a partir de uma apropriação “sub-reptícia”, ou seja, às ocultas, da concepção de realidade que integra o domínio das atividades psíquicas, emocionais e afetivas dos sujeitos individuais ou coletivos que trabalham nessas corporações. Nesse sentido, explica que os trabalhadores são privados da liberdade de se apropriar da realidade, de elaborar, organizar e sistematizar seu próprio saber, ficando à mercê dos saberes

e valores produzidos e alimentados pela organização sequestradora (FARIA, 2003 *apud* FARIA, 2007, p. 90).

A proposta de Faria (2007) denota um importante correlato com a crise ambiental, pois de fato parece que os indivíduos têm sido incapazes de perceber as consequências do projeto de consumo infinito, já explicado por Safatle (2017) ao ser imposto pelo sistema capitalista. Nesse sentido, é quase óbvio que o indivíduo seja induzido à crença de que ações de reciclagem, preservação de florestas, novos equipamentos, indústrias verdes, etc., se levados a cabo – visto que não são e nem serão – causarão uma significativa mudança no cenário atual.

Žižek (2011, p. 434) denomina de “ecologia do medo”, um tipo de religião que se torna, ao final, uma “autoridade inquestionável, incapaz de por limites”. Ao final, o que resta aos sujeitos é abrir mão de parte de sua autonomia em prol do coletivo, sem contar com aqueles que deveriam realmente estar fazendo alguma coisa, mas que na verdade não estão.

Na visão de Faria (2007, p. 87), o indivíduo, assim cooptado, fragmenta a sua subjetividade devido, essencialmente, à sua própria limitação do conhecimento da totalidade e do todo de sua consciência. Nesta submissão, “doa sua subjetividade, para que possa se tornar parte deste algo maior, criando uma nova relação de poder simbiótica em que as forças de dominação e submissão estão na sutileza do relacionamento.”

Dessa forma, trabalhar em (ou para) uma organização reconhecidamente aspirada como ideal ou ter uma relação que denote a existência de poder, é uma realização imaginária que deve ser cumprida, mesmo que essa organização tenha condições precárias de trabalho, que encerre uma carga psíquica danosa à saúde física e mental, e que, ainda, não seja fonte de sublimação das realizações profissionais para o indivíduo (DEJOURS, 1994 *apud* FARIAS, 2003).

Esse é o caso das grandes corporações, como se viu anteriormente, pois mesmo possuindo práticas em total desacordo com a ética da vida, elas estão localizadas no topo do *ranking* de sustentabilidade⁷², e são vistas como “melhores locais para se trabalhar”. Efetivamente, portanto, a submissão à organização em troca do reconhecimento social demandado pela sociedade.

O estudo de Prado e Prates (2015) apoia essa proposta a partir de uma análise nas mídias especializadas em economia e negócios, como a Exame, IstoÉ Dinheiro e Época

⁷² O *ranking* de sustentabilidade apresenta as empresas, em nível mundial, com as melhores práticas corporativas sob o tripé: social, ambiental e econômico.

Negócios. Somente no ano de 2010 os autores encontraram 629 textos que tratam de meio ambiente e sua relação com negócios. Suas conclusões mostram que essas tematizações e modalizações da crise ambiental, encontradas nessas revistas, têm por objetivo fundamental distensionar o antagonismo entre os discursos do liberal-capitalismo e do ambientalismo. Na medida em que um discurso ambientalista se põe contra certas práticas de produção e consumo, nomeando seus adversários, os enunciadores do liberal-capitalismo, além de se defenderem, constroem visões alternativas sobre o mesmo tema, tentando suprir a disparidade por uma lógica equivalencial (PRADO; BUENO, 2015).

O perigo da morte ambiental, segundo os autores, resulta numa negação, corroborada pelos discursos “verdes”, livrando o consumidor da culpa de participar da destruição do ambiente numa estratégia de redenção ante a promessa de fruição do consumo ambientalmente correto – espécie de promessa de “mais gozar verde”, proferida para um leitor pressuposto que “perversamente fetichiza a própria sustentabilidade” (PRADO; BUENO, 2015, p. 5).

Sem ter a pretensão de esgotar esta discussão, mas retomando o seu ponto inicial, pode-se afirmar que o sujeito da questão ambiental também está regido pela noção de inconsciente, marcado e movido pela falta, distinto do ser biológico e do sujeito da consciência filosófica. Trata-se de um sujeito em sentido próprio, que não tem exatamente a consciência do que está fazendo, tampouco é definido por uma relação entre a sua unidade, coerência e vontade, ao contrário, por sua divisão e desconhecimento ante a sua submissão. Esse sujeito é, também, o coletivo ou a sociedade, que tem um mito, sujeito a uma ideologia, orientado por categorias que não são suas. Na concepção de Faria (2007), trata-se de um coletivo que foi sequestrado em sua subjetividade. Há, contudo, um descentramento do sujeito (ou alienação na categoria lacaniana), sustentado pela ordem simbólica, ou seja, é marcado pelas palavras, instituições e pelo discurso da cultura.

Como se viu anteriormente, a partir das reflexões de Safatle (2017), o desejo de consumo desse sujeito se coloca diante da infinidade plástica de objetos disponíveis sob a marca de um projeto de consumo também infinito, com as quantidades de “restos” infindos, que depois irão poluir tudo, num circuito pulsional. “Querer esse projeto”, portanto, sustenta-se, fundamentalmente, na existência daquele que os oferta e seus discursos.

Naturalmente, esse sistema hegemônico está aí para satisfazer as pulsões destrutivas na medida em que a violência não é punida, mas desejada nesse ambiente. Sob esses aspectos, o sujeito da questão ambiental é tão inconsciente quanto o sujeito da análise e, justamente, por isso, é possível desvelar a incoerência das crenças reformistas do sistema hegemônico, não em

relação a uma realidade “objetiva”, visto que há um fantasma que a sustenta, mas em relação à castração dada pelos limites da existência humana.

A questão a ser colocada para esse sujeito, apontada por Freud em sua obra, é acerca da via pela qual se dará a escolha da satisfação das suas pulsões. E, por conseguinte, como a Educação Ambiental irá se valer disso.

5.5 CONSTRUINDO EIXOS PARA A EA

A complexidade até aqui retratada aumenta os desafios da Educação Ambiental e, ao percorrer este caminho, fica claro que não há mais como desconsiderar a dimensão metapsicológica da crise ambiental. Além disso, entende-se fundamental reconhecer o sofrimento que se instaura na estrutura psíquica dos sujeitos submetidos à injustiça ambiental, o que amplia a possibilidade de atuação conjunta com a Psicanálise.

Insiste-se, também, que as propostas da Educação Ambiental que tenham como objetivo único “ensinar cognitivamente” sobre conservar os bens naturais não atendem, por si só, a necessidade de transformação frente à complexidade das questões socioambientais da era moderna, como descrevem Layrargues e Lima (2014, p. 33):

[...] Educação Ambiental Crítica tende a conjugar-se com o pensamento da complexidade ao perceber que as questões contemporâneas, como é o caso da questão ambiental, não encontram respostas em soluções reducionistas. [...] Por essa perspectiva complexa torna-se não só possível como necessária a incorporação das questões culturais, individuais e subjetivas que emergem com as transformações das sociedades contemporâneas, a ressignificação da noção de política, a politização da vida cotidiana e da esfera privada, expressas nos novos movimentos sociais e na gênese do próprio ambientalismo.

Esse conjunto de fatores revela, portanto, a importância de se construir a ponte ou o eixo com outras disciplinas, orientado pela ética da verdade e do desejo, no mesmo sentido de Millot (1987) e de todo o contexto da obra de Žižek.

Viu-se, ainda, que outros pesquisadores brasileiros, a exemplo de Zhouri *et al.* (2016), Losekann (2018) e Giongo (2017), já têm se dedicado a esta temática, ainda que sob outras abordagens epistemológicas

A partir de tudo isso se estabelece um enigma, mas, sobretudo, o desejo de compreendê-lo e ampliá-lo para que possa ser apropriado no campo da EA. Por isso, pensou-se nessa analogia com a construção de um eixo, aquilo que em Astronomia é uma reta imaginária por meio da qual um astro realiza o movimento de rotação, girando em volta de si

mesmo. Este estudo constitui-se desta forma: girando em cima de um tema amplo e complexo, tenta-se iluminar um campo de atuação e possibilidades. Mas não somente isso, visto que um eixo pode ser sustentáculo, um apoio, uma base de encontro com outros saberes.

Com este propósito apresentam-se duas situações com sujeitos em situação de extrema vulnerabilidade, ambas orientadas pela Psicanálise, e que poderão ampliar e estimular outras experiências na construção do Saber Ambiental. Essas duas experiências se referem à Clínica da Escuta – projeto realizado com as comunidades atingidas pela hidrelétrica de Belo Monte, e às Oficinas de Rap – desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com jovens em privação de liberdade.

5.5.1 Clínica da Escuta

A Clínica da Escuta, em Belo Monte (KATZ, 2019), é um projeto de um grupo de voluntários da área de Psicanálise, com recursos a partir de um *crowdfunding* (financiamento coletivo), que se propôs a fazer uma escuta analítica dos “refugiados de Belo Monte”, ou seja, das pessoas que foram desalojadas de suas casas e instaladas na periferia de Altamira, em condições precárias de existência, a partir da implantação da Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, Pará. A escuta se fez necessária, segundo Katz (2019), devido à violência do impacto da obra, a qual excedeu a capacidade de elaboração simbólica da experiência pelo sujeito, assumindo um estatuto de trauma para a população.

O projeto foi elaborado pela jornalista brasileira Eliane Brum e pelos psicanalistas Christian Dunker e Ilana Katz, ambos da Universidade de São Paulo (USP), e recebeu o nome singular de “Clínica de Cuidado”. Metodologicamente orientado pela Psicanálise, o projeto buscou propiciar aos atingidos a elaboração simbólica da experiência brutal que os havia acometido. Dessa forma, o atendimento de cada ribeirão foi direcionado à administração e dissolução dos efeitos de transferência que o relato de suas histórias era capaz de desencadear, além de criar perspectivas sobre a experiência.

A intervenção se deu na própria região da hidrelétrica, no Pará, tendo início no ano de 2016, quando os psicanalistas entraram em contato com os principais atores envolvidos, como as lideranças dos movimentos e organizações sociais locais, os ribeirinhos, a procuradora do Ministério Público Federal, além de representantes da Defensoria Pública da União e da Secretaria da Saúde do Município.

Os trabalhos se apoiaram na compreensão de que o intenso processo de produção de diagnósticos psiquiátricos (depressão, ansiedade, estresse, além de desencadeamentos psicóticos) e de clínica geral (Acidentes Vasculares Cerebrais, cardiopatias e hipertensão) se dava justamente em torno da experiência de Belo Monte, conferindo, portanto, uma conotação política ao que estava ocorrendo.

De acordo com Katz (2019), as primeiras conclusões serviram para mostrar que a resistência e a luta tinham função de suplência identitária diante da destruição que atingia todo o sistema de identificações da comunidade. O reconhecimento enquanto vítimas, aglutinando laços discursivos e práticos, agudizava o sofrimento e os sintomas e, a cada derrota, a cada movimento de fragmentação, consolidava-se um extenso ciclo de repetição que redobrava o luto da perda de ideais e dos recursos de recomposição e resiliência.

O registro da Clínica da Escuta, segundo as conclusões de Katz (2019), circunscreveu sujeitos que tiveram suas capacidades de nomeação excedidas, sobrevivendo um déficit narrativo corroborado pelo fato de que a catástrofe que sobre eles se abateu acabou pautando o estabelecido pelo campo político e jurídico. No caso específico de Belo Monte, o que aconteceu foi que “assumir o ‘eu sou’: ‘eu sou ribeirinho’, ‘eu sou pescador’, mas também, ‘eu sou doente’, ‘eu sou um atingido por Belo Monte’, construindo dessa maneira, as suas narrativas de sofrimento.” (KATZ, 2019). Acima de tudo, a experiência mostra que são possíveis as saídas encontradas para suportar a súbita desarticulação de seu modo de vida, como demonstram as palavras da Dona Rosa, uma das atendidas pela Clínica:

[...] sabe dona Maria, essa nossa conversa foi muito importante pra iluminar os pensamento [...] a gente fica aqui trancado e não vê [...] quando eu morava na ilha era tudo aberto, aquele rio que não acabava na vista, aqui não, essas grade é ruim pra gente. Eu gostei muito dessas prosa da vida da gente, nem precisa explica o que estão fazendo aqui não, eu já é entendi tudo – Eu sei o que vocês estão fazendo aqui [...] os filhos de Altamira estão esquecidos, vocês estão fazendo é memória. (KATZ, 2019, p. 34).

Os resultados obtidos até o momento permitiram aos autores entender que na maior parte dos casos atendidos houve uma mudança de posição do lado do sujeito (BRUM, 2017; INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2018), ou seja, uma saída do discurso de vitimização. Confirma-se, assim, pelas observações, que há possibilidade de se reverter uma posição traumática colocada em cena pela violência que, por sua vez, havia se situado como uma imobilidade, ou emudecimento, como se apresentou anteriormente. Por isso, a importância das intervenções feitas pela Clínica do Cuidado em fazer passar e não apagar o efeito da violência.

O que importa à Educação Ambiental é que esse trabalho não partiu de diagnósticos médicos sobre doenças físicas ou transtornos psiquiátricos, mas, sim, de uma metadiagnóstica mais geral de que o sofrimento gerava efeitos capilares múltiplos, tanto na saúde geral como também na saúde mental, no laço social, nos funcionamentos familiares e na opressão de minorias (KATZ, 2019).

Uma observação que se faz a partir da análise dos diversos materiais resultantes do trabalho desses psicanalistas é em relação ao modo como buscaram suprir os conhecimentos específicos sobre as questões ambientais, já que a equipe era composta essencialmente por psicanalistas.

Para quem atua profissionalmente na área ambiental é sabida a complexidade dos estudos que são realizados, principalmente quando se trata de um empreendimento do porte de Belo Monte. Essa dificuldade, no entanto, foi transposta a partir da articulação com atores que atuavam na região, com a realização de seminários e com o próprio trabalho em campo, o que permitiu a elaboração de um trabalho de escuta em termos específicos.

5.5.2 Jovens “infratores”, o rap e o poetar: deslizamentos da “vida nua” à “vida loka”

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do NUPPEC/UFRGS – Núcleo de Psicanálise, Educação e Cultura da Universidade Federal do Paraná, inserida numa rede de investigações acerca do enlace entre os temas da Psicanálise, adolescência contemporânea e o laço social. Esse projeto contém a proposta do NUPPEC de articular diferentes campos, reunindo docentes de distintas faculdades dentro da UFRG, assim como outras IES do país, numa correlação à proposta do PPGMADE. Ambos, em suas especificidades, centram as suas pesquisas em torno da pluralidade de conexões e têm como objetivo o retorno ao corpo social, mostrando as dificuldades na realização de projetos ou estudos na área psicanalítica que podem ser transpostos⁷³.

Como descreveu Gurski (2017), o programa em questão se ancorou em dos estudos sobre a violência juvenil, tendo como objetivo compreender os possíveis modos de sofrimento psíquico dos jovens sob o registro de episódios violentos, assim como o consumo e o tráfico de drogas. Baseou-se, fundamentalmente, na construção de dispositivos de escuta, no caso em oficinas de circulação da palavra, abrindo espaços de fala a esses jovens, como a construção de um saber gerado pelos jovens, originado nas Oficinas de *rap*.

⁷³ O artigo no qual se fundamenta essa exposição se encontra disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179066>.

A partir de parcerias com instituições de saúde e educação da esfera pública da cidade, o NUPPEC/UFPR fez uma aposta no enlace entre a construção de conhecimentos acadêmicos e as demandas comunitárias, buscando associar as questões-objeto de pesquisa com problemas socialmente importantes.

As questões iniciais, relevantes para a relação com a Educação foram: como seria propor um trabalho a partir da oferta da palavra em um espaço cujos laços não parecem sustentados na confiança com o Outro e com a palavra? Como fazer para, transferencialmente, produzir condições de fala solta onde a palavra fica tão silenciada e apagada?

O *rap*, gênero musical que, segundo Gurski (2017, p. 53), possui uma narrativa ritmada, ofereceu ao projeto “uma dose de poesia necessária para que se criem outras condições de enunciação e, quiçá, alguns deslizamentos de significações em posições cristalizadas na vida desses jovens em conflito com a lei.” Além disso, trouxe a sua especificidade para tratar a violência urbana, a segregação racial e social e suas consequências ao sujeito e à sociedade.

A metodologia utilizada consistiu no efeito da conjugação e articulação entre a escuta psicanalítica e o tema da experiência em Walter Benjamin. Destaca-se o uso dos chamados “diários de experiência” ou materiais de registro do trabalho nas oficinas, escritos pelos bolsistas pesquisadores, os quais contêm o relato das suas vivências, experiências e reflexões a partir das atividades desenvolvidas.

Uma escrita norteada, sobretudo, pelo movimento da associação livre e inspirada em três fontes, como explica Gurski (2017), a saber: nos *diários de campo*, dispositivo advindo dos estudos antropológicos e da etnografia; nos *cadernos de notas* e comentários breves de Walter Benjamin; e nas *chamadas crônicas breves*, escritas por Freud entre os anos 1929-1939. Nessas últimas, Freud se dedicou a registrar detalhes mínimos de seu cotidiano, sendo possível encontrar ao lado de notícias familiares aleatórias o esboço de grandes conceitos da teoria psicanalítica (GURSKI, 2017, p. 48).

Destaca-se, nessa experiência, o modo como o “saber” desses indivíduos foi elaborado, o que permitiu, inclusive, inserir uma dimensão poética em suas vidas. Segundo Gurski (2017), as letras do *raps*, enquanto

estilo musical apreciado pelos adolescentes das margens, fizeram circular os significantes dessas vidas “esculachadas” e “ressacadas” através da música, relativizando o peso do lugar da margem e da exclusão, os efeitos do desamparo e a experiência da “mera vida”, viabilizando a construção de outras significações, além do sacrifício do corpo diante da impossibilidade de reconhecimento do Outro. (GURSKI, 2017, p. 53).

Diante das descrições anteriores, o título do trabalho se torna especialmente claro, pois articulando “ritmo, adolescência e poesia”, num processo que envolveu essencialmente a escuta psicanalítica, os pesquisadores tentaram produzir algo semelhante ao deslizamento da “vida nua”⁷⁴ à “vida loka”⁷⁵, enquanto um caminho potente para multiplicar os efeitos da pluridade que o convite produz à fala (GURSKI, 2017).

Ainda que resumidas e constituídas em situações diversas, percebe-se que ambas as experiências colocadas adquirem importância no sentido de mostrar alguns fatos dignos de registro. Em primeiro lugar, evidenciam a forma como a ética da Psicanálise, diferente da moral e do bem-estar universal, esclarece as possibilidades de fazer surgir a voz do sujeito, acolhendo o seu sofrimento e dando-lhe, por conseguinte, a dignidade que merece.

As experiências mostram, além disso, que o “saber”, que pode causar mudança de posição no modo como o sujeito se apropria da sua história, emerge dele e não “para” ele.

Essas lições são importantes à construção do “Saber Ambiental” no sentido do conceito de Leff (2009), que se alinha à proposição de Millot (1987), de que é preciso fazer surgir a palavra para que o sujeito do inconsciente manifeste o seu desejo, lembrando que Lajonquiére (1995, p.33) afirmou que “educar é educar para o desejo”.

Tais experiências tornam-se um convite à invenção do “novo” na construção do Saber Ambiental, na medida em que há uma aposta na constituição do modo como sujeito que ensina e aprende, “profanando as vivências e fazendo-as decantar em experiência.” (GURSKI, 2014 *apud* GURSKI, 2015, p. 76).

Confirmam, ainda, a importância do diálogo com as condições da atualidade, buscando outras vozes, como ensina Žižek (2010, p. 61):

⁷⁴ Referência de Gurski (2017) à obra de Giorgio Agamben. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

⁷⁵ “*Vida Loka*” (trecho do rap do grupo Racionais MC’s), retirado do trabalho de Gurski (2017):

“[...] Tira o zóio
Tira o zóio, vê se me erra
Eu durmo pronto pra guerra
E eu não era assim, eu tenho ódio
E sei o que é mau pra mim
Fazer o que se é assim
Vida loka cabulosa
O cheiro é de pólvora
E eu prefiro rosas
E eu que...e eu que
Sempre quis com um lugar,
Gramado e limpo, assim, verde como o mar
Cercas brancas, uma seringueira com balança
Disbicando pipa, cercado de criança [...]”

No es suficiente demandar una reorganización ecológica del capitalismo, pero tampoco imaginar un retorno a la sociedad orgánica premoderna, con su sabiduría holística. Lo que primero se necesita es una nueva mirada – fresca – a la singularidad de nuestra situación.

Percebe-se que Žižek (2010) realça justamente o movimento de articulação com outros campos, visto que não há um saber que seja absoluto, onipotente, capaz de resolver todas as questões, ou algo que a crise ambiental está a desvelar.

A partir das vivências descritas, percebe-se que o aprendizado está sintonizado com a discussão de Dolar (2007) quando este se refere à importância do legado político de Freud na precarização das formas das vidas humanas em um contexto de injustiça ambiental, o que é fundamental nas premissas de uma EA crítica.

Os autores, por fim, confirmam a Psicanálise enquanto uma *práxis* em locais distintos do consultório do analista, ratificando a “experiência revolucionária do sujeito se reconhecer através de seus significantes, experimentando outra relação com o si mesmo, re-significando seu lugar no laço social e relativizando a intensidade de sua alienação ao Outro.” (GURSKI, 2017, p. 48).

Este é um trabalho ensinado por Freud, ancorado fundamentalmente na escuta singular dos sujeitos, mas que se abre no sentido de uma Psicanálise ampliada, “possibilitando esta escuta sob diversas maneiras, desde oficinas, nas instituições, na articulação de redes de assistência, na divulgação dos acontecimentos e conflitos.” (ROSA, 2016, p. 195).

5.6 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ADVERTIDA DA PSICANÁLISE

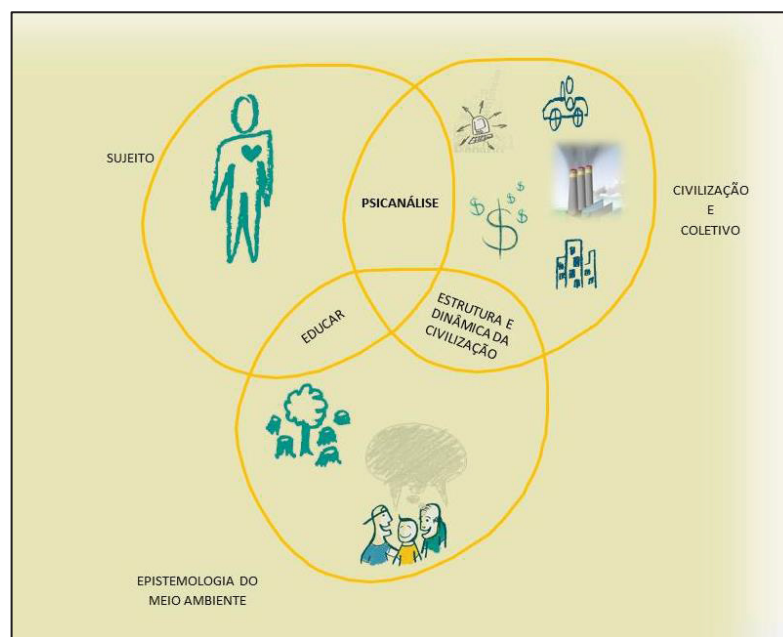
O que se tentou fazer, ao longo deste capítulo, foi uma espécie de aposta no “desrecalque” da Educação Ambiental naquilo que lhe é constitutivo: sua ação transformadora das *práxis* socioambientais coletivas. No sentido metapsicológico, frente ao “saber insabido” das questões ambientais, a Educação Ambiental é também a “bruxa” que contribui com a alteração de si próprio em relação às questões ambientais, devendo ser deslocada de seu lugar atual – de mero aparato de saberes de ordem cognitiva sobre o meio ambiente.

É nítido que “algo não vai bem”, pois se constata a estruturação de um legítimo mal-estar na crise ambiental, como se insistiu ao longo desta pesquisa. É sintomático, portanto, que a EA, enquanto instrumento de ordem pública e no âmbito informal, que deveria estar ao lado dos preceitos que regem a ética da vida, tenha se tornado, na grande maioria das vezes, uma solução “harmônica” de compromisso com os ditames sociais do poder hegemônico.

Sob esse ponto de vista a EA deve permanecer aberta à discussão das incidências do Outro social sobre a subjetividade, abrindo-se à falta de saber, recusando apenas o saber teórico formal, colocando-se aos desafios socioambientais da atualidade e não recuando diante de todo o mal-estar.

Esta discussão mostra, ainda, a existência de três níveis epistêmicos da EA, que se completam e permeiam uns com os outros, tendo o próprio sintoma como nó central. Tais níveis estão relacionados ao sujeito, à estrutura da civilização e ao próprio discurso ou episteme ambiental. No ponto de interseção entre os três níveis está, justamente, a Psicanálise enquanto ética da verdade, a favor de uma lúcida apreensão da realidade, como propôs Millot (1987). O esboço a seguir é uma tentativa de ilustrar o exposto anteriormente.

Figura 3. Níveis epistêmicos da EA



Fonte: elaboração própria com apoio do prof. Mauricio Cardoso (2019)⁷⁶.

O primeiro nível relaciona-se ao sujeito, e vem justamente ao encontro do que descreve Faria (2007) em sua teoria – o que ele pensa acerca do seu estado no mundo, assim como suas práticas em relação ao modo de viver e habitar o planeta.

Em outro nível, não hierárquico, está a estrutura da civilização sob a perspectiva do coletivo, o que inclui laços do capitalismo. Essa estrutura ultrapassa os indivíduos no registro do inconsciente, dificultando que se reconheçam em suas práticas, nas formas de opressão relacionadas à apropriação da natureza que os mantém sob “sequestro” (FARIA, 2007).

⁷⁶ Elaborado a partir de discussões com o professor Mauricio Cardoso durante a orientação da tese.

O terceiro nível epistêmico, por fim, trata-se da crítica do próprio discurso ambiental, do modo como ele compreende a relação existente entre os sujeitos e a civilização, bem como a forma de se autocompreender.

O enlaçamento desses três níveis mostra que há uma relação intrínseca entre o educar que incide sobre “aquele que educa e o educado”, encontrando-se ambos numa questão que também pertence à civilização, justamente onde se situa o sintoma na sua face pulsional.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que a Educação Ambiental também se torna um sintoma do mal-estar contemporâneo, pois conduz o indivíduo a se autocontemplar a partir de um compromisso individual em relação à crise ambiental. Essa “solução de compromisso”, marca do sintoma, é o que, de certa forma, torna a sua vida possível de ser vivida diante das mazelas ambientais, ainda que de forma incômoda, sofrida.

Essa dimensão pulsional necessita ser simbolizada ou compreendida sob a extensão da crise ambiental por ser, sobretudo, um sintoma que localiza a dor humana, situando a desigualdade social sem precedentes, que rasga o tecido social em diferentes locais e distintos contornos, como já afirmado anteriormente.

Por essa via, ao encontro das propostas de Žižek (2010), não há como pautar apenas “reformas” que visem mudar o capitalismo para capitalismo verde, ou estimular o consumo consciente, as novas tecnologias e mudanças comportamentais, mas sim, antes de tudo, evidenciar os obstáculos a uma ética da verdade. Esta, como expõe Millot (1987), está relacionada à palavra e a tudo o que lhe dificulta, opondo-se ao progresso da civilização, na sua dimensão humana, não essencialmente tecnológica. “A dimensão da palavra é a dimensão inseparável da verdade e a psicanálise vem confirmar que é a falta de uma palavra verdadeira que dá origem ao sintoma.” (MILLOT, 1987, p. 16).

Para Millot (1987), as consequências da falta da palavra são, quase sempre, uma mentira impiedosa imposta pela hipocrisia geral e pela educação bem-pensante, ou seja, aquela que proíbe pensar. Na contramão desse discurso propõe-se esse olhar da EA, advertida pela Psicanálítica enquanto contribuição ao resgate da sua dignidade original. A EA deve ser um dispositivo que possibilita emergir o “Saber Ambiental” enquanto uma epistemologia política (LEFF, 2009) a partir da voz dos sujeitos, partilhando a sua transmissão e exercendo a sua função essencial crítica.

Se esse cenário pode parecer complexo ou mesmo da ordem do impossível, também vislumbra um contraponto importante, pois situa o indivíduo muito além de uma interpretação de desesperança melancólica, como se pode ver nos exemplos da Clínica da Escuta e nas Oficinas de *Rap*.

Mais uma vez recorre-se ao filósofo Safatle (2017) e à sua interpretação do pensamento de Adorno (1995, p. 195) de que “o espírito do mundo, a totalidade, se obscurece e mesmo as pessoas notoriamente dotadas não conseguem se tornar o que são.” Segundo Safatle (2017), o autor está a dizer que, diante da obscuridade, cabe a cada um escolher em qual situação pretende se colocar, seja numa época de restrição de horizontes, em que as expectativas fazem com que o indivíduo fique menor do que é, ou em uma época de “horizontes incertos”, não porque seja inseguro, mas exatamente pela sua mobilidade que lhe permite ir para qualquer lugar, impulsionado para frente.

Num correlato a essa transmissão, compreende-se que outras formas de vida são possíveis no tocante às relações com a natureza, as quais diferem dessas que tornam os indivíduos seres privados, tanto da presença dos outros como da experiência de compartilhar um estado de mundo. Se os horizontes da atualidade apontam a incerteza e a obscuridade, por outro lado substanciam, num sentido mais amplo, a importância da Educação Ambiental no processo de disrupção da ordem hegemônica vigente.

A Educação Ambiental pode ser vista como da ordem de alguma coisa andante, que se põe (e põe o indivíduo) em marcha. Cabe refletir sobre as práticas educativas que enlacen os sujeitos na conservação e preservação do meio ambiente, como algo que a eles também pertence, sendo necessário incluir aí a compreensão da subjetividade humana contemporânea, fundamentalmente nas faces que aqui se procurou mostrar.

Sobre as dificuldades que se sobrepõem a esse percurso, retorna-se à Leff (2011, p. 195) para quem “o saber ambiental e a psicanálise” desconstroem as certezas da modernidade, abrindo novos horizontes de possibilidades à vida e à história. Sob essa concepção, talvez não haja plano a ser seguido, tampouco ações mirabolantes, mas, sim, a constatação da necessidade de construir pontes para dar ao sujeito excluído um lugar em que possa colocar em palavras os seus afetos, a sua história. O que se torna um laço também permite um giro ao ato, ou seja, algo aí que lhe permitirá posicionar-se de outra maneira. E isto é muito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese inicial desta tese era de que a crise ambiental possui uma dimensão metapsicológica, ou seja, é tão psíquica quanto ambiental e sociopolítica, pois considera de maneira insuficiente o sofrimento humano. Dessa forma, sustenta-se que Educação Ambiental, enquanto processo educativo voltado às questões ambientais, deve partilhar da responsabilidade de incluir essa dimensão em suas premissas.

Para confirmá-la, buscou-se elementos da crise ambiental de modo a caracterizá-la nas suas mais diferentes faces, tomando a crise da água como fundamento empírico. Essa discussão, ao realçar situações extremas em relação à utilização da água, nas diversas partes do mundo, mostrou que a sociedade moderna não tem se pautado, minimamente, pela sua própria autoconservação.

Nessa perspectiva, questionou-se, então, acerca do sentido da crise, partindo da reconstrução histórica dos diferentes sentidos e significados que originaram a palavra. Notou-se que mesmo havendo um discurso mobilizador, como o da sustentabilidade – alardeada por grandes corporações e agências internacionais – o cenário crescente de degradação revela um caminho percorrido no sentido contrário. Essa discussão reforçou a ideia de que a crise ambiental conduz muito mais a um sentido existencial do que objetivo, um sentido muito mais ético e político do que naturalista e científico, confirmando que não se deve reduzir a perspectiva de que o ambiente está em crise. Delineou-se que a crise ambiental está além dos fenômenos biofísicos, intimamente relacionados à dinâmica dos laços sociais, o que interpela os sujeitos a responder sobre o sentido das suas atividades. Confirmou-se, assim, a sua dimensão ética e política.

A partir do debate sobre os fundamentos empíricos da crise realizou-se um recorrido acerca da forma como a Psicanálise tem se ocupado das questões civilizatórias, visto que, para Freud, a vida em sociedade nada mais é do que unidades amplas e obedientes às mesmas leis que marcam o indivíduo. A análise ancorada nesse perfil histórico mostrou que a civilização tenta obscurecer o que está por detrás da ordem vigente econômica, o que induz a pensar que “tudo” está em ordem. De fato, demonstrou-se que o processo civilizatório sempre se pautou em práticas que separam pessoas e meio ambiente, cultivando a domesticação ou o controle e a submissão à racionalidade que governa o mundo. Os desastres, ou tragédias, então, podem ser compreendidos como representantes não somente de perdas, mensuráveis financeiramente, mas, sim, do modo de funcionamento do modelo de civilização, repleto de marcas de violências que desprezam a alteridade.

O passo seguinte foi procurar entender se a Psicanálise já havia se pronunciado sobre a questão ambiental. Para isso, fez-se um levantamento bibliográfico sistematizado de autores que já expressaram seu pensamento acerca da relação existente entre as questões ambientais e a subjetividade contemporânea. Os resultados obtidos nesse cenário apontaram um movimento histórico da Psicanálise em se colocar dentro desse debate e uma demanda ainda incipiente, do próprio movimento ambiental, circunscrito, principalmente, à Ciência cognitivo-comportamental. Observou-se, também, que há, de certa forma, o reconhecimento de que a dimensão subjetiva é cada vez mais importante para o enfrentamento da crise.

Elaborada essa primeira parte, abriu-se espaço para entender o que é o estatuto metapsicológico da crise ambiental. Essa abordagem permitiu que se extraíssem considerações importantes, visto que é no campo metapsicológico, situado não no determinismo da natureza, que se materializa a possibilidade de quebrar a continuidade lógica do pensamento e dos comportamentos cotidianos.

Tendo isto em mente, definiu-se a forma como as categorias de análise podem contribuir com a visão psicanalítica da crise ambiental, a pulsão, o Além do princípio do prazer, o supereu e o sintoma. A pulsão desvelou a dimensão primitiva ou resto pulsional da civilização, ou seja, aquilo contra o que a civilização se erige, no caso, a crise, a qual gera um efeito estranho, um mal-estar, possibilitando articular-se com as questões do sujeito e com a questão ambiental.

Em o Além do princípio do prazer evidenciou-se que o sentido da vida é dado pelo princípio do prazer, mas que há algo mais forte e que se impõe além desse princípio vital, ou seja, a pulsão de morte. Ora, se o princípio do prazer é possível, o que vai “além” é da ordem do impossível. Uma sociedade que em seu deslocamento constante é pautada por uma escala positiva de incremento contínuo de prazer está em completo desacordo com o mundo. E não somente aquilo que organiza o modo de vida dos sujeitos está em desacordo com o mundo como ela própria está em desacordo consigo mesma.

Essa discussão mostrou, ainda, que a sociedade contemporânea se pauta por um ideal de eu da civilização. Esse ideal não leva em consideração a finitude dos recursos ambientais, articulando-se num processo de artificialização que nega o lado natural do sujeito. Nesse sentido, a satisfação das fantasias dos sujeitos, dado esse ideal, serão, desde sempre, impossíveis de serem satisfeitas, com graves consequências socioambientais.

Sobre o sintoma, conceito que atravessa do começo ao fim a obra de Freud, e enoda toda a metapsicologia freudiana, sustentou-se que a crise ambiental possui o seu mesmo estatuto. A crise ambiental é, portanto, um sintoma que espelha uma verdade sobre o sujeito e

interroga o sentido de uma civilização. Num sentido contundente, a interpretação da crise, em sua expressão sintomática, elucidou a realidade, denunciando a sua condição de verdade mentirosa e a solução de compromisso que o sistema dominante impõe para que tudo permaneça da mesma maneira, numa repetição mortífera.

Conclui-se que a crise ambiental expressa um mal-estar, enquanto o reconhecimento tácito, intuitivo da situação mostra que o problema ambiental retorna à sua própria solução, numa forma não refletida ou não tematizada, ou seja, sem consciência de tal situação. Além disso, tem produzido sofrimento real, principalmente aos mais vulneráveis social e ambientalmente, desprovidos de voz e de singularidade.

As relações apresentadas entre a metapsicologia e a crise ambiental embasaram as discussões em relação à Educação Ambiental. Discutindo os dois campos – Psicanálise e Educação Ambiental –, sob suas respectivas perspectivas, evidenciou-se a existência de novas fronteiras, conduzindo à aventura de pensar outras experiências em Educação Ambiental.

A violência e o sofrimento psíquico atravessam as questões ambientais numa dimensão ainda pouco compreendida, questionando quem é o sujeito da questão ambiental. Demonstrou-se que este sujeito tem a sua subjetividade sequestrada, sendo incapaz de perceber as consequências do projeto de consumo infinito que vem sendo imposto pela ordem dominante. Sustentou-se, ancorado nessa tese, que esse sujeito é por isso inconsciente quanto ao sujeito da análise, o que permite desvelar a incoerência das crenças reformistas do sistema hegemônico, justamente em relação à castração dada pelos limites da existência humana.

Como consequência dessa discussão estruturou-se uma crítica à EA, visto que a sua atuação, na grande maioria das vezes, tem sido uma solução “harmônica” aos ditames sociais do poder hegemônico, marca do sintoma. Propôs-se que a sua abordagem deve incluir três níveis epistêmicos que se completam e permeiam entre si, tendo como nó central o próprio sintoma, a saber: o sujeito, a estrutura da civilização e o próprio discurso – ou episteme ambiental. No enlaçamento desses três níveis, ou seja, na relação intrínseca entre o educar a incidir sobre “aquele que educa e o educado”, situa-se o sintoma na sua face pulsional.

Essa trajetória retorna ao ponto de origem, confirmando a dimensão metapsicológica da crise enquanto homóloga a um sintoma psicanalítico, sintoma não de um sujeito, mas de uma época – a modernidade. Confirmou-se, também, a responsabilidade da EA incluir essa perspectiva em suas premissas enquanto possibilidade de contribuir mais incisivamente na disrupção da ordem hegemônica vigente no tocante aos bens naturais.

Deu-se, assim, um passo além, demonstrando o intenso sofrimento psíquico instaurado naqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental.

POSFÁCIO

Fazer o fechamento, arrematar a costura final de todos os pontos dados ao longo desta tese foi, talvez, a tarefa mais difícil. Aí, dias desses, deparei-me com uma frase de Jorge Luís Borges, que diz: “tudo está dito: falta aposta”, o que me pareceu mais que nunca verdadeiro. De tudo o que pude pensar, viver e também sofrer neste percurso, de certa forma, fica uma interrogação: a quem pertence o meio ambiente?

A resposta veio na forma da música de Chico Buarque, “*Geni e o Zepelim*”⁷⁷: “é dos errantes, dos cegos, dos retirantes, dos detentos, das loucas, dos lazarentos, dos moleques do internato, das velhinhas sem saúde e das viúvas sem porvir [...]. É (também) de quem não tem mais nada.”

Essa reflexão me leva a sustentar a extensão do meu desejo na construção desta pesquisa: desejo de conhecimento, desejo que expressa, em síntese, o amor pela temática ambiental, instigada, fustigada pelo meu próprio percurso analítico.

Trata-se, sem dúvida de um universo novo, atravessado pela aridez e rudeza de informações, as quais nos fazem deparar conosco mesmos, como se estivéssemos em frente ao espelho a perguntar: “E agora?” Eu sinto que isso é, justamente, da ordem de um enigma, o que torna tudo ainda mais desafiador.

Quando Freud iniciou seu percurso não havia garantia de nada e tampouco um dia haverá. Por isso se avança. Algo semelhante quando adentrei, pela primeira vez, o Hospital do Bom Retiro e, diante de todas aquelas mulheres, marcadas pela expressão máxima do desamparo, deparei-me com o meu desejo de tornar-me psicanalista. Um desejo que seguiu ora “duplo”, ora no mais dolorido conflito entre a Psicanálise e o Meio Ambiente. Agora posso dizer: “Eis me aqui! Enfim, podemos seguir juntas”. Por isso, mais do que nunca é preciso realmente fazer uma aposta!

⁷⁷ Música “*Geni e o Zepelim*”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iZxAKEg3VXg>.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Palavras e sinais: modelos críticos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- AKRÉ J. **Alimentação infantil: bases fisiológicas**. Boletim da OMS. Genebra, 1989.
- ALEKSIÉVITCH, S. **Vozes de Tchernobyl: crônicas do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ANDERSEN, S. Disponível em: <https://www.instagram.com/sarahandersencomics/?hl=pt-br>. Acesso em: 17 set. 2019.
- ANDRADE, M.C.P.; NEVES, RM.C.; PICCININI, C.L. Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional. *In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*, 2017. **Anais...** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC37/mc373.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- ARENDT, H. A crise na educação. *In: ARENDT, H. Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva [1957], 2005, pp. 221-247.
- ARRUDA, M.R.M. Crises da República – análise da obra de Hannah Arendt. **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, maio 2018, v. XXI, n. 172. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20542. Acesso em: jun. 2019.
- ASKOFARÉ, S. Da subjetividade contemporânea. A peste. **Revista de Psicanálise e Sociedade**, jan./jun. 2009, v. 1, n. 1, pp. 165-175.
- BALES, K. **Blood and earth: modern slavery, ecocide, and the secret to saving the world**. New York: Random House, 2016.
- BARRETO, N.L. O princípio do desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Direito**. Piracicaba, SP, jan./jun. 2011, v. 11, n. 20, pp. 47-65.
- BAUMAN, Z.; BORDONI, C. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.
- BIERMANN, F.; KANIE, N.; KIM, R. E. Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, 2017, v. 26, pp. 26-31.
- BIRMAN, J. A economia do gozo e os impasses da justiça. Uma leitura psicanalítica da justiça. **Physis** [online], 1996, v. 6, n. 1-2, pp.121-134. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73311996000100006>. Acesso em: 15 out. 2017.
- BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BRASIL (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 17 set. 2019.

BROAD, S.; BURGESS, G. Synthetic biology, product substitution and the battle against illegal wildlife trade. **Traffic Bulletin**. Cambridge, UK, 2016, v. 28, n. 1, pp. 22-28. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304490085_Synthetic_biology_product_substitution_and_the_battle_against_illegal_wildlife_trade. Acesso em: 19 jun. 2017.

BRUM, E. **Uma jornada de saúde mental na Amazônia**. 3 set. 2017. Disponível em: <http://redehumanizaus.net/96635-o-que-pode-a-clinica-eliane-brun-nos-mostra-de-forma-belissima/>. Acesso em: 17 set. 2019.

BRUM, E. **A Veneza de Belo Monte**. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/14/politica/1526322899_121198.html. Acesso em: 17 set. 2019.

CABAS, G. **O sujeito na Psicanálise, de Freud a Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CAPARRÓS, M. **A fome**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2016.

CARDOSO, M. O esquecimento da metapsicologia. **Revista de Psicologia Die Hexe**. Curitiba, 2017. Disponível em: [www.humanas.ufpr.br › files › 2017/10 › Die-Hexe-Volume-01-issue-01](http://www.humanas.ufpr.br/files/2017/10/Die-Hexe-Volume-01-issue-01). Acesso em: nov. 2018.

CAVALCANTI, C.; POLI, M.C. O social e o mal-estar face ao desamparo. **Interthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**. Florianópolis, dez. 2015, v. 12, n. 2, pp. 55-73. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2015v12n2p55>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CHAVES, E. Perder-se em algo que parece plano. *In: O infamiliar*. Obras incompletas de Sigmund Freud. Tradutores: Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CHEMAMA, R. (Org.) **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Larousse-Artes Médicas Sul, 1995.

CHEREM, M.F.; AZEVEDO, N. Conflitos socioambientais e processos de resistência de pescadores artesanais no litoral do Paraná. *In: 40º Encontro Anual da ANPOCS. Anais...* Caxambu, MG, 2016.

CIFALI, M. Ofício “impossível”? Uma piada inesgotável. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, abr. 2009, v. 25, n. 1, pp. 149-164.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORSOLINI, S.; ADEMOLLO, N.; ROMEO, T.S.; FOCARDI, S. Persistent organic pollutants in edible fish: a human and environmental health problem. **Microchemical Journal**, jan. 2005, v. 79, n. 1-2, pp. 115-123.

CPT NACIONAL. **Conflitos no campo – Brasil 2018**. Coordenação de Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade. Goiânia, GO, abr. 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4380-lancamento-do-relatorio-anual-da-cpt-destaca-o-aumento-da-violencia-no-campo-e-dos-conflitos-pela-agua>. Acesso em: jun. 2019.

CRF. Conselho Federal de Farmácia. **Dados 2018**. Disponível em: <http://www.cff.org.br/pagina.php?id=801&menu=801&titulo=Dados+2018>. Acesso em: 28 jul. 2019.

DAVIS, W. Dreams from endangered cultures. **TED Talk**, 2003. Disponível em: https://www.ted.com/talks/wade_davis_dreams_from_endangered_cultures?language=pt-br. Acesso em: 15 jul. 2019.

DIAMOND, J. **Colapso – como as sociedades escolhem o sucesso ou o fracasso**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DIEGUES, A. C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. I Encontro Internacional: Governança da Água. **Anais...** Procam/Nupaub. São Paulo, nov. 2007.

DODDS, J. **Psychoanalysis and ecology at the edge of chaos: complexity theory, Deleuze-Guattari and psychoanalysis for a climate in crisis**, 2011. Disponível em: <https://www.amazon.com/Psychoanalysis-Ecology-Edge-Chaos-Complexity/dp/0415666120>. Acesso em: 17 set. 2019.

DOLAR, M. **Freud and the political**. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236729279_Freud_and_the_Political. Acesso em: 20 jun. 2018.

DORNELLES, R. **Central – O poder das facções no maior presídio do Brasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dj2-a39Ocbc>. Documentário social. Brasil, 2016, 86’.

DUNKER, C. Uma gramática para a clínica psicanalítica. *In: A pulsão e seus destinos* [1914-1915]. **Obras Incompletas de Sigmund Freud**. Tradução de Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DUNKER, C. Estrutura e personalidade na neurose: da metapsicologia do sintoma à narrativa do sofrimento. **Revista do Instituto de Psicologia da USP**, 2014, v. 25, n. 1, pp. 77-96.

DUNKER, C. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=860&v=3noUnc0emC8. Acesso em: 28 ago. 2018.

DUPUY, J. A catástrofe de Chernobyl vinte anos depois. **Estudos Avançados** [online], 2007, v. 21, n. 59, pp. 243-252.

DUPUY, J. **O tempo das catástrofes: quando o impossível é uma certeza**. São Paulo: É Realizações, 2011.

EBELE, A.J.; ABDALLAH, M.A.; HARRAD, S. Pharmaceuticals and personal care products (PPCPs) in the freshwater aquatic environment. **Emerging Contaminants**, mar. 2017, v. 3, n.

1, pp.1-16. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.emcon.2016.12.004>. Acesso em: abr. 2018.

ENRIQUEZ, E. **Da horda ao estado – psicanálise do vínculo social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

ETYMOLOGIE FRANÇAIS LATIN SANSKRIT. **Crise**. Disponível em: <https://sites.google.com/site/etymologielatingrec/home/c/crise>. Acesso em: 17 set. 2019.

EXAME.COM. **7 marcas de água de luxo** (preços chegam a R\$ 120 mil). 7 jul. 2012. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/7-marcas-de-agua-de-luxo-precos-chegam-a-r-120-mil/>. Acesso em: 17 set. 2019.

FARIA, J.H. **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais** (Org.). São Paulo: Atlas, 2007.

FARIA, J.H. **The kidnapping of the subjectivity**: the new capitalist strategy of the labor process control. Ann Arbor: Institute of Labor and Industrial Relations. University of Michigan, 2003.

FARIAS, A.L. Psicanálise e meio ambiente saber em construção. *In*: Primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia da FAE – I CBPSI. **Anais...** Curitiba, 2016.

FARIAS, A.L.; KNECHTEL, M.R. Uma perspectiva psicanalítica para a Educação Ambiental. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, 2018, v. 23, n. 2, pp. 322-338. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/8443>. Acesso em: 25 nov. 2018.

FARIAS, A.L.; OLIVEIRA, L.C.; KNECHTEL, M.R. Conexões possíveis entre a educação, psicanálise e meio ambiente: um novo olhar. *In*: DITTRICH, M.G. et al. (Orgs.). **Mãos de vida nas políticas**: educação, gênero, meio ambiente e saúde. Itajaí, SC: Univali, 2018, v. 1, pp. 69-73.

FERNANDES, F.R.C.; ALAMINO, R.C.J.; ARAÚJO, E. (Eds.). **Recursos minerais e comunidade**: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. **Humana, demasiado humana**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FLORIANI, D. **Conhecimento, meio ambiente & globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

FLORIANI, D. História da construção da pós-graduação interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR): aspectos epistemológicos, metodológicos e institucionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, 2018, v. 47, pp. 87-104.

FLORIANI, D.; KNECHTEL, M.R. **Educação ambiental, epistemologia e metodologias**. Curitiba: Vicentina, 2003.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

FREITAS, R.; FIÚZA, P.; COSTA, D. **Brumadinho**: famílias de desaparecidos vivem angústia e ansiedade à espera da localização de vítimas seis meses após desastre. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/07/22/brumadinho-familias-de-desaparecidos-vivem-angustia-e-ansiedade-ha-6-meses-a-espera-da-localizacao-das-vitimas.ghml>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FREUD, S. Estudos sobre a histeria [1893-1895], em coautoria com Josef Breuer. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, v. 2.

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica [1895]. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980, v. 1.

FREUD, S. Rascunho N. [1897]. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 1.

FREUD, S. Atos obsessivos e práticas religiosas [1907]. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980, v. 9.

FREUD, S. A moral sexual civilizada e doença nervosa moderna [1908]. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. 9.

FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental [1911]. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1984, v. 12.

FREUD, S. Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor. Contribuições à Psicologia do Amor II [1912]. **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XI.

FREUD, S. **Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos** [1912-1914]. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, S. A pulsão e seus destinos [1914-1915]. **Obras incompletas de Sigmund Freud**. Tradução de Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FREUD, S. Luto e melancolia [1915-1917]. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. 14.

FREUD, S. Introdução ao narcisismo: estudos de metapsicologia e outros textos [1914-1916]. **Obras Completas de Sigmund Freud**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a, v. 12.

FREUD, S. Considerações atuais sobre a guerra e a morte. *In*: Introdução ao narcisismo: estudos de metapsicologia e outros textos [1914-1916]. **Obras Completas de Sigmund Freud**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b, v. 12.

FREUD, S. **O mal-estar na cultura** [1930]. Trad. Renato Zwick. São Paulo: L&PM Editores, 2010c.

FREUD, S. Nova série de conferências introdutórias à Psicanálise. **O mal-estar na civilização, novas conferencias introdutórias à psicanálise e outros textos** [1930-1936]. São Paulo: Companhia das Letras, 2010d.

FREUD, S. **História de uma neurose infantil (“o homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos** [1917-1920]. São Paulo: Companhia das Letras, 2010e.

FREUD, S. O mal-estar na civilização e outros textos [1930-1936]. **Obras completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010f, v. 18.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos** [1920-1923]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

FREUD, S. Prefácio à Juventude Desorientada, de August Aichhorn [1925]. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2011b.

FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia [1926]. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. 20.

FREUD, S. **O futuro de uma ilusão** [1927]. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, S. Explicações, aplicações e orientações. *In*: Conferência XXXIV – Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos [1933]. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago 1996, v. 22, pp. 135-154.

FREUD, S. Análise terminável e interminável. **Moisés e o monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos** [1937-1939]. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FUKS, B. **Freud e a cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GALASSI, D.M.P.; HUYS, R.; REID, J.W. Diversity, ecology and evolution of groundwater copepods. **Freshwater Biology**, 2009, v. 54, pp. 691-708.

GARCIA-ROZA, L.A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

GARCIA-ROZA, L.A. **Acaso e repetição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

GARCIA-ROZA, L.A. **Introdução à metapsicologia freudiana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, v. 3.

GENNEP, A.V. **Os ritos de passagem**. 2. ed. Trad. de Mariano Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GILDING, P. **A grande ruptura: como a crise climática vai acabar com o consumo e criar um novo mundo**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014. 300p.

GIONGO, C.R. **Futuro roubado: banalização da injustiça e do sofrimento social e ambiental na construção de hidrelétricas**. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, 2017.

GLASSMEYER, S.T. *et al.* Nationwide reconnaissance of contaminants of emerging concern in source and treated drinking waters of the United States. **Sci Total Environ**, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.scitotenv.2016.12.004>. Acesso em: 17 set. 2019.

GLOBONEWS. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/globonews/v/6230558/>. Acesso em: 17 set. 2019.

GOETHE, J.W. **Fausto** [1800-1875]. Tradução de António Feliciano de Castilho. 2003. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/faustogoethe.html>. Acesso em: 28 dez. 2019.

GONÇALVES, T.; MENDONÇA, F.A. Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção do carvão em Criciúma/SC/Brasil. **RAEGA**, 2007, v. 14, pp. 55-65. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/raega/article/view/8276>. Acesso em: 25 jul. 2019.

GOV.RS. **Ampliação do uso do carvão mineral no Estado é tema de seminário**. 14 maio 2019. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/ampliacao-do-uso-do-carvao-mineral-no-estado-e-tema-de-seminario_. Acesso em: 17 set. 2019.

GURSKI, R. A escuta de jovens “infratores”, o RAP e o poetar: deslizamentos da “vida nua” à “vida loka”. **Revista Subjetividades**, 2017, v. 17, pp. 45-56. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179066>. Acesso em: 17 set. 2019.

GURSKI, R. Formação de professores e transmissão da experiência: narrar, poetar, profanar. In: VASQUEZ, C.K.; MOSCHEN, S.Z. (Orgs.). **Psicanálise, educação especial e formação de professores: construções em rasuras**. Porto Alegre: Evangraf, 2015, pp. 105-124.

GURSKI, R. Três tópicos para pensar (a contrapelo) o mal-estar na educação. In: VOLTOLINI, R. (Org.). **Retratos do mal-estar na educação contemporânea**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2014, pp. 25-45.

HENDRYX, M. Poverty and Mortality Disparities in Central Appalachia: Mountaintop Mining and Environmental Justice. **Journal of Health Disparities Research and Practice**. Spring 2011, v. 4, n. 4, pp. 44-53.

HIRATA, R. Recursos Hídricos In: **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009, pp. 167-180.

HODGE, D. Appalachian Coal Industry, Power Generation and Supply Chain. **Appalachian Regional Commission**. March, 2016. Disponível em: https://www.arc.gov/research/researchreportdetails.asp?REPORT_ID=121. Acesso em: 21 mar. 2019.

HOEKSTRA, A.Y. The water footprint: the relation between human consumption and water use. In: **The water we eat**. Combining virtual water and water footprints. Cham: Springer Water, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/pesquisa/37/0?ano=2010>. Acesso em: 17 set. 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **A não existência da Noruega**. Artigo de Slavoj Zizek. 14 set. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/546703-a-nao-existencia-da-noruega-artigo-de-slavoj-zizek>. Acesso em: 17 set. 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Um caminho sem retorno: o trauma de Belo Monte**. 10 nov. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584530-um-caminho-sem-retorno-o-trauma-de-belo-monte>. Acesso em: 17 set. 2019.

INTERFARMA. Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa. 2018. Disponível em: https://www.interfarma.org.br/guia/guia-2018/dados_do_setor/. Acesso em: 10 jul. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 17 set. 2019.

ISTO É DINHERO. **Lucro da Bayer cai 36,5% e atinge US\$ 1,39 bi no primeiro trimestre**. 25 abr. 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/lucro-da-bayer-cai-365-e-atinge-us-139-bilhoes-no-1o-trimestre-2/>. Acesso em: 17 set. 2019.

IWMI. International Water Management Institute. **Water solutions for a changing world**. 2016. Disponível em: http://www.iwmi.cgiar.org/About_IWMI/Strategic_Documents/Annual_Reports/2017/iwmi-annual-report-2016.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.

JACOBI, P.R.; GRANDISOLI, E. **Água e sustentabilidade: desafios, perspectivas e soluções**. São Paulo: IEE-USP/Reconnectta, 2017.

KATZ, I. A clínica do cuidado: intervenção com a população ribeirinha do Xingu atingida por Belo Monte. In: BROIDE, E.; KATZ, I. **Psicanálise nos espaços públicos**. São Paulo: IP/USP, 2019, pp. 22-37. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/Psicanalise_espacos_publicos.pdf. Acesso em: 17 set. 2019.

KEHL, M.R. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

KEHL, M.R. **Melancolia e criação**. Resenha de Sigmund Freud. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

KEHL, M.R. Reservas ambientais, reservas do imaginário. **Blog da BoiTempo**. 30 maio 2011a. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/05/30/reservas-ambientais-reservas-do-imaginario/>. Acesso em: 17 set. 2019.

KHOURY, L.E.C. **A governança das águas na bacia do rio São Francisco, em território baiano, sob a perspectiva da justiça ambiental**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Faculdade de Direito. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

KIERNIEW, J.G. **Ensaio sobre o impossível na transmissão: educação, psicanálise e literatura**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2017.

KNECHTEL, M.R. **A Educação Ambiental em novas fronteiras**: plano de ensino e pesquisa em EA na perspectiva de outras ciências para diálogo, estudos e propostas de novas políticas públicas para transformação. Curitiba: UFPR, 2019 (no prelo).

KOSELLECK, R.; RICHTER, M. Crise. **Journal of the History of Ideas**. Published by: University of Pennsylvania Press, abr. 2006, v. 67, n. 2, pp. 357-400. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30141882>. Acesso em: 12 abr. 2019.

KUPFER, M.C.M. **Freud e a educação**: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 2000.

LACAN, J. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar [1964], 1979.

LACAN, J. **O seminário, livro 20, mais ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar [1975], 1982.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, pp. 238-324.

LACAN, J. **Seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LAJONQUIÈRE, L. Freud, a educação e as ilusões (psico) pedagógicas. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. Porto Alegre, dez. 1995, n. 16, pp. 27-38.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LARA JÚNIOR, N. Os aspectos ideológicos do capitalismo na sociedade contemporânea: análise crítica do campo discursivo da política. **Revista Ciências Sociais**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2016, v. 52, pp. 54-62.

LASCH, C. **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. Trad. J.R. Martins F. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAYRARGUES, P.P. Subserviência ao capital: educação ambiental sob o signo do antiecológico. **Pesquisa em Educação Ambiental** (Online), 2018, v. 13, pp. 28-47.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G.F.C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Revista Ambiente e Sociedade**. São Paulo, jan./mar. 2014, v. XVII, n. 1, pp. 23-40.

LE POULICHET, S. **Toxicomanias y psicoanálisis**: las narcosis del deseo. Madri: Amorrutu Editores, 1996.

LEFF, E. **Racionalidad ambiental**. La reapropiación social de la naturaleza. México: Siglo XXI, 2004.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação e Realidade**, 2009, v. 34, n. 3, pp. 17-24.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEFF, E. **Ecología política**: de la deconstrucción del capital a la territorialización de la vida. México: Siglo XXI, 2019.

LERTZMAN, R. **The myth of apathy**: psychoanalytic explorations of environmental degradation. Doctoral Thesis Submitted in partial fulfilment of the requirements for the award of Doctor of Philosophy of Cardiff University, School of Social Sciences. December 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327100797_The_myth_of_apathy_Psychoanalytic_explorations_of_environmental_subjectivity. Acesso em: 20 jan. 2017.

LERTZMAN, R. **Environmental melancholia**: psychoanalytic dimensions of engagement. 2015. Disponível em: <https://www.book2look.com/embed/9781317916949>. Acesso em: 17 set. 2019.

LOGOS. **Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia**. Rio de Janeiro: Verbo, 1990.

LOSEKANN, C. “Não foi acidente!” o lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: ZHOURI, A. (Org.); OLIVEIRA, R. *et al.* **Mineração**: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá-PA: Iguana, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-43412017000200303&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2019.

LUSTOZA, R.Z.; CARDOSO, M.J.; CALAZANS, R. Novos sintomas e declínio da função paterna: um exame crítico da questão. **Ágora** (PPGTP/UFRJ), 2014, v. 17, pp. 201-213.

MACHEREY, P. **Para uma teoria da produção literária**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

MALISKA, M.E; REIS, V.A.W. Do sujeito pré-cartesiano ao contemporâneo: as novas formas de gozo do Outro. **Crítica cultural** – Critic. Palhoça, SC, jan./jun. 2019, v. 14, n. 1, pp. 11-21.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2015.

MARQUES, R.; RAIMUNDO, J.A.; XAVIER, C.R. Educação ambiental: retrocessos e contradições na Base Nacional Comum Curricular. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, 2019, v. 10, n. 28, pp. 445-467.

MENCK, V.F.; COSSELLA, K.; OLIVEIRA, J.M. Resíduos de agrotóxicos no leite humano e seus impactos na saúde materno-infantil: resultados de estudos brasileiros. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, SP, 2015, v. 22, n. 1, pp. 608-617.

MEZAN, R. **Figuras da teoria psicanalítica**. 2. ed. São Paulo: Casapsi, 2010.

MILLOT, C. **Freud antipedagogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MONTAGNER, C.C.; VIDAL, C.; ACAYABA, R.D. Contaminantes emergentes em matrizes aquáticas do Brasil: cenário atual e aspectos analíticos, ecotoxicológicos e regulatórios. **Quim. Nova**, 2016, v. 40, n. 9, pp. 1094-1110.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MOSCHEN, S. Z. Apresentação: educação, psicanálise e alteridade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, abr./jun. 2013, v. 38, n. 2, pp. 393-398. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000200002. Acesso em: 18 dez. 2019.

MUNDO ESTRANHO. **O que foi a Grande Depressão**. 24 out. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-a-grande-depressao/>. Acesso em: 17 set. 2019.

NARCONON. Disponível em: <https://www.narconon.org/drug-information/heroin-history-1900s.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

NASCIMENTO, E.; SILVA, H.J.H.; SILVA, M.F.C.C.B.; DENKEWICZ, P.; VIEIRA, R.S.; CORBARI, S.D. **Diagnóstico e problematização do litoral do Paraná**: vetores de produção socioespacial – porto e indústria, turismo e políticas e ações de conservação e gestão ambiental – e conflitos, resistências e alternativas. Trabalho coletivo Linha de Pesquisa Usos e Conflitos em Ambientes Costeiros. Curitiba: PPGMade/UFPR, 2017.

NASIO, J.D. **O livro da dor e do amor**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NASIO, J.D. **O prazer de ler Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

NATIONAL INSTITUTE FOR OCCUPATIONAL SAFETY AND HEALTH. Coal Mine Dust Exposures and Associated Health Outcomes. **Current Intelligence Bulletin**, 2011, n. 64.

NICHOLSEN, S.W. **The love of nature and the end of the world**: the unspoken dimensions of environmental concern. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

OECD. **Governo corta 43% do orçamento do Ministério do Meio Ambiente**. 4 abr. 2017. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/governo-corta-43-do-orcamento-do-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 30 ago. 2019

OXFAM. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/pais-estagnado2018>. Acesso em: 17 set. 2019.

OKADO, G.H.C.; QUINELLI, L. Megatendências mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas. Goiânia: Barú, dez. 2016, v. 2, n. 2, pp. 111-129. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5266>. Acesso em: 09 fev. 2019.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

OUTRAS PALAVRAS. **Opiáceos, a epidemia mortal que rende bilhões**. 16 jan. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/opiaceos-as-mortes-que-rendem-bilhoes/>. Acesso em: 17 set. 2019.

- PAIVA, A. **Sob o conceito de repetição em Freud**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, Pós- Graduação em Psicologia Clínica, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.
- PALMA, D.C.A. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Cuiabá, 2011.
- PAUMGARTTEN, F.; CRUZ, C.M.; CHAHOUD, I.; PALAVINSKAS, R.; MATHAR, W. PCDDS, PCDFS, PCBS and other organochlorine compounds in human milk from Rio de Janeiro, Brazil. **Environmental Research Section**, 2000, n. 83, pp. 293-297.
- PEREIRA, A.S.; CEREJEIRA, M.J.; DAAM, M.A. Comparing ecotoxicological standards of plant protection products potentially toxic to groundwater life with their measured and modelled concentrations. **Ecotoxicol Environ Saf Abbreviation**, 2014, v. 102, n. 152.
- PIGNATI, W.A.; MACHADO, J.; CABRAL, J. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2007, v. 12, n. 1, pp.105-114.
- PIRSAHEB, M.; LIMOEE, M.; NAMDARI, F.; KHAMUTIAN, R. Organochlorine pesticides residue in breast milk: a systematic review. **Med. J. Islam. Repub. Iran.**, jul. 2015, v. 29, n. 228.
- PLON, M.; ROUDINESCO, E. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- PRADO, J.L.A.; BUENO, V.P. Sobre a sustentabilidade como fantasia liberal-capitalista: do tampão verde à ecologia sem natureza. **Revista Famecos**, 2015, v. 22, pp. 1-14.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur, 2005, pp. 118-142.
- RAINHO, A.P. A gente vive no mar: saberes oceanográficos na comunidade tradicional Barra da Ararapira. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.
- RAMOS, N. Lição de geologia. **O pão do corvo**. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- RAULET, G. As duas faces da morte. Sobre o estatuto da agressividade e da pulsão de morte em “O mal-estar na civilização”. *In*: LE RIDER, F.J.; PLON, M.; RAULET, G.; REY-FLAUD, H. (Orgs.). **Em torno do mal-estar na cultura**. São Paulo: Escuta, 2002.
- REIS DA SILVA, A.T. **O campo epistemológico da educação ambiental**: o dualismo homem/natureza e o paradigma da complexidade. 2007. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2007.

REY-FLAUD, H. Os fundamentos metapsicológicos de O mal-estar na cultura. *In*: LE RIDER, J.; PLON, M.; RAULET, G.; REY-FLAUD, H. (Orgs.). **Em torno do mal-estar na cultura, de Freud**. São Paulo: Escuta, 2002.

ROCHA, G.M.; IANNINI, G. O infamiliar, mais além do sublime. *In*: O Infamiliar. **Obras Incompletas de Sigmund Freud**. Tradução de Ernani Chaves e Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

ROSA, M.D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

ROUDINESCO, E. **A parte obscura de nós mesmos**: uma história dos perversos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

ROUDINESCO, E. **Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

SAFATLE, V. Depois da culpabilidade: figuras do supereu na sociedade de consumo. *In*: DUNKER, C.I.L.; PRADO, J.L.A. (Orgs.). **Žižek crítico**: política e psicanálise na era do multiculturalismo. São Paulo: Hacker, 2005, pp. 119-140.

SAFATLE, V. Por uma crítica da economia libidinal. **Ide (São Paulo)**. São Paulo, jun. 2008, v. 31, n. 46, pp. 16-26. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 jan. 2020.

SAFATLE, V. **Freud e a teoria social**. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/freud-e-a-teoria-social/>. Acesso em: 17 set. 2019.

SAFATLE, V. Melancolia do poder. **Café Filosófico**, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LLLxyYgWzQA>. Acesso em: 20 set. 2019.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAFATLE, V. **Dar corpo ao impossível**: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SAFOUAN, M. **O fracasso do princípio do prazer**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

SAKAMOTO, L. **A minha empregada era quase da família**. 06 set. 2015. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/09/06/a-minha-empregada-era-quase-da-familia/?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 17 set. 2019.

SEARLES, H. **The non-human environment**: in normal development and in schizophrenia. New York: International Universities Press, 1960.

SEARLES, H. Unconscious processes in relation to the environmental crisis. **The Psychoanalytic Review**, 1972, v. 59, n. 3, pp. 361-374.

SESARINO, J. **Epistemologia e história da psicanálise**. Curitiba, 2006 (não publicado).

SIGNIFICADOS. **O que é Deep Web?** 2019. Disponível em: <https://www.significados.com.br/deep-web/>. Acesso em: 17 set. 2019.

SILVA, M.P.D.; KARUNATIKEKE, R.; THIEMANN, W. Study of some physicochemical properties of Newalla River water in Southern Srilanka with special reference to effluents resulting from anthropogenic activities. **J. EnvironSic Health**, 1998, v. 23, n. 3, pp. 381-398.

SORRENTINO, M. **Diálogos sobre Educação Ambiental**. 2018. Disponível em: http://colecciona.mma.gov.br/?page_id=4096. Acesso em: 15 dez. 2019.

STAROBINSKI, J. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SUL21. **Manifestantes protestam contra mina de carvão na Região Metropolitana de Porto Alegre**. 14 maio 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/05/manifestantes-protestam-contramina-de-carvao-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre/>. Acesso em: 17 set. 2019.

THE GUARDIAN. **Concrete: the most destructive material on Earth**. 25 fev. 2019. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2019/feb/25/concrete-the-most-destructive-material-on-earth?CMP=share_btn_tw. Acesso em: 17 set. 2019.

THE INDEPENDENT. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/cocaine-use-in-britain-so-high-it-has-contaminated-our-drinking-water-report-shows-9350477.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

THE INTERCEPT BRASIL. **Como a indústria de plásticos luta para continuar poluindo o mundo**. 29 jul. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/28/como-industria-plasticos-luta-para-continuar-poluindo-o-mundo/>. Acesso em: 17 set. 2019.

THE NEW YORKER. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2017/06/05/the-addicts-next-door>. Acesso em: 17 set. 2019.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

TOLEDO, A.R.; GASPARINI, B. Conflitos socioambientais nas áreas de proteção ambiental do litoral do Paraná. **Revista Direito à Sustentabilidade**, 2015, v. V, n. 2, pp. 9-31.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos**. Não deixar ninguém para trás. 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367276_por/PDF/367276por.pdf.multi. Acesso em: 17 set. 2019.

USEPA. United States Environmental Protection Agency. Disponível em: <http://www.epa.gov/esd/bios/pdf/contaminants-biosolids2.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

USGS. United States Geological Survey. Disponível em: <http://toxics.usgs.gov/regional/emc/index.html>. Acesso em: 30 ago. 2019.

VERAS, T.B.; PAIVA, A.L.R.; DUARTE, M.M.M.B.; NAPOLEÃO, D.C.; CABRAL, J.J.S.P. Analysis of the presence of anti-inflammatories drugs in surface water: A case study in Beberibe river - PE, Brazil. **Chemosphere**, 2019, v. 222, pp. 961-969.

VOLTOLINI, R. **Educação e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

WARD, I. Ecological madness: an introduction. **British Journal of Psychotherapy**, 1993, v. 10, n. 2, pp. 178-188.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WHO. World Health Organization. **Health Effects of the Chernobyl Accident and Special Health Care Programmes**. 2011. Disponível em: <http://www.who.int/ceah/ceah/en/ceah.html>. Acesso em: 30 ago. 2019.

WHO. World Health Organization. Protecting, promoting and supporting breastfeeding in facilities providing maternity and newborn services. **Guideline**, 2018 (revised). Disponível em: <https://www.who.int/nutrition/bfhi/ten-steps/en/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

WWF. World Wide Fund for Nature. Reducing Desire for Ivory: a Psychosocial Guide to Address Ivory Consumption. 21 dez. 2016. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/publications/reducing-desire-for-ivory-a-psychosocial-guide-to-address-ivory-consumption>. Acesso em: 17 set. 2019.

ZANONI, M.; RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação. Reflexões em torno do doutorado da UFPR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, abr. 2015, v. 33, pp. 9-30.

ZHOU, R.; ZHU, L.; KONG, Q. Persistent chlorinated pesticide in fish species from Qiantang River in east China. **Chemosphere**, 2007, v. 68, n. 5, pp. 838-847.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSK, K.; SANTOS, A.F. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.** São Paulo, set. 2016, v. 68, n. 3, pp. 36-40. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300012>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ŽIŽEK, S. **Vivendo no fim dos tempos**. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2010.

ŽIŽEK, S. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, S. **Bienvenidos a tiempos interesantes!** La Paz, Bolívia, 2011a.

ŽIŽEK, S. **Bem-vindo ao deserto do Real!** Cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo, 2013.

ŽIŽEK, S. Disponível em: <https://www.facebook.com/prof.slavoj.zizek/>. Acesso em: 17 set. 2019.

ZULLIG, K.J.; HENDRYX, M. A comparative analysis of health-related quality of life for residents of U.S. counties with and without coal minin. **Public Health Reports**, 2010, v. 125, n. 4, pp. 548-555. Disponível em: doi:10.1177/003335491012500410.PMC2882606.PMID20597455. Acesso em: 21 jul. 2019.

ZUPANČIČ, A. When Surplus Enjoyment Meets Surplus Value. En Justin Clemens and Russel Grigg (Eds.). **Jacques Lacan and the Other Side of Psychoanalysis**: reflections on Seminar XVII. Durham, NC: Duke University Press, 2006, pp. 155-178.